



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Processo Nº 03945/16

EXERCÍCIO: 2015
SUBCATEGORIA: PCA - Prestação de Contas Anuais
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Manaira
DATA DE ENTRADA: 28/03/2016
ASSUNTO: Encaminhamento de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS
relativa ao exercício de 2015.
INTERESSADOS:
Jose Wellington Almeida de Sousa
José Lacerda Brasileiro
José Simão de Sousa



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

Relatório sobre a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manairá referente ao Exercício Econômico-Financeiro de 2015, apresentado a(o) Exmo. Conselheiro , .

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Manairá, relativo ao exercício Econômico de 2015, de acordo com a Resolução RN-TC - 03/10, de 25 de março de 2010, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, e demais legislações vigentes.

De acordo com os Padrões, e em atendimento a legislação vigente e requisitos das normas contábeis.

A Prestação de Contas que o Executivo deve apresentar ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado, em consonância com o que estatui o Parágrafo 3º, do Art. 13, da Constituição do Estado da Paraíba, promulgada em 05 de outubro de 1.989.

Diante de procendencias e fundamentando objetivos, tornando mais transparente aos órgãos públicos de fiscalização e julgamento das contas públicas, como também informações a gestão para as devidas decisões, definindo os resultados alcançados e a composição do Patrimônio da Prefeitura.

I - PREVISÃO DE METAS NO ORÇAMENTO EM CONFRONTO COM A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

a) Orçamento e suas alterações:

O Orçamento Programa da Prefeitura, aprovado pela Lei nº 0404 de 10 de Novembro de 2014 com a devida publicação, estimou a Despesa em R\$ 22.866.808,00 e a Receita em igual valor.

No decorrer do exercício financeiro, os créditos sofreram as seguintes modificações:

Vale ressaltar que o mecanismo dos Créditos Especiais e Extraordinários, cuja utilização deve cingir-se de Real excepcionalidade não existiram no exercício 2015.

Dessa forma os Créditos Ordinários não sofreram alteração sendo o seu valor representativo da Despesa Autorizada como segue:

Total da Despesa Fixada	Suplementações	Créditos Especiais	Créditos Extraordinários	(-) Anulações	Total da Despesa
-------------------------	----------------	--------------------	--------------------------	---------------	------------------



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

Os recursos disponíveis para a abertura dos Créditos, tiveram as seguintes origens:

Anulações de Dotações	Excesso de Arrecadação	Superávit Financeiro	Operações de Créditos	Recursos Postos a Disposição	Total
2.106.121,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.106.121,49

b) Receita Orçamentária:

A Receita Efetivamente Transferida e arrecadada no exercício de 2015, atingiu a quantia de R\$ 17.457.993,58 determinando um déficit de R\$ 7.703.246,42 correspondente a 30,62% sobre a previsão Orçamentária.

A decomposição da Receita Orçamentária de 2015 por fontes em relação à previsão orçamentária oferece a seguinte visão:

Receitas Correntes	Previsão	Arrecadação	Para mais / Para menos	% Variações	% Sobre o Total Arrecadado
Receita Tributária	252.300,00	401.560,72	149.260,72	59,16 %	2,30 %
Receitas de Contribuições	6.000,00	0,00	-6.000,00	100,00 %	0,00 %
Receita Patrimonial	175.100,00	151.099,68	-24.000,32	13,71 %	0,87 %
Receita Industrial	500,00	0,00	-500,00	100,00 %	0,00 %
Receita de Serviços	22.800,00	1.500,00	-21.300,00	93,42 %	0,01 %
Transferências Correntes	19.554.805,00	16.809.649,69	-2.745.155,31	14,04 %	96,29 %
Outras Receitas Correntes	26.000,00	35.997,49	9.997,49	38,45 %	0,21 %
Total:	20.037.505,00	17.399.807,58	-2.637.697,42	13,16 %	99,67 %
Receitas de Capital	Previsão	Arrecadação	Para mais / Para menos	% Variações	% Sobre o Total Arrecadado
Alienação de Bens	70.000,00	0,00	-70.000,00	100,00 %	0,00 %
Transferências de Capital	5.033.735,00	58.186,00	-4.975.549,00	98,84 %	0,33 %
Outras Receitas de Capital	20.000,00	0,00	-20.000,00	100,00 %	0,00 %
Total:	5.123.735,00	58.186,00	-5.065.549,00	98,86 %	0,33 %



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

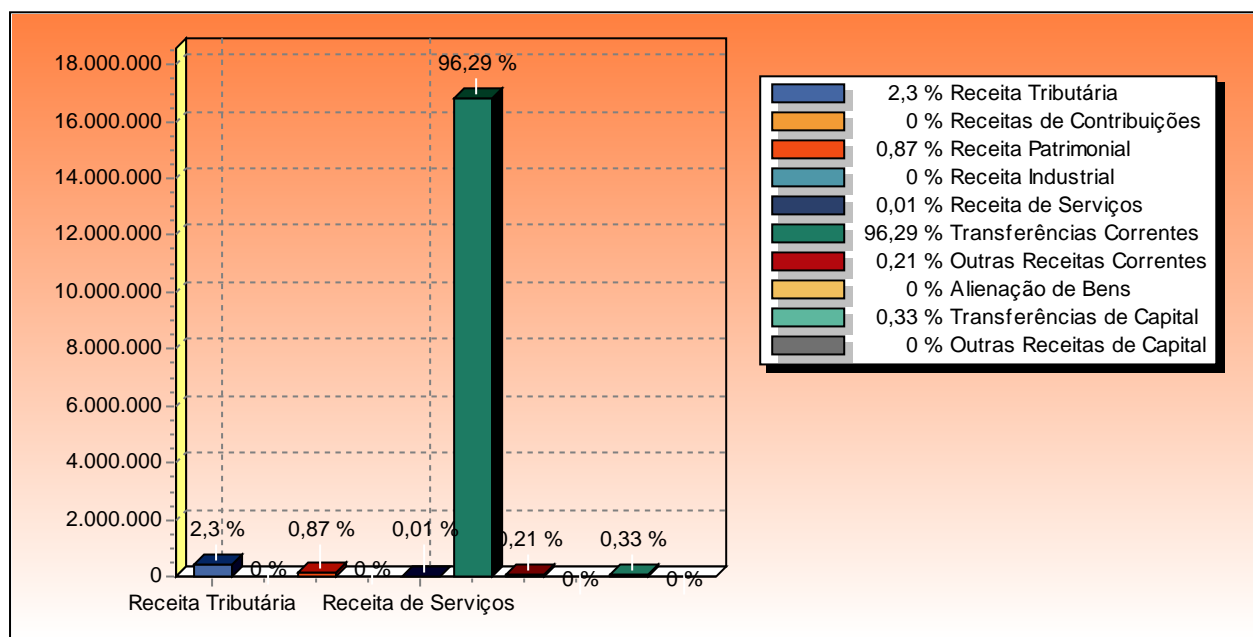
Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

Total Geral: 25.161.240,00 17.457.993,58 -7.703.246,42 30,62 %

Composição Gráfica da Receita



c) Da Despesa Orçamentária fixada em confronto com a realizada:

A Despesa Orçamentária, conforme foi frisada, após as alterações decretadas ficou fixada em R\$ 22.866.808,00, tendo um dispêndio de R\$ 13.558.421,00 apresentando um saldo com real economia de R\$ 9.308.387,00 (Crédito Disponível) correspondente a 40,71% do total fixado.

Nome do Órgão	Autorizada	Liquidada	Disponível	% Disponível s/ Liquidado s/ o Total Geral	Valor
CÂMARA MUNICIPAL	620.000,00	0,00	620.000,00	100,00 %	0,00 %
GABINETE DO PREFEITO	535.785,67	448.244,74	87.540,93	16,34 %	3,31 %
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	904.145,00	852.441,23	51.703,77	5,72 %	6,29 %
SECRETARIA DE FINANÇAS	1.486.348,91	1.377.999,00	108.349,91	7,29 %	10,16 %
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.406.783,42	1.770.936,75	635.846,67	26,42 %	13,06 %



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE	4.701.825,00	0,00	4.701.825,00	100,00 %	0,00 %
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	498.107,00	267.818,04	230.288,96	46,23 %	1,98 %
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	575.550,00	289.160,07	286.389,93	49,76 %	2,13 %
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.659.975,00	968.525,57	691.449,43	41,65 %	7,14 %
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	409.143,00	0,00	409.143,00	100,00 %	0,00 %

Total Geral: 22.866.808,00 13.558.421,00 9.308.387,00 40,71 %

A composição da Despesa sob o critério econômico é, sobretudo significativa, e assim se discrimina:

Despesas Correntes	Autorizada	Liquidada	Diferença	% Variações	Sobre o Total
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.695.486,49	7.584.960,97	-3.110.525,52	29,08 %	55,94 %
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	-5.000,00	100,00 %	0,00 %
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.575.775,00	3.813.210,74	-2.762.564,26	42,01 %	28,12 %
Total:	17.276.261,49	11.398.171,71	-5.878.089,78	34,02 %	84,07 %
Despesas de Capital	Autorizada	Liquidada	Diferença	% Variações	Sobre o Total
INVESTIMENTOS	4.966.403,51	2.080.023,55	-2.886.379,96	58,12 %	15,34 %
INVERSÕES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	-20.000,00	100,00 %	0,00 %
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	195.000,00	80.225,74	-114.774,26	58,86 %	0,59 %
Total:	5.181.403,51	2.160.249,29	-3.021.154,22	58,31 %	15,93 %
	Autorizada	Liquidada	Diferença	% Variações	Sobre o Total
Reserva Previdenciária	0,00	0,00	0,00	100,00 %	0,00 %
RESERVA DE CONTINGENCIA	409.143,00	0,00	-409.143,00	100,00 %	0,00 %
Total:	409.143,00	0,00	-409.143,00	100,00 %	0,00 %



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

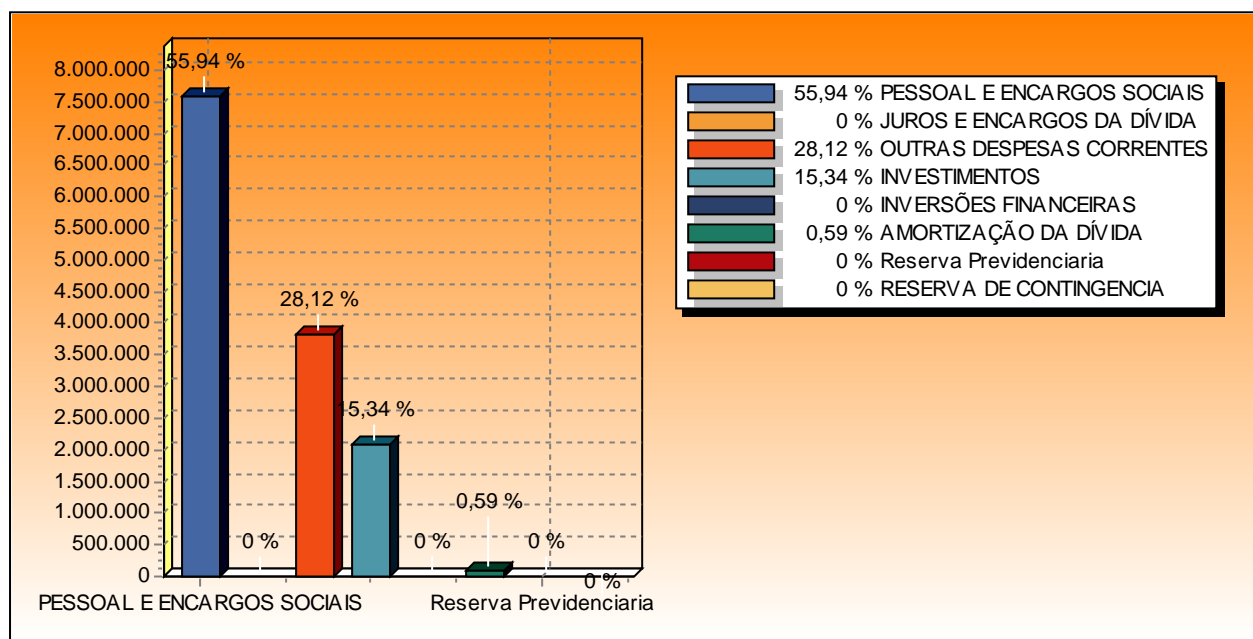
Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço

Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

Total Geral:	22.866.808,00	13.558.421,00	-9.308.387,00	40,71 %
---------------------	---------------	---------------	---------------	---------

Composição Gráfica da Despesa

II - A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Uma atividade complexa e de maior relevância, como é a administração pública, exige, necessariamente, para seu normal desempenho, em condições de proporcionar o sucesso desejado, um corpo funcional bem estruturado por servidores cuidadosamente selecionados, através de concurso público, capaz de assegurar um elevado índice de produtividade, quer no seu aspecto quantitativo que no qualitativo.

A partir deste estudo, baseado na valorização profissional e salarial dos servidores públicos, na moralização, na democratização, na promoção das políticas de relação de trabalho e, conseqüentemente na transferência administrativa, o Poder Executivo do Município promoverá em consonância a harmonia dos Poderes, possibilitando a integração funcional e estrutural dos diversos componentes, internos e externos, do sistema executivo, dando novo alcance e profundidade as funções, administrativas e fiscalizadoras.

A Prefeitura Municipal de Manairá, gradativamente deverá implantar no âmbito do Município, a administração objetiva, que é um sistema dinâmico de procurar integrar as necessidades da Prefeitura de definir e atingir os alvos (produtividades) com a necessidade do servidor de contribuir e desenvolver-se.

O funcionamento do sistema prevê o aproveitamento integral dos recursos humanos, ficando assegurada



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço

Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

à homogeneidade metodológica do trabalho e a convergência de esforços para a consecução dos objetivos e a aplicação das diretrizes definidas pela Mesa Diretora.

O programa de Administração tem por objetivos, atingir a plenitude de ação, pelo aumento da motivação do servidor, promovendo a valorização dos recursos humanos, através do trabalho de profissionalização, da ampliação de possibilidades competitivas de promoção funcional e salarial, do estímulo ao aperfeiçoamento pessoal, pelo treinamento.

No que diz respeito à realização do concurso público, torna-se imprescindível, a elevação do sistema arrecadatório do Município, para ampliar as suas receitas correntes líquidas, visando melhorar o índice atual de aplicação na folha de pessoal da atual estrutura organizacional da Prefeitura, para propiciar o cumprimento, em exercício subsequente, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2001), em consonância com as determinações explícitas na Emenda Constitucional n.º 25/2001.

III- PEÇAS TÉCNICAS DE BALANÇOS

a) Do Resultado da execução orçamentária

Consubstanciado no Balanço Orçamentário, Previsto no Art. 103, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, a execução Orçamentaria apresentou em 31 de dezembro de 2015, o seguinte resultado, sob o critério da Classificação Econômica:

Classificação Econômica	Receitas	Despesas
Orçamento Corrente	17.399.807,58	11.398.171,71
Orçamento de Capital	58.186,00	2.160.249,29
Deficit/Superavit		3.899.572,58
Total:	17.457.993,58	17.457.993,58

Confrontando a despesa empenhada até dezembro de 2015, com a receita auferida no mesmo período, apuramos um equilíbrio entre a receita e a despesa, apresentado graficamente a seguir:



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

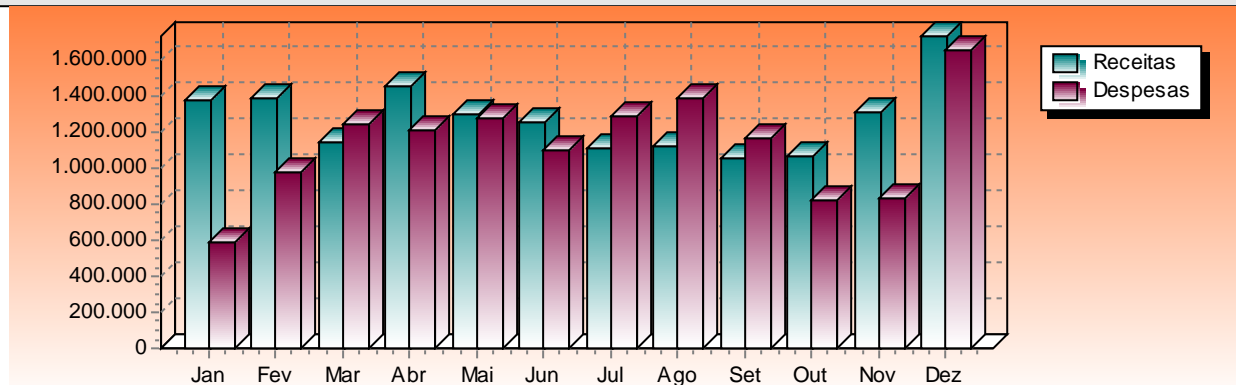
C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço

Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015



Valor total do Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
Receitas	1.383.404,48	1.386.505,51	1.148.050,07	1.462.319,37	1.306.401,92	1.255.799,96	
Despesas	584.698,03	980.556,04	1.247.352,51	1.211.504,30	1.275.333,08	1.096.506,73	
Superávit/ Déficit	798.706,45	405.949,47	99.302,44	250.815,07	31.068,84	159.293,23	

Valor total do Mês	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Receitas	1.107.671,41	1.120.976,79	1.057.803,38	1.065.134,83	1.314.412,74	1.735.860,50	15.344.340,96
Despesas	1.295.643,54	1.393.947,48	1.163.681,35	825.800,85	830.111,24	1.653.285,85	13.558.421,00
Superávit/ Déficit	187.972,13	272.970,69	105.877,97	239.333,98	484.301,50	82.574,65	1.785.919,96

b) Do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a Receita e Despesa Orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte (Art. 103, da Lei Federal 4.320/64).

De conformidade com o exposto acima, assim estão alinhados, os elementos que compõe o Sistema Financeiro do atual exercício.



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

Disponibilidade do Exercício Anterior **1.447.409,59**

Receitas

Orcamentárias	17.457.993,58
Extra-Orcamentárias	1.020.889,83
Total	18.478.883,41

Despesas

Orcamentárias	13.558.421,00
Extra-Orcamentárias	3.484.291,62
Total	17.042.712,62

Disponibilidade do Exercício Atual **769.927,76**

Comparando as disponibilidades:

Existente em 31/12/2015:	769.927,76
Com as transferências de 2014:	1.447.409,59
A diferença de:	-677.481,83

Indica a medida decréscimo, no término do exercício de 2015, do ENCAIXE DO TESOIRO DA PREFEITURA, cujo saldo disponível está confrontado com o saldo físico (dinheiro em espécie e moeda escritural) e assim se demonstra:

Em Tesouraria	-7.785,37
Em Bancos	777.713,13
Total	769.927,76



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

c) Do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estabelecido no Art. 105, da Lei Federal n.º 4.320/64, espelha a síntese do patrimônio Público passível de contabilização, isto é, súmula dos Bens, Direitos e Obrigações da C a m a r a .

Esta peça técnica desdobra o Patrimônio, em dois grupos básicos, denominados Patrimônio Financeiro e Patrimônio Permanente.

O Patrimônio Financeiro, que acusa um superávit Financeiro no valor de R\$ 205.058,41, assim se apresenta :

Ativo Financeiro	R\$
CAIXA	-7.785,37
BANCOS E CORRESPONDENTES	278.347,99
BANCO C/PAGAMENTO DE PESSOAL	0,00
BANCOS C/PROGRAMAS ORCAMENTARIOS	383.380,14
BANCOS C/CONVENIOS ORCAMENTARIOS	1.499,19
INVESTIMENTOS EM TITULO DE MERCADO ABERTO	782,43
VINCULADO EM CONTA BANCARIA	113.703,38
VINCULADO EM CONTA BANCARIA	0,00
AGENTES PAGADORES	344,79
Total:	770.272,55

Passivo Financeiro	R\$
RESTOS A PAGAR DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.245,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO	385.045,63
RESTOS A PAGAR DE 2013	1.821,35
CONSIGNACOES	148.101,51
Total:	565.214,14

Superávit Financeiro **205.058,41**

O Patrimônio Permanente apresenta uma situação desfavorável conforme evidência a seguir, mediante o confronto sintético de seus elementos positivos e negativos.

Ativo Permanente **R\$**



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

BENS MOVEIS	3.617.490,08
BENS IMOVEIS	9.764.975,78
Total:	13.382.465,86

Passivo Permanente	R\$
DIVIDA FUNDADA INTERNA	3.536.859,08
Total:	3.536.859,08

Dentre as medidas preliminares tomadas na elaboração deste Balanço, a fim de espelhar a realidade dos fenômenos patrimoniais pelos valores justos e de forma correta, destaca-se a incorporação dos bens Móveis e Imóveis, no exercício ora em análise, através da mutação Patrimonial da Execução Orçamentaria (Vide Demonstração Expositiva de Balanço).

Passivo Permanente Superavitário **9.845.606,78**

A soma algébrica das duas situações líquidas revela o Ativo Real Líquido no final do exercício, a saber:

Superávit Financeiro	205.058,41
Passivo Permanente Superavitário	9.845.606,78
Ativo Real Líquido	10.050.665,19

d) Da demonstração das variações patrimoniais

Nesta Peça Técnica, são evidenciadas as alterações de ordem-quantitativo do que foi passível, o Patrimônio Administrativo da Prefeitura, resultantes ou independentes da Execução Orçamentária, é também demonstrado o resultado Patrimonial do Exercício (art. 104, da Lei Federal nº 4.320).

Na forma sintética, o resultado Patrimonial, assim se apresenta:

Variações Ativas	19.373.742,87
Variações Passivas	13.699.345,88
Superávit verificado	5.674.396,99

O reflexo decorrente do resultado positivo do exercício na substância líquida inicial assim se apresenta:

Ativo Real Líquido em 31/12/2014	208,00
----------------------------------	--------



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

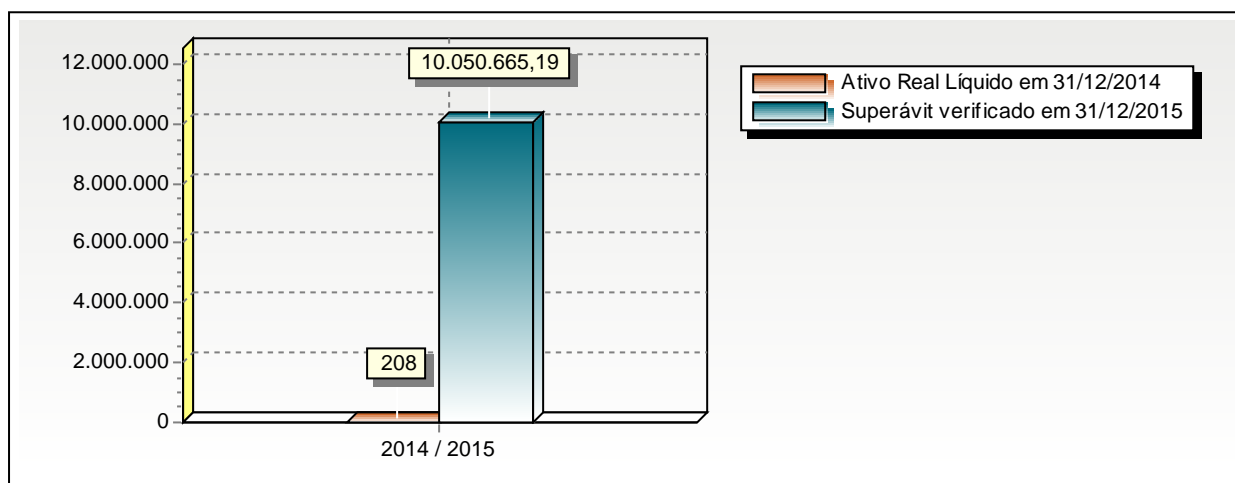
Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

Superávit verificado em 31/12/2015 5.674.396,99

Ativo Real Líquido 10.050.665,19



e) Da dívida fundada

No encerramento do exercício a Dívida Fundada, de que trata o Art. 98, da Lei Federal nº 4.320/64, apresentou obrigações para os exercícios seguintes:

1. Dívida Interna

Nome do Credor	R\$
INSS	3.536.859,08
Total da Dívida:	3.536.859,08
Total Geral da Dívida:	3.536.859,08

f) Da dívida flutuante

No encerramento do exercício a Dívida Flutuante, de que trata o Art. 92, da Lei Federal nº 4.320/64, apresentou obrigações para o exercício seguinte:

Nome da Conta	R\$
---------------	-----



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Relatório da Prestação de Contas Anual

Exercício - 2015

CONSIGNACOES	148.101,51
RESTOS A PAGAR DE 2013	1.821,35
RESTOS A PAGAR DE 2014	0,00
RESTOS A PAGAR DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.245,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO	385.045,63
Total da Dívida Flutuante:	565.214,14

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eram estas, Senhor Presidente, as considerações principais que achamos por bem destacar, da Prestação de contas de 2015, da Prefeitura Municipal de Manairá, que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Para o cumprimento a contento desta tarefa que constitui a mais importante atribuição desta Assessoria de Contabilidade e Finanças, foram fundamentais os fatores que por justiça devemos realçar:

Indispensável apoio de Vossa Excelência, a este Órgão Técnico;

Funcionamento coeso disciplinado e uniforme da gerência Financeira, integrantes da Prefeitura Municipal de Manairá;

Perfeito entrosamento entre este Departamento com a Direção desta Instituição;

Espírito Público que preside aos servidores deste Órgão Técnico, que em número reduzido, suprem a deficiência numérica com a qualidade dos serviços e a dedicação ao Bem Público.

Finalmente, agradecemos, Senhor Presidente, a honra que nos concedeu de apresentar esse documento que representa o coroamento de um trabalho intenso e diuturno, executado sem outro objetivo senão o cumprimento do dever.

Aproveitamos a oportunidade para reafirmar-lhe os préstimos de nossa elevada consideração.

Centro, em 21 de Março de 2016



**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Sito na Praça Padre Cícero, nº 246 - centro – CEP: 58.995-000 –
Manaíra-PB.**

CERTIDÃO

Certifico a pedido do Excelentíssimo Senhor Prefeito Constitucional do Município de Manaíra-PB, para juntar cópia desta na Prestação de Contas Anual do exercício financeiro de 2015, da Prefeitura de Manaíra-PB, para fins de conhecimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que durante o exercício financeiro de 2015, foram aprovadas as seguintes Leis Municipais:

LEI MUNICIPAL Nº. 405/2015, de 05 de fevereiro de 2015, INSTITUI GRATIFICAÇÃO ESPECIAL MENSAL PARA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MANAÍRA, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 406/2015, de 23/02/2015, Dispõe sobre criação de cargos comissionados, buscando adequar a Lei Complementar Municipal nº 277/206, de 06.01.2006, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 407/2015, de 23/02/2015, Dispõe sobre regulamentação de números de residências e prédios localizados nas avenidas, rua e praças deste município, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 015/15, de 23.02.2015, "Altera a Lei Complementar Municipal nº 011/10, de 05.01.2010", para fazer a Atualização do Piso Salarial para o Magistério Municipal", e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 408/2015, de 30/04/2015, Dispõe sobre aumento na remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Manaíra, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº. 409/2015, de 30 de abril de 2015, **Modifica a Lei Municipal nº 371/2013, que disciplina o inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal**, estabelece normas de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, para corrigir vícios de inconstitucionalidade, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 371/2013, de 22 de abril de 2013, modificada pela Lei Municipal nº 409, de 30 de abril de 2015, **Disciplina o inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, estabelecendo normas de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público**, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº. 410/2015, de 30 de abril de 2015, **Modifica a Lei Municipal nº 282/06**, de 20/02/2006, para alterar o inciso IV, da mencionada Lei, para mudar os requisitos para os candidatos ao Conselho Tutelar no que diz respeito a escolaridade do candidato, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 411/2015, de 30/04/2015, Dispõe sobre denominação de Logradouro Público nesta cidade é dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 412/2015, de 30/04/2015, Dispõe sobre a LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, para execução financeira de 2016, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 413/2015, de 24/09/2019, **CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**, é dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 414/2015, de 24/09/2019, **Regulamenta o uso das máquinas do PAC doadas pelo MDA em propriedade particular, e em outros serviços da Prefeitura dentro do município**, é dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 415/2015, de 20/10/2015, **CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, do município de Manaíra-PB, é dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 416/2015, de 20/10/2015, **ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MANAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015**, e dá outras providências.

DECLARO, AINDA, QUE NÃO EXISTE NESTE PODER LEGISLATIVO NENHUM PROJETO DE LEI PENDENTE PARA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

A presente certidão é a expressão da verdade.



Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Manaíra-PB,
em 10 de fevereiro de 2016.

Cleide Dias de Andrade
CLEIDE DIAS DE ANDRADE
- Presidente -



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

SITIO Rua José Rosas, 426 Centro Manaíra PB. CGC 09.148.131/0001-95.
 CEP. 58.995-000 Fone Fax 3458 1004

Relação dos veículos pertencentes e frota municipal, referente ao exercício de 2015

Data: 31/12/2015.

VEICULO	Marca / Modelo	Ano F/M	PLACA	Combustível	Renavan	Quilometro	Aquisição/ Venda
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO							
Fiat *	Uno Mille Way Econ	2010/2010	MOI-6482	Alco/Gasol	197987940		
Fiat *	Uno Mille Way Econ	2010/2010	MOK-6492	Alco/Gasol	197989179		
Fiat *	Uno Mille Way Econ	2013/2013	OGB-3119	Alco/Gasol	057639968		09/2013
Motocicleta *	Yamaha/ YBR 125 K Factor	2009/2009	NPR-2917	Gasolina	152653414		
Motocicleta *	Yamaha/ YBR 125 K Factor	2009/2009	NPR-2837	Gasolina	152649760		
Ônibus (LORO) *	Volkswagen	2010/2010	NQD-4775	Diesel	225430517		
Ônibus (GIBA) *	Volkswagen	2010/2010	OFB-0269	Diesel			
Ônibus (RONI) *	Volkswagen	2012/2012	OGB-0160	Diesel	503226009		
Ônibus *			OGD-1506				
Ônibus *	DE PELO SINAL	2013	OGC-6289	DISSEL			
Jipe Pajero *	MMC/Pajero Sport HPE	2009/2010	NQH-7740	Diesel	191542440		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO							
Motocicleta *	NXR1 50 Bros Ks	2011/2012	OFA-3795	Gasol/Alcool	485961873		
Caminhão PIPA *	Interna. Durastar 6X4	2013/2014	OGG-6025	Diesel			11/2013
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL							
Fiat *	Uno Mille Way Econ	2013/2013	OGB-3129	Alco/Gasol	0576450600		09/2013
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA							
Trator, Masseyh Ferguson, 283	Masseyh Ferguson	2010/2010/	---	Diesel			
Trator, Masseyh Ferguson, 4275	Masseyh Ferguson	2011/2011	---	Diesel			
Caminhão Basculante	Volkswagen	2010/2010	---	Diesel			



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

SITO Rua José Rosas, 426 Centro Manaíra PB. CGC 09.148.131/0001-95.
CEP. 58.995-000 Fone Fax 3458.1004

Retroescavadeira	Newholland	2011/2011	---	Diesel			
Motor Bomba	Outro		---	Diesel			
Retroescavadeira	Caterpillar	2013/2013	---	Diesel			06/2013
Motoniveladora	Caterpillar	2013/2013	---	Diesel			06/2013
Caminhão Basculante 6x4 *	International	2012/2013	OGE-4147	Diesel	0576351296		

Relação dos veículos pertencentes e frota municipal, referente ao exercício de 2015.

Data: 31/12/2015.

SECRETARIA DE SAÚDE

VEICULO	Marca / Modelo	Ano F/M	PLACA	Combustível	Renavan	Quilometro	Aquisição/ Venda
Ambulância *	Volkswagen	2001/2002	MOQ-2283	Gasolina	778237052		
Ambulância *	Fiat/Fiorino modificado	2008/2008	MOE-0726	Gasol/Alcool	971647950		
L-200 *	L-200 OUTDOOR/MMC	2007/2008	MOT-4967	Diesel	944296394		
Unidade Móvel de Saúde	Peugeot/ Boxer Furg MTE	2004/2004	KAE-6035	Diesel	865847045		
Motocicleta *	Yamaha/ YBR 125 K Factor	2009/2009	NPR-2777	Gasolina	152648160		
Motocicleta *	Yamaha/ YBR 125 K Factor	2009/2009	NPR-2847	Gasolina	152650725		
Motocicleta *	Honda / CG 125 FAN	2008/2008	MNV-0212	Gasolina	958591784		
SAMU – Renault *	MASTER AMB RONTAM	2010/2010	OET-2035	Diesel	338537708		
Fiat *	Uno Mille Way Econ	2013/2013	OGB-3139	Alco/Gasol	0576452254		09/2013
Fiat *	Uno Mille Way Econ	2013/2013	OGD-6669	Alco/Gasol	0585881812		09/2013
Fiat *	Uno Mille Way Econ	2010/2010	MOK-2552	Alco/Gasol	200174282		



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
01.000 CÂMARA MUNICIPAL								
01 031 1001 1001 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CÂMARA MUNICIPAL								
4490.51 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Total do Projeto:	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
01 031 1001 1003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA								
4490.52 00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00	1,00	0,00	1,00
Total do Projeto:	3.000,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00	1,00	0,00	1,00
01 031 1001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS PESSOALENCARGOS SOCIAIS								
3190.04 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3190.11 00 001	380.620,00	0,00	0,00	0,00	20.856,00	359.764,00	349.794,17	9.969,83
3190.13 00 001	83.740,00	238,00	0,00	0,00	0,00	83.978,00	83.976,11	1,89
Total da Atividade:	469.360,00	238,00	0,00	0,00	25.856,00	443.742,00	433.770,28	9.971,72
01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS LEGISLATIVAS								
3390.14 00 001	5.000,00	851,00	0,00	0,00	0,00	5.851,00	5.250,00	601,00
3390.30 00 001	18.640,00	3.427,00	0,00	0,00	0,00	22.067,00	22.065,56	1,44
3390.36 00 001	20.000,00	26.231,00	0,00	0,00	0,00	46.231,00	46.230,00	1,00
3390.39 00 001	99.000,00	13.108,00	0,00	0,00	10.000,00	102.108,00	101.479,97	628,03
Total da Atividade:	142.640,00	43.617,00	0,00	0,00	10.000,00	176.257,00	175.025,53	1.231,47
Total da Unidade:	620.000,00	43.855,00	0,00	0,00	43.855,00	620.000,00	608.795,81	11.204,19



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
02.000 GABINETE DO PREFEITO									
04 122 1002 1004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO									
4490.52	00 001	80.000,00	0,00	0,00	0,00	66.243,91	13.756,09	0,00	13.756,09
Total do Projeto:		80.000,00	0,00	0,00	0,00	66.243,91	13.756,09	0,00	13.756,09
04 122 1002 1005 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE									
4490.52	00 001	8.000,00	0,00	0,00	0,00	5.700,00	2.300,00	0,00	2.300,00
Total do Projeto:		8.000,00	0,00	0,00	0,00	5.700,00	2.300,00	0,00	2.300,00
04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE									
3190.03	00 001	52.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.650,00	45.500,00	7.150,00
3190.04	00 001	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
3190.11	00 001	200.000,00	151.578,58	0,00	0,00	0,00	351.578,58	345.913,36	5.665,22
3350.43	00 001	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3390.14	00 001	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	7.750,00	12.250,00
3390.30	00 001	13.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.800,00	0,00	13.800,00
3390.31	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3390.35	00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3390.36	00 001	25.200,00	8.801,00	0,00	0,00	0,00	34.001,00	34.000,00	1,00
3390.39	00 001	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	925,38	19.074,62
Total da Atividade:		344.150,00	160.379,58	0,00	0,00	0,00	504.529,58	434.088,74	70.440,84
04 122 1002 2004 CONTRIBUIÇÃO PARA A FAMUP									
3350.41	00 001	15.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.200,00	14.156,00	1.044,00
Total da Atividade:		15.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.200,00	14.156,00	1.044,00
Total da Unidade:		447.350,00	160.379,58	0,00	0,00	71.943,91	535.785,67	448.244,74	87.540,93



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
04 122 1003 1006 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC DE ADMINISTRAÇÃO									
4490.52 00 001	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	4.909,00	1.091,00	
Total do Projeto:	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	4.909,00	1.091,00	
04 122 1003 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
3190.04 00 001	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00	
3190.11 00 001	352.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.400,00	328.101,24	24.298,76	
3390.14 00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	1.680,00	1.320,00	
3390.30 00 001	31.000,00	2.715,00	0,00	0,00	0,00	33.715,00	33.714,06	0,94	
3390.36 00 001	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	31.508,00	20.492,00	
3390.39 00 001	306.000,00	146.530,00	0,00	0,00	0,00	452.530,00	452.528,93	1,07	
Total da Atividade:	748.900,00	149.245,00	0,00	0,00	0,00	898.145,00	847.532,23	50.612,77	
Total da Unidade:	754.900,00	149.245,00	0,00	0,00	0,00	904.145,00	852.441,23	51.703,77	



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS								
28 841 1005 0001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO INSS								
4690.71 00 001	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	80.225,74	39.774,26
Total da Operação Especial:	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	80.225,74	39.774,26
28 841 1005 0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO FGTS								
4690.71 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total da Operação Especial:	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
28 841 1005 0003 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIADA COM A ENERGISA								
4690.71 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total da Operação Especial:	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
28 841 1005 0004 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A CAGEPA								
4690.71 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total da Operação Especial:	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02 061 1005 0005 SENTENÇAS JUDICIAIS								
3190.91 00 001	10.000,00	32.917,91	0,00	0,00	0,00	42.917,91	42.916,70	1,21
Total da Operação Especial:	10.000,00	32.917,91	0,00	0,00	0,00	42.917,91	42.916,70	1,21
28 843 1005 0006 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA								
3290.21 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total da Operação Especial:	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04 123 1004 1007 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE FINANÇAS								
4490.52 00 001	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	4.120,00	3.880,00
Total do Projeto:	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	4.120,00	3.880,00



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS									
12 123 1004 2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS									
	3190.04 00 001	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
	3190.11 00 001	321.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321.400,00	289.883,59	31.516,41
	3390.14 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	3.280,00	1.720,00
	3390.30 00 001	7.000,00	3.036,00	0,00	0,00	0,00	10.036,00	10.034,50	1,50
	3390.36 00 001	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	7.000,00	3.000,00
	3390.39 00 001	190.000,00	30.546,00	0,00	0,00	0,00	220.546,00	220.545,01	0,99
	3390.92 00 001	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	2.046,94	3.953,06
	3390.93 00 001	40.000,00	25.479,00	0,00	0,00	0,00	65.479,00	65.478,27	0,73
	Total da Atividade:	583.900,00	59.061,00	0,00	0,00	0,00	642.961,00	598.268,31	44.692,69
11 331 1004 2007 CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP									
	3390.10 00 001	105.000,00	679,00	0,00	0,00	0,00	105.679,00	105.677,76	1,24
	Total da Atividade:	105.000,00	679,00	0,00	0,00	0,00	105.679,00	105.677,76	1,24
09 271 1004 2008 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS INSS									
	3190.13 00 001	368.000,00	178.791,00	0,00	0,00	0,00	546.791,00	546.790,49	0,51
	Total da Atividade:	368.000,00	178.791,00	0,00	0,00	0,00	546.791,00	546.790,49	0,51
	Total da Unidade:	1.214.900,00	271.448,91	0,00	0,00	0,00	1.486.348,91	1.377.999,00	108.349,91



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA									
15 541 1008 1008 REVITALIZAÇÃO DA LAGOA									
4490.51	00 001	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	10.641,34	19.358,66
Total do Projeto:		30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	10.641,34	19.358,66
15 451 1008 1009 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA									
4490.51	00 701	300.000,00	61.888,00	0,00	0,00	0,00	361.888,00	361.887,13	0,87
Total do Projeto:		300.000,00	61.888,00	0,00	0,00	0,00	361.888,00	361.887,13	0,87
15 451 1008 1010 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS									
4490.51	00 001	130.000,00	0,00	0,00	0,00	41.746,00	88.254,00	35.992,12	52.261,88
Total do Projeto:		130.000,00	0,00	0,00	0,00	41.746,00	88.254,00	35.992,12	52.261,88
15 541 1008 1011 AQUISIÇÃO E DESPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL									
4490.61	00 001	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
Total do Projeto:		40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
15 451 1008 1012 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO									
4490.51	00 001	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
Total do Projeto:		45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
15 452 1008 1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC DE INFRAESTRUTURA									
4490.52	00 001	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	1.269,03	16.730,97
Total do Projeto:		18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	1.269,03	16.730,97
16 482 1008 1014 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES									
4490.51	00 701	180.000,00	0,00	0,00	0,00	133.729,00	46.271,00	0,00	46.271,00
Total do Projeto:		180.000,00	0,00	0,00	0,00	133.729,00	46.271,00	0,00	46.271,00



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA									
17 512 1008 1015 EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA									
4490.51 00 701		200.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	50.000,00	47.098,85	2.901,15
Total do Projeto:		200.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	50.000,00	47.098,85	2.901,15
25 752 1008 1016 EXPANSÃO DA REDE ELÉTRICA DO MUNICÍPIO									
4590.65 00 001		20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Total do Projeto:		20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
17 511 1008 1029 CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO									
4490.51 00 701		400.000,00	0,00	0,00	0,00	112.353,58	287.646,42	225.784,76	61.861,66
Total do Projeto:		400.000,00	0,00	0,00	0,00	112.353,58	287.646,42	225.784,76	61.861,66
17 511 1008 1030 CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS NA Z RURAL									
4490.51 00 701		90.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total do Projeto:		90.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
17 512 1008 1031 CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS NA ZONA URBANA									
4490.51 00 701		100.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total do Projeto:		100.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
18 541 1008 1032 CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO									
4490.51 00 701		250.000,00	0,00	0,00	0,00	214.263,00	35.737,00	0,00	35.737,00
Total do Projeto:		250.000,00	0,00	0,00	0,00	214.263,00	35.737,00	0,00	35.737,00
17 511 1012 1044 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA NA Z RURAL									
4490.51 00 701		180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
Total do Projeto:		180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível		
		Suplementares	Especiais	Extraordinários						
05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA										
15 452 1008 2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA										
	3190.04	00 001	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00	
	3190.11	00 001	515.000,00	0,00	0,00	0,00	515.000,00	471.442,46	43.557,54	
	3390.14	00 001	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00	
	3390.30	00 001	200.000,00	3.637,00	0,00	0,00	203.637,00	203.635,70	1,30	
	3390.36	00 001	47.000,00	631,00	0,00	0,00	47.631,00	47.630,00	1,00	
	3390.39	00 001	250.000,00	50.719,00	0,00	50.000,00	250.719,00	250.718,08	0,92	
	Total da Atividade:		1.020.000,00	54.987,00	0,00	50.000,00	1.024.987,00	973.426,24	51.560,76	
18 541 1009 2010 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA										
	3390.30	00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
	3390.36	00 001	66.000,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00	45.250,00	20.750,00	
	3390.39	00 001	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	7.023,05	8.976,95	
	Total da Atividade:		87.000,00	0,00	0,00	0,00	87.000,00	52.273,05	34.726,95	
25 752 1008 2011 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO										
	3390.30	00 001	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	62.564,23	7.435,77	
	3390.36	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
	3390.39	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
	Total da Atividade:		72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	62.564,23	9.435,77	
	Total da Unidade:		3.162.000,00	116.875,00	0,00	0,00	872.091,58	2.406.783,42	1.770.936,75	635.846,67



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA									
12 361 1005 0007 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EDUCAÇÃO COM O INSS									
4690.71 00 001		30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Total da Operação Especial:		30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
12 361 1013 1017 CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS PARA O ENS FUNDAMENTAL FNDE									
4490.51 00 301		300.000,00	0,00	0,00	0,00	291.009,00	8.991,00	0,00	8.991,00
Total do Projeto:		300.000,00	0,00	0,00	0,00	291.009,00	8.991,00	0,00	8.991,00
12 361 1013 1018 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS FUNDAMENTAL MDE									
4490.51 00 001		140.000,00	191.271,00	0,00	0,00	0,00	331.271,00	331.269,63	1,37
Total do Projeto:		140.000,00	191.271,00	0,00	0,00	0,00	331.271,00	331.269,63	1,37
12 368 1014 1019 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR FNDE									
4490.52 00 301		230.000,00	14.501,00	0,00	0,00	0,00	244.501,00	244.500,00	1,00
Total do Projeto:		230.000,00	14.501,00	0,00	0,00	0,00	244.501,00	244.500,00	1,00
12 368 1008 1020 AQUISIÇÃO E DESAPR DE IMÓVEL PARA A EDUCAÇÃO MDE									
4490.61 00 001		40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
Total do Projeto:		40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
12 368 1008 1021 CONSTRUÇÃO AMPLI E REFORMA DA SEC DE EDUCAÇÃO MDE									
4490.51 00 001		45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
Total do Projeto:		45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
12 368 1013 1022 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SEC DE EDUCAÇÃO MDE									
4490.52 00 001		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	22.000,00	28.000,00
Total do Projeto:		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	22.000,00	28.000,00



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA									
12 361 1013 1023 AQUIS DE EQUIPAMENTOS PARA O ENS FUNDAMENTAL FNDE									
4490.52 00 001		100.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Total do Projeto:		100.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
12 365 1013 1024 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL FNDE									
4490.51 00 301		250.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total do Projeto:		250.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
12 365 1013 1025 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESC DE EDUCAÇÃO INFANTIL MDE									
4490.51 00 001		150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	38.177,16	111.822,84
Total do Projeto:		150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	38.177,16	111.822,84
12 365 1013 1026 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL FNDE									
4490.52 00 301		100.000,00	0,00	0,00	0,00	52.067,00	47.933,00	0,00	47.933,00
Total do Projeto:		100.000,00	0,00	0,00	0,00	52.067,00	47.933,00	0,00	47.933,00
13 392 1015 1027 AQUIS DE EQUIPAMNTOS PARA AS ATIVIDADES DA CULTURA									
4490.52 00 001		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total do Projeto:		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
27 812 1016 1028 CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA									
4490.51 00 001		200.000,00	0,00	0,00	0,00	183.098,00	16.902,00	0,00	16.902,00
Total do Projeto:		200.000,00	0,00	0,00	0,00	183.098,00	16.902,00	0,00	16.902,00
12 361 1013 2012 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL									
3390.30 00 301		83.000,00	64.739,00	0,00	0,00	0,00	147.739,00	147.738,22	0,78
Total da Atividade:		83.000,00	64.739,00	0,00	0,00	0,00	147.739,00	147.738,22	0,78



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA									
12 365 1013 2013 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉESCOLA									
3390.30	00 301	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	26.000,00
Total da Atividade:		26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	26.000,00
12 365 1013 2014 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE									
3390.30	00 301	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	1.911,00	15.089,00
Total da Atividade:		17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	1.911,00	15.089,00
12 368 1013 2015 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO PRGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO									
3390.30	00 301	100.000,00	50.846,00	0,00	0,00	0,00	150.846,00	150.844,62	1,38
3390.36	00 301	18.830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.830,00	1.400,00	17.430,00
3390.39	00 301	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	965,40	12.034,60
4490.52	00 301	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
Total da Atividade:		140.830,00	50.846,00	0,00	0,00	0,00	191.676,00	153.210,02	38.465,98
12 368 1013 2016 ATIVIDADES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PDDE									
3390.30	00 301	22.000,00	6.411,00	0,00	0,00	0,00	28.411,00	28.410,06	0,94
3390.36	00 301	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
Total da Atividade:		25.000,00	6.411,00	0,00	0,00	0,00	31.411,00	28.410,06	3.000,94
12 368 1014 2017 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR PNATE									
3390.36	00 301	70.630,00	34.226,00	0,00	0,00	0,00	104.856,00	104.855,24	0,76
Total da Atividade:		70.630,00	34.226,00	0,00	0,00	0,00	104.856,00	104.855,24	0,76
12 361 1013 2018 ATIVIDADES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO PBA									
3390.30	00 301	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	6.132,70	29.867,30
3390.36	00 301	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3390.39	00 301	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total da Atividade:		52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	6.132,70	45.867,30



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível		
		Suplementares	Especiais	Extraordinários						
06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA										
12 368 1013 2019 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE										
	3390.30	00 301	10.000,00	25.608,00	0,00	0,00	0,00	35.608,00	35.607,02	0,98
	3390.32	00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
	3390.36	00 301	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
	3390.39	00 301	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
	Total da Atividade:		30.000,00	25.608,00	0,00	0,00	0,00	55.608,00	35.607,02	20.000,98
12 368 1014 2020 MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM O MDE										
	3390.36	00 001	40.000,00	151.885,00	0,00	0,00	0,00	191.885,00	191.884,22	0,78
	Total da Atividade:		40.000,00	151.885,00	0,00	0,00	0,00	191.885,00	191.884,22	0,78
12 361 1013 2021 MANUTENÇÃO DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL MAG 60										
	3190.04	00 101	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
	3190.11	00 101	2.775.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.775.600,00	2.706.900,38	68.699,62
	3190.13	00 101	610.630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610.630,00	596.047,69	14.582,31
	3390.04	00 101	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
	Total da Atividade:		3.399.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.399.730,00	3.302.948,07	96.781,93
12 361 1013 2022 MANUT DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL OUTRAS DESPESAS 40										
	3190.04	00 101	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
	3190.11	00 101	711.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711.060,00	664.279,48	46.780,52
	3190.13	00 101	156.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.570,00	146.141,49	10.428,51
	3390.30	00 101	270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00	256.473,64	13.526,36
	3390.36	00 101	163.000,00	0,00	0,00	0,00	160.026,00	2.974,00	0,00	2.974,00
	3390.39	00 101	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	105.569,60	24.430,40
	4490.52	00 101	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
	Total da Atividade:		1.481.830,00	0,00	0,00	0,00	160.026,00	1.321.804,00	1.172.464,21	149.339,79



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA									
12 361 1013 2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL MDE									
	3190.01 00 001	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
	3190.11 00 001	342.740,00	9.263,00	0,00	0,00	0,00	352.003,00	351.966,09	36,91
	3190.13 00 001	75.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.260,00	26.804,48	48.455,52
	3390.14 00 001	4.500,00	3.831,00	0,00	0,00	0,00	8.331,00	8.330,00	1,00
	3390.18 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	3.300,00	1.700,00
	3390.30 00 001	302.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.327,00	185.873,33	116.453,67
	3390.31 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
	3390.32 00 001	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
	3390.36 00 001	192.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.327,00	62.832,14	129.494,86
	3390.39 00 001	292.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292.326,00	172.310,16	120.015,84
	3390.91 00 001	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
	3390.92 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
	3390.93 00 001	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	505,55	14.494,45
	4490.52 00 001	60.000,00	5.076,00	0,00	0,00	0,00	65.076,00	65.075,00	1,00
	Total da Atividade:	1.348.480,00	18.170,00	0,00	0,00	0,00	1.366.650,00	876.996,75	489.653,25
12 365 1013 2024 MANUTENÇÃO DO FUNDEB EDUCAÇÃO INFANTIL MAG 60									
	3190.04 00 101	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
	3190.11 00 101	210.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.800,00	205.218,21	5.581,79
	3190.13 00 101	46.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.370,00	45.147,99	1.222,01
	Total da Atividade:	258.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258.370,00	250.366,20	8.003,80



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA									
12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC INFANTIL MDE									
	3190.04 00 001	9.000,00	286.041,00	0,00	0,00	0,00	295.041,00	295.040,00	1,00
	3190.11 00 001	39.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00	0,00	39.000,00
	3190.13 00 001	10.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.560,00	0,00	10.560,00
	3390.30 00 001	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	46.000,00
	3390.31 00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
	3390.32 00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
	3390.36 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
	3390.39 00 001	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
	4490.52 00 001	30.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.440,00	0,00	30.440,00
	Total da Atividade:	148.000,00	286.041,00	0,00	0,00	0,00	434.041,00	295.040,00	139.001,00
13 392 1015 2026 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS REGIONAIS E FOLCLÓRICAS									
	3390.30 00 001	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	7.511,00	6.489,00
	3390.36 00 001	12.000,00	10.341,00	0,00	0,00	0,00	22.341,00	22.340,00	1,00
	3390.39 00 001	150.000,00	191.158,00	0,00	0,00	0,00	341.158,00	341.157,00	1,00
	Total da Atividade:	176.000,00	201.499,00	0,00	0,00	0,00	377.499,00	371.008,00	6.491,00
13 392 1015 2027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS									
	3390.30 00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
	3390.31 00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
	3390.32 00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
	3390.36 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
	3390.39 00 001	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
	4490.52 00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
	Total da Atividade:	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	28.000,00



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA									
27 812 1016 2028 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS									
3390.30	00 001	4.000,00	3.278,00	0,00	0,00	0,00	7.278,00	7.277,10	0,90
3390.31	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3390.32	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3390.36	00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	1.500,00	1.500,00
3390.39	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4490.52	00 001	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total da Atividade:		12.000,00	3.278,00	0,00	0,00	0,00	15.278,00	8.777,10	6.500,90
Total da Unidade:		8.976.870,00	1.048.475,00	0,00	0,00	956.200,00	9.069.145,00	7.583.295,60	1.485.849,40



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE									
10 301 1005 0008 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SAÚDE DO INSS									
4690.71 00 001		30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Total da Operação Especial:		30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
10 301 1010 1033 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA SUS									
4490.52 00 201		160.000,00	0,00	0,00	0,00	41.041,00	118.959,00	0,00	118.959,00
Total do Projeto:		160.000,00	0,00	0,00	0,00	41.041,00	118.959,00	0,00	118.959,00
10 301 1010 1034 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE FUS									
4490.52 00 001		60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	33.000,00	27.000,00
Total do Projeto:		60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	33.000,00	27.000,00
10 301 1010 1035 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE SUS									
4490.51 00 201		300.000,00	0,00	0,00	0,00	46.246,00	253.754,00	0,00	253.754,00
Total do Projeto:		300.000,00	0,00	0,00	0,00	46.246,00	253.754,00	0,00	253.754,00
10 301 1010 1036 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE FUS									
4490.51 00 001		150.000,00	0,00	0,00	0,00	108.275,00	41.725,00	38.689,90	3.035,10
Total do Projeto:		150.000,00	0,00	0,00	0,00	108.275,00	41.725,00	38.689,90	3.035,10
10 301 1008 1037 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SAÚDE FUS									
4490.61 00 001		40.000,00	0,00	0,00	0,00	29.121,00	10.879,00	0,00	10.879,00
Total do Projeto:		40.000,00	0,00	0,00	0,00	29.121,00	10.879,00	0,00	10.879,00
10 301 1008 1038 CONSTRUIR AMPLIAR E REFORMAR SECRETARIA DE SAÚDE FUS									
4490.51 00 001		45.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total do Projeto:		45.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE									
10 301 1010 1039 AQUIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPIT E ODONTOLÓGICOS SUS									
4490.52	00 201	160.000,00	0,00	0,00	0,00	101.636,00	58.364,00	3.066,00	55.298,00
Total do Projeto:		160.000,00	0,00	0,00	0,00	101.636,00	58.364,00	3.066,00	55.298,00
10 301 1010 1040 AQUIS DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A SAÚDE FUS									
4490.52	00 001	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	32.372,00	2.628,00
Total do Projeto:		35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	32.372,00	2.628,00
10 305 1008 1041 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE HABITACÕES PARA CONTROLE DE DOENÇA DE CHAGAS									
4490.51	00 701	180.000,00	0,00	0,00	0,00	163.964,00	16.036,00	0,00	16.036,00
Total do Projeto:		180.000,00	0,00	0,00	0,00	163.964,00	16.036,00	0,00	16.036,00
10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE									
3190.04	00 001	55.000,00	7.549,00	0,00	0,00	0,00	62.549,00	62.548,00	1,00
3190.11	00 001	991.430,00	0,00	0,00	0,00	237.612,00	753.818,00	701.452,93	52.365,07
3190.13	00 001	329.600,00	76.413,00	0,00	0,00	0,00	406.013,00	406.011,52	1,48
3390.14	00 001	16.000,00	1.821,00	0,00	0,00	0,00	17.821,00	17.820,00	1,00
3390.30	00 001	370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	331.778,89	38.221,11
3390.36	00 001	200.000,00	88.986,00	0,00	0,00	0,00	288.986,00	288.984,90	1,10
3390.39	00 001	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	169.003,28	10.996,72
3390.91	00 001	3.000,00	9.001,00	0,00	0,00	0,00	12.001,00	12.000,00	1,00
3390.92	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3390.93	00 001	10.000,00	8.901,00	0,00	0,00	0,00	18.901,00	18.900,00	1,00
Total da Atividade:		2.156.030,00	192.671,00	0,00	0,00	237.612,00	2.111.089,00	2.008.499,52	102.589,48
10 301 1010 2030 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA SF									
3190.11	00 201	244.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.425,00	229.588,03	14.836,97
Total da Atividade:		244.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.425,00	229.588,03	14.836,97



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE									
10 301 1010 2031 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ACS									
3190.11 00 201		255.530,00	55.840,00	0,00	0,00	0,00	311.370,00	311.369,24	0,76
Total da Atividade:		255.530,00	55.840,00	0,00	0,00	0,00	311.370,00	311.369,24	0,76
10 301 1010 2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL SB									
3190.11 00 201		40.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.200,00	0,00	40.200,00
Total da Atividade:		40.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.200,00	0,00	40.200,00
10 301 1010 2034 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA									
3390.30 00 201		58.000,00	13.356,00	0,00	0,00	0,00	71.356,00	71.354,82	1,18
Total da Atividade:		58.000,00	13.356,00	0,00	0,00	0,00	71.356,00	71.354,82	1,18
10 301 1010 2035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PAB FIXO									
3190.04 00 201		4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
3190.11 00 201		147.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00	99.412,16	47.587,84
3390.30 00 201		78.500,00	61.653,00	0,00	0,00	0,00	140.153,00	140.152,08	0,92
3390.36 00 201		20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
3390.39 00 201		20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Total da Atividade:		270.000,00	61.653,00	0,00	0,00	0,00	331.653,00	239.564,24	92.088,76
10 302 1010 2036 TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA RECRECG									
3390.30 00 201		4.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.150,00	0,00	4.150,00
3390.36 00 201		2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
3390.39 00 201		2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total da Atividade:		8.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.650,00	0,00	8.650,00



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE									
10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192									
	3190.04 00 201	95.000,00	371.177,00	0,00	0,00	0,00	466.177,00	466.175,75	1,25
	3190.13 00 201	20.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	0,00	20.900,00
	3390.30 00 201	25.000,00	29.731,00	0,00	0,00	0,00	54.731,00	54.730,35	0,65
	3390.36 00 201	12.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.210,00	8.600,00	3.610,00
	3390.39 00 201	4.390,00	22.321,00	0,00	0,00	0,00	26.711,00	26.710,24	0,76
	Total da Atividade:	157.500,00	423.229,00	0,00	0,00	0,00	580.729,00	556.216,34	24.512,66
10 302 1010 2038 TETO MUNIC DA MÉDIA E ALTA COMPLEX AMBULAT E HOSPITALAR									
	3390.30 00 201	100.000,00	0,00	0,00	0,00	44.410,00	55.590,00	6.878,40	48.711,60
	3390.36 00 201	35.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.100,00	0,00	35.100,00
	3390.39 00 201	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	4.702,50	23.297,50
	Total da Atividade:	163.100,00	0,00	0,00	0,00	44.410,00	118.690,00	11.580,90	107.109,10
10 304 1010 2039 AÇOES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PVISA									
	3190.04 00 201	9.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
	3190.13 00 201	2.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.060,00	0,00	2.060,00
	3390.30 00 201	7.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.400,00	2.935,80	4.464,20
	3390.36 00 201	5.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00	0,00	5.400,00
	3390.39 00 201	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
	Total da Atividade:	26.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.260,00	2.935,80	23.324,20
10 305 1010 2040 PISO FIXO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE PFVPS									
	3190.04 00 201	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
	3190.13 00 201	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00	0,00	4.180,00
	3390.30 00 201	30.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.950,00	0,00	30.950,00
	3390.36 00 201	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
	3390.39 00 201	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	500,00	12.500,00
	Total da Atividade:	102.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.130,00	500,00	101.630,00



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE									
10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS									
3390.30	00 201	20.000,00	65.556,00	0,00	0,00	0,00	85.556,00	85.555,35	0,65
3390.36	00 201	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	900,00	12.100,00
3390.39	00 201	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	1.630,00	5.370,00
Total da Atividade:		40.000,00	65.556,00	0,00	0,00	0,00	105.556,00	88.085,35	17.470,65
11 301 1003 2055 CONTRIBUIÇÃO DA SAÚDE PARA O PASEP									
3390.10	00 001	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Total da Atividade:		20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Total da Unidade:		4.701.825,00	812.305,00	0,00	0,00	812.305,00	4.701.825,00	3.626.822,14	1.075.002,86



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
08.000 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL								
08 244 1011 1043 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC DE AÇÃO SOCIAL								
4490.52 00 001	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
Total do Projeto:	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
08 244 1011 2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL								
3190.04 00 001	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
3190.11 00 001	180.000,00	5.107,00	0,00	0,00	0,00	185.107,00	185.105,87	1,13
3390.14 00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	660,00	2.340,00
3390.30 00 001	100.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	21.964,60	28.035,40
3390.32 00 001	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3390.36 00 001	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	7.685,00	34.315,00
3390.39 00 001	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	19.518,06	40.481,94
3390.92 00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
Total da Atividade:	407.000,00	5.107,00	0,00	0,00	50.000,00	362.107,00	234.933,53	127.173,47
08 244 1011 2043 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR								
3390.04 00 001	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
3390.30 00 001	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	800,00	7.200,00
3390.36 00 001	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	2.050,00	17.950,00
3390.39 00 001	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	1.254,51	11.745,49
Total da Atividade:	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	4.104,51	45.895,49
08 244 1011 2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE SOCIAL								
3390.30 00 001	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	240,00	5.760,00
3390.36 00 001	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3390.39 00 001	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
Total da Atividade:	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	240,00	15.760,00



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível		
		Suplementares	Especiais	Extraordinários						
08.000 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL										
08 244 1011 2045 DOAÇÕES DIVERSAS À PESSOAS FÍSICAS Instituídas em Lei Municipal										
3390.32	00	001	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
3390.48	00	001	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	28.540,00	21.460,00
Total da Atividade:			58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	28.540,00	29.460,00
Total da Unidade:			543.000,00	5.107,00	0,00	0,00	50.000,00	498.107,00	267.818,04	230.288,96



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
08.001 FUNDO MUNUCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
08 244 1011 1042 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DO C DE REFER DE ASSIST SOCIAL CRAS								
4490.51 00 701	140.000,00	0,00	0,00	0,00	75.886,00	64.114,00	0,00	64.114,00
Total do Projeto:	140.000,00	0,00	0,00	0,00	75.886,00	64.114,00	0,00	64.114,00
08 244 1011 1053 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERV DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA								
3390.39 00 001	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
4490.51 00 001	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4490.52 00 001	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
Total do Projeto:	56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00	0,00	56.000,00
08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PSBSCVF								
3190.04 00 401	95.100,00	26.437,00	0,00	0,00	0,00	121.537,00	121.536,00	1,00
3390.30 00 401	61.100,00	2.680,00	0,00	0,00	0,00	63.780,00	63.778,88	1,12
3390.36 00 401	26.000,00	17.190,00	0,00	0,00	0,00	43.190,00	43.189,00	1,00
3390.39 00 401	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	85,80	4.914,20
Total da Atividade:	187.200,00	46.307,00	0,00	0,00	0,00	233.507,00	228.589,68	4.917,32
08 244 1011 2049 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA IGDBF								
3390.30 00 401	20.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.580,00	4.492,22	16.087,78
3390.36 00 401	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
3390.39 00 401	5.000,00	36.809,00	0,00	0,00	0,00	41.809,00	41.807,89	1,11
Total da Atividade:	49.580,00	36.809,00	0,00	0,00	0,00	86.389,00	46.300,11	40.088,89
08 244 1011 2050 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS								
3390.30 00 001	8.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.540,00	0,00	8.540,00
3390.36 00 401	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	4.728,00	272,00
3390.39 00 401	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	7,80	1.992,20
Total da Atividade:	15.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.540,00	4.735,80	10.804,20



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
08.001 FUNDO MUNUCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
08 244 1011 2051 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS								
3390.32 00 001	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00
3390.48 00 001	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
Total da Atividade:	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
08 244 1011 2052 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS								
3390.30 00 401	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	1.958,48	6.041,52
3390.36 00 401	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	7.576,00	6.424,00
3390.39 00 401	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
Total da Atividade:	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	9.534,48	20.465,52
08 244 1011 2057 COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS PROGR E PROJETOS DE GESTÃO DO SUAS								
3190.04 00 001	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00
3390.30 00 001	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	27.000,00
3390.36 00 001	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3390.39 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total da Atividade:	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Total da Unidade:	568.320,00	83.116,00	0,00	0,00	75.886,00	575.550,00	289.160,07	286.389,93



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO									
18 544 1012 1045 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE AÇUDES E BARRAGENS									
	4490.51 00 701	300.000,00	180.234,00	0,00	0,00	0,00	480.234,00	480.232,81	1,19
	Total do Projeto:	300.000,00	180.234,00	0,00	0,00	0,00	480.234,00	480.232,81	1,19
18 544 1012 1046 CONSTRUÇÃO E MELH DE POÇOS CISTERNA E TANQUES DE PEDRA									
	4490.51 00 701	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00
	Total do Projeto:	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00
20 609 1008 1047 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE MATADOURO PÚBLICO									
	4490.51 00 701	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
	Total do Projeto:	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
20 605 1008 1048 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO									
	4490.51 00 001	50.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00
	Total do Projeto:	50.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00
20 606 1012 1049 AQUISIÇÃO DE PATRULAHA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS									
	4490.52 00 701	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
	Total do Projeto:	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
20 606 1012 1050 AQUIS DE EQUIPAMENTOS P A SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO									
	4490.52 00 001	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	2.979,00	9.021,00
	Total do Projeto:	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	2.979,00	9.021,00
26 782 1008 1051 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA									
	4490.51 00 701	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
	Total do Projeto:	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO								
26 782 1008 1052 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS								
4490.51 00 001	140.000,00	64.089,00	0,00	0,00	0,00	204.089,00	204.087,72	1,28
Total do Projeto:	140.000,00	64.089,00	0,00	0,00	0,00	204.089,00	204.087,72	1,28
20 606 1012 2053 PROGRAMA DE INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL								
3390.30 00 001	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3390.32 00 001	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3390.36 00 001	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3390.39 00 001	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Total da Atividade:	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
20 606 1012 2054 MANUT DAS ATIV DA SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO								
3190.04 00 001	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
3190.11 00 001	160.800,00	9.426,00	0,00	0,00	0,00	170.226,00	170.225,45	0,55
3390.14 00 001	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	900,00	1.300,00
3390.30 00 001	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	44.295,70	7.704,30
3390.36 00 001	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	8.080,00	23.920,00
3390.39 00 001	90.000,00	17.726,00	0,00	0,00	50.000,00	57.726,00	57.724,89	1,11
Total da Atividade:	341.500,00	27.152,00	0,00	0,00	50.000,00	318.652,00	281.226,04	37.425,96
Total da Unidade:	1.468.500,00	271.475,00	0,00	0,00	80.000,00	1.659.975,00	968.525,57	691.449,43



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
10.000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
99 999 1002 9901 RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
9999.99 00 001	409.143,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.143,00	0,00	409.143,00
Total da Atividade:	409.143,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.143,00	0,00	409.143,00
Total da Unidade:	409.143,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.143,00	0,00	409.143,00
Total Geral:	22.866.808,00	2.962.281,49	0,00	0,00	2.962.281,49	22.866.808,00	17.794.038,95	5.072.769,05



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00012015

Em, 02 de Janeiro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 9.575,91 (Nove Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Noventa e Um Centavos) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

02 061 1005 0005 SENTENÇAS JUDICIAIS

3190.91	001 Sentenças Judiciais	9.575,91
Total na Classificação		9.575,91
Total de Suplementações:		9.575,91

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 9.575,91 (Nove Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Noventa e Um Centavos), como abaixo especificado:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 1004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO

4490.52	001 Equipamentos e Material Permanente	9.575,91
Total na Classificação		9.575,91
Total de Anulações:		9.575,91

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00022015

Em, 02 de Março de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 18.165,00 (Dezoito Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001 Contratação por Tempo Determinado	18.165,00
	Total na Classificação	18.165,00
	Total de Suplementações:	18.165,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 18.165,00 (Dezoito Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais), como abaixo especificado:

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 451 1008 1010 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS

4490.51	001 Obras e Instalações	18.165,00
	Total na Classificação	18.165,00
	Total de Anulações:	18.165,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00042015

Em, 01 de Abril de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 35.730,00 (Trinta e Cinco Mil, Setecentos e Trinta Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.001,00
		Total na Classificação	2.001,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 368 1013 2019 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE

3390.30	301	Material de Consumo	3.965,00
		Total na Classificação	3.965,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	29.764,00
		Total na Classificação	29.764,00
		Total de Suplementações:	35.730,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 35.730,00 (Trinta e Cinco Mil, Setecentos e Trinta Reais), como abaixo especificado:

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 451 1008 1010 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS

4490.51	001 Obras e Instalações	2.001,00
Total na Classificação		2.001,00

16 482 1008 1014 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

4490.51	701 Obras e Instalações	33.729,00
Total na Classificação		33.729,00
Total de Anulações:		35.730,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00052015

Em, 01 de Maio de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 233.098,00 (Duzentos e Trinta e Três Mil, Noventa e Oito Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.800,00
Total na Classificação			6.800,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 368 1013 2019 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE

3390.30	301	Material de Consumo	14.997,00
Total na Classificação			14.997,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	29.764,00
Total na Classificação			29.764,00

27 812 1016 2028 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS

3390.30	001	Material de Consumo	1.303,00
Total na Classificação			1.303,00

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

18 544 1012 1045 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE AÇUDES E BARRAGENS

4490.51	701 Obras e Instalações	180.234,00
Total na Classificação		180.234,00
Total de Suplementações:		233.098,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 233.098,00 (Duzentos e Trinta e Três Mil, Noventa e Oito Reais), como abaixo especificado:

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

27 812 1016 1028 CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

4490.51	001 Obras e Instalações	183.098,00
Total na Classificação		183.098,00

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20 606 1012 2054 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

3390.39	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
Total na Classificação		50.000,00
Total de Anulações:		233.098,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00082015

Em, 01 de Junho de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 75.886,00 (Setenta e Cinco Mil, Oitocentos e Oitenta e Seis Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.249,00
		Total na Classificação	15.249,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 368 1014 2020 MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM O MDE

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	27.941,00
		Total na Classificação	27.941,00

12 361 1013 2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE

4490.52	001	Equipamentos e Material Permanente	2.701,00
		Total na Classificação	2.701,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	29.764,00
		Total na Classificação	29.764,00

13 392 1015 2026 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, REGIONAIS E FOLCLÓRICAS



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13 392 1015 2026 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, REGIONAIS E FOLCLÓRICAS

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	231,00
		Total na Classificação	231,00
		Total de Suplementações:	75.886,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 75.886,00 (Setenta e Cinco Mil, Oitocentos e Oitenta e Seis Reais), como abaixo especificado:

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 244 1011 1042 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DO C. DE REFER. DE ASSIST. SOCIAL - CRAS

4490.51	701	Obras e Instalações	75.886,00
		Total na Classificação	75.886,00
		Total de Anulações:	75.886,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00102015

Em, 01 de Julho de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 248.248,00 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3190.11	001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	23.538,00
	Total na Classificação	23.538,00

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

02 061 1005 0005 SENTENÇAS JUDICIAIS

3190.91	001 Sentenças Judiciais	23.342,00
	Total na Classificação	23.342,00

12 123 1004 2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3390.30	001 Material de Consumo	621,00
	Total na Classificação	621,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 1018 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL - MDE

4490.51	001 Obras e Instalações	139.202,00
	Total na Classificação	139.202,00



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 368 1013 2019 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE

3390.30 301 Material de Consumo 6.646,00

Total na Classificação 6.646,00

12 368 1014 2020 MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM O MDE

3390.36 001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 21.580,00

Total na Classificação 21.580,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04 001 Contratação por Tempo Determinado 29.764,00

Total na Classificação 29.764,00

13 392 1015 2026 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, REGIONAIS E FOLCLÓRICAS

3390.39 001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 111,00

Total na Classificação 111,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF

3390.36 401 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.444,00

Total na Classificação 3.444,00

Total de Suplementações: 248.248,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 248.248,00 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais), como abaixo especificado:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 1004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO

4490.52 001 Equipamentos e Material Permanente 56.668,00

Total na Classificação 56.668,00

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 451 1008 1010 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS

4490.51	001 Obras e Instalações	21.580,00
Total na Classificação		21.580,00

15 452 1008 2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3390.39	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
Total na Classificação		50.000,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 1023 AQUIS. DE EQUIPAMENTOS PARA O ENS. FUNDAMENTAL - FNDE

4490.52	001 Equipamentos e Material Permanente	70.000,00
Total na Classificação		70.000,00

08.000 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

08 244 1011 2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

3390.30	001 Material de Consumo	50.000,00
Total na Classificação		50.000,00
Total de Anulações:		248.248,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00132015

Em, 03 de Agosto de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 231.009,00 (Duzentos e Trinta e Um Mil, Nove Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.326,00
		Total na Classificação	24.326,00

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

12 123 1004 2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3390.30	001	Material de Consumo	2.045,00
		Total na Classificação	2.045,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 1018 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL - MDE

4490.51	001	Obras e Instalações	52.069,00
		Total na Classificação	52.069,00

12 368 1014 1019 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR - FNDE

4490.52	301	Equipamentos e Material Permanente	14.501,00
		Total na Classificação	14.501,00



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 2012 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3390.30	301	Material de Consumo	17.032,00
Total na Classificação			17.032,00

12 368 1014 2020 MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM O MDE

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	24.128,00
Total na Classificação			24.128,00

12 361 1013 2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE

3390.14	001	Diárias - Civil	691,00
Total na Classificação			691,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	29.764,00
Total na Classificação			29.764,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF

3390.36	401	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.364,00
Total na Classificação			2.364,00

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

26 782 1008 1052 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

4490.51	001	Obras e Instalações	64.089,00
Total na Classificação			64.089,00
Total de Suplementações:			231.009,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 231.009,00 (Duzentos e Trinta e Um Mil, Nove Reais), como abaixo especificado:

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

16 482 1008 1014 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

16 482 1008 1014 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

4490.51	701 Obras e Instalações	100.000,00
Total na Classificação		100.000,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 1017 CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS PARA O ENS. FUNDAMENTAL - FNDE

4490.51	301 Obras e Instalações	131.009,00
Total na Classificação		131.009,00
Total de Anulações:		231.009,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00162015

Em, 01 de Setembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 312.353,58 (Trezentos e Doze Mil, Trezentos e Cinquenta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	21.649,58
		Total na Classificação	21.649,58

03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 1003 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	27.589,00
		Total na Classificação	27.589,00

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

12 123 1004 2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3390.30	001	Material de Consumo	370,00
		Total na Classificação	370,00

3390.93	001	Indenizações e Restituições	25.295,00
		Total na Classificação	25.295,00

09 271 1004 2008 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - INSS



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

09 271 1004 2008 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - INSS

3190.13	001	Obrigações Patronais	24.774,00
Total na Classificação			24.774,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 2012 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3390.30	301	Material de Consumo	20.977,00
Total na Classificação			20.977,00

12 368 1013 2015 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO PRGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO

3390.30	301	Material de Consumo	30.616,00
Total na Classificação			30.616,00

12 361 1013 2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE

3390.14	001	Diárias - Civil	1.570,00
Total na Classificação			1.570,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	29.764,00
Total na Classificação			29.764,00

13 392 1015 2026 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, REGIONAIS E FOLCLÓRICAS

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.441,00
Total na Classificação			2.441,00

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	124.944,00
Total na Classificação			124.944,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF

3390.36	401	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.364,00
Total na Classificação			2.364,00



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Total de Suplementações: 312.353,58

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 312.353,58 (Trezentos e Doze Mil, Trezentos e Cinquenta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos), como abaixo especificado:

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

17 511 1008 1029 CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4490.51	701 Obras e Instalações	112.353,58
Total na Classificação		112.353,58

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 365 1013 1024 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FNDE

4490.51	301 Obras e Instalações	200.000,00
Total na Classificação		200.000,00
Total de Anulações:		312.353,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00172015

Em, 01 de Outubro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 214.263,00 (Duzentos e Quatorze Mil, Duzentos e Sessenta e Três Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	17.512,00
Total na Classificação			17.512,00

03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 1003 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	37.378,00
Total na Classificação			37.378,00

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

12 123 1004 2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3390.93	001	Indenizações e Restituições	84,00
Total na Classificação			84,00

09 271 1004 2008 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - INSS

3190.13	001	Obrigações Patronais	41.562,00
Total na Classificação			41.562,00

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 452 1008 2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.828,00
		Total na Classificação	5.828,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 2012 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3390.30	301	Material de Consumo	4.255,00
		Total na Classificação	4.255,00

12 368 1014 2017 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

3390.36	301	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.542,00
		Total na Classificação	20.542,00

12 368 1014 2020 MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM O MDE

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	45.708,00
		Total na Classificação	45.708,00

12 361 1013 2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE

3390.14	001	Diárias - Civil	710,00
		Total na Classificação	710,00

4490.52	001	Equipamentos e Material Permanente	2.375,00
		Total na Classificação	2.375,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	29.764,00
		Total na Classificação	29.764,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF

3190.04	401	Contratação por Tempo Determinado	6.181,00
		Total na Classificação	6.181,00



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF

3390.36	401	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.364,00
		Total na Classificação	2.364,00
		Total de Suplementações:	214.263,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 214.263,00 (Duzentos e Quatorze Mil, Duzentos e Sessenta e Três Reais), como abaixo especificado:

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

18 541 1008 1032 CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

4490.51	701	Obras e Instalações	214.263,00
		Total na Classificação	214.263,00
		Total de Anulações:	214.263,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00192015

Em, 03 de Novembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 252.067,00 (Duzentos e Cinquenta e Dois Mil, Sessenta e Sete Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	22.783,00
Total na Classificação			22.783,00

03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 1003 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	26.534,00
Total na Classificação			26.534,00

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

12 123 1004 2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.988,00
Total na Classificação			9.988,00

09 271 1004 2008 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - INSS

3190.13	001	Obrigações Patronais	41.042,00
Total na Classificação			41.042,00

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Estado da Paraíba

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 452 1008 2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3390.39 001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 23.236,00
Total na Classificação 23.236,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 2012 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3390.30 301 Material de Consumo 22.475,00
Total na Classificação 22.475,00

12 368 1013 2015 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO PRGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO

3390.30 301 Material de Consumo 9.726,00
Total na Classificação 9.726,00

12 368 1014 2017 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

3390.36 301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 12.379,00
Total na Classificação 12.379,00

12 368 1014 2020 MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM O MDE

3390.36 001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 22.854,00
Total na Classificação 22.854,00

12 361 1013 2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE

3390.14 001 Diárias - Civil 280,00
Total na Classificação 280,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04 001 Contratação por Tempo Determinado 29.764,00
Total na Classificação 29.764,00

08.001 FUNDO MUNUCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF

3190.04	401	Contratação por Tempo Determinado	10.128,00
Total na Classificação			10.128,00
3390.36	401	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.152,00
Total na Classificação			3.152,00

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20 606 1012 2054 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.726,00
Total na Classificação			17.726,00
Total de Suplementações:			252.067,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 252.067,00 (Duzentos e Cinquenta e Dois Mil, Sessenta e Sete Reais), como abaixo especificado:

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

17 511 1008 1030 CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS NA Z. RURAL

4490.51	701	Obras e Instalações	80.000,00
Total na Classificação			80.000,00

17 512 1008 1031 CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS NA ZONA URBANA

4490.51	701	Obras e Instalações	90.000,00
Total na Classificação			90.000,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 365 1013 1026 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - FNDE

4490.52	301	Equipamentos e Material Permanente	52.067,00
Total na Classificação			52.067,00

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20 605 1008 1048 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20 605 1008 1048 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO

4490.51	001 Obras e Instalações		30.000,00
		Total na Classificação	30.000,00
		Total de Anulações:	252.067,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00222015

Em, 02 de Dezembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 475.726,00 (Quatrocentos e Setenta e Cinco Mil, Setecentos e Vinte e Seis Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	26.521,00
Total na Classificação			26.521,00

03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 1003 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3390.30	001	Material de Consumo	2.715,00
Total na Classificação			2.715,00
3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	55.029,00
Total na Classificação			55.029,00

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

12 123 1004 2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.558,00
Total na Classificação			20.558,00
3390.93	001	Indenizações e Restituições	100,00
Total na Classificação			100,00



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

11 331 1004 2007 CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP

3390.10	001 Seguro Desemprego e Abono Salarial	679,00
	Total na Classificação	679,00

09 271 1004 2008 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - INSS

3190.13	001 Obrigações Patronais	71.413,00
	Total na Classificação	71.413,00

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 451 1008 1009 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA

4490.51	701 Obras e Instalações	61.888,00
	Total na Classificação	61.888,00

15 452 1008 2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3390.30	001 Material de Consumo	3.637,00
	Total na Classificação	3.637,00

3390.36	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	631,00
	Total na Classificação	631,00

3390.39	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.655,00
	Total na Classificação	21.655,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 368 1013 2015 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO

3390.30	301 Material de Consumo	10.504,00
	Total na Classificação	10.504,00

12 368 1013 2016 ATIVIDADES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE

3390.30	301 Material de Consumo	6.411,00
	Total na Classificação	6.411,00

12 368 1014 2017 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 368 1014 2017 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

3390.36	301	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.305,00
		Total na Classificação	1.305,00

12 368 1014 2020 MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM O MDE

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	9.674,00
		Total na Classificação	9.674,00

12 361 1013 2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.263,00
		Total na Classificação	9.263,00

3390.14	001	Diárias - Civil	580,00
		Total na Classificação	580,00

12 365 1013 2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL - MDE

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	29.764,00
		Total na Classificação	29.764,00

13 392 1015 2026 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, REGIONAIS E FOLCLÓRICAS

3390.36	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.900,00
		Total na Classificação	7.900,00

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.872,00
		Total na Classificação	65.872,00

27 812 1016 2028 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS

3390.30	001	Material de Consumo	1.975,00
		Total na Classificação	1.975,00

08.000 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

08 244 1011 2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.107,00
		Total na Classificação	5.107,00



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 243 1011 2047 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PSB/SCVF

3190.04	401	Contratação por Tempo Determinado	10.128,00
Total na Classificação			10.128,00

3390.30	401	Material de Consumo	2.680,00
Total na Classificação			2.680,00

3390.36	401	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.502,00
Total na Classificação			3.502,00

08 244 1011 2049 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF

3390.39	401	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	36.809,00
Total na Classificação			36.809,00

09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20 606 1012 2054 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.426,00
Total na Classificação			9.426,00

Total de Suplementações: 475.726,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 475.726,00 (Quatrocentos e Setenta e Cinco Mil, Setecentos e Vinte e Seis Reais), como abaixo especificado:

02.000 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1002 1005 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE

4490.52	001	Equipamentos e Material Permanente	5.700,00
Total na Classificação			5.700,00

05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

17 512 1008 1015 EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA

4490.51	701	Obras e Instalações	150.000,00
Total na Classificação			150.000,00

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Estado da Paraíba
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

06.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12 361 1013 1017 CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS PARA O ENS. FUNDAMENTAL - FNDE

4490.51	301 Obras e Instalações	160.000,00
	Total na Classificação	160.000,00

12 361 1013 2022 MANUT. DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL - OUTRAS
DESPESAS - 40%

3390.36	101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	160.026,00
	Total na Classificação	160.026,00
	Total de Anulações:	475.726,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Camara Municipal de Manaira

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

Estado da Paraíba

Poder Legislativo

Lei Federal nº 4.320/64

centro

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
01.000 CÂMARA MUNICIPAL								
01 031 1001 1001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CÂMARA MUNICIPAL								
4490.51 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Total do Projeto:	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
01 031 1001 1003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA								
4490.52 00 001	3.000,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00	1,00	0,00	1,00
Total do Projeto:	3.000,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00	1,00	0,00	1,00
01 031 1001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS								
3190.04 00 001	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3190.11 00 001	380.620,00	0,00	0,00	0,00	20.856,00	359.764,00	349.794,17	9.969,83
3190.13 00 001	83.740,00	238,00	0,00	0,00	0,00	83.978,00	83.976,11	1,89
Total da Atividade:	469.360,00	238,00	0,00	0,00	25.856,00	443.742,00	433.770,28	9.971,72
01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS LEGISLATIVAS								
3390.14 00 001	5.000,00	851,00	0,00	0,00	0,00	5.851,00	5.250,00	601,00
3390.30 00 001	18.640,00	3.427,00	0,00	0,00	0,00	22.067,00	22.065,56	1,44
3390.36 00 001	20.000,00	26.231,00	0,00	0,00	0,00	46.231,00	46.230,00	1,00
3390.39 00 001	99.000,00	13.108,00	0,00	0,00	10.000,00	102.108,00	101.479,97	628,03
Total da Atividade:	142.640,00	43.617,00	0,00	0,00	10.000,00	176.257,00	175.025,53	1.231,47
Total da Unidade:	620.000,00	43.855,00	0,00	0,00	43.855,00	620.000,00	608.795,81	11.204,19



Camara Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

centro

Estado da Paraíba

Poder Legislativo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
Total Geral:	620.000,00	43.855,00	0,00	0,00	43.855,00	620.000,00	608.795,81	11.204,19



Estado da Paraíba
Poder Legislativo

Camara Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00112015

Em, 01 de Junho de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MANAIRÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

01.000 CÂMARA MUNICIPAL

01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS LEGISLATIVAS

3390.36	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	22.000,00
	Total na Classificação	22.000,00
	Total de Suplementações:	22.000,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais), como abaixo especificado:

01.000 CÂMARA MUNICIPAL

01 031 1001 1001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CÂMARA MUNICIPAL

4490.51	001 Obras e Instalações	5.000,00
	Total na Classificação	5.000,00

01 031 1001 1003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA

4490.52	001 Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
	Total na Classificação	2.000,00

01 031 1001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS



Estado da Paraíba
Poder Legislativo

Camara Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

01.000 CÂMARA MUNICIPAL

01 031 1001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS

3190.04	001	Contratação por Tempo Determinado	5.000,00
		Total na Classificação	5.000,00

01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS LEGISLATIVAS

3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
		Total na Classificação	10.000,00
		Total de Anulações:	22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Legislativo

Camara Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00212015

Em, 02 de Novembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MANAIRÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 12.777,00 (Doze Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

01.000 CÂMARA MUNICIPAL

01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS LEGISLATIVAS

3390.30	001	Material de Consumo	777,00
Total na Classificação			777,00
3390.39	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.000,00
Total na Classificação			12.000,00
Total de Suplementações:			12.777,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 12.777,00 (Doze Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais), como abaixo especificado:

01.000 CÂMARA MUNICIPAL

01 031 1001 1003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA

4490.52	001	Equipamentos e Material Permanente	999,00
Total na Classificação			999,00

01 031 1001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.778,00
Total na Classificação			11.778,00



Estado da Paraíba
Poder Legislativo

Camara Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Total de Anulações: 12.777,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba
Poder Legislativo

Camara Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00262015

Em, 01 de Dezembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MANAIRÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 9.078,00 (Nove Mil, Setenta e Oito Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

01.000 CÂMARA MUNICIPAL

01 031 1001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS

3190.13	001 Obrigações Patronais	238,00
	Total na Classificação	238,00

01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS LEGISLATIVAS

3390.14	001 Diárias - Civil	851,00
	Total na Classificação	851,00

3390.30	001 Material de Consumo	2.650,00
	Total na Classificação	2.650,00

3390.36	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.231,00
	Total na Classificação	4.231,00

3390.39	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.108,00
	Total na Classificação	1.108,00

Total de Suplementações: 9.078,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 9.078,00 (Nove Mil, Setenta e Oito Reais), como abaixo especificado:

01.000 CÂMARA MUNICIPAL



Estado da Paraíba
Poder Legislativo

Camara Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.143.074/0001-51

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

01.000 CÂMARA MUNICIPAL

01 031 1001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS

3190.11	001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.078,00
	Total na Classificação	9.078,00
	Total de Anulações:	9.078,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

Nível de Detalhamento da Despesa

centro

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível
		Suplementares	Especiais	Extraordinários				
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE								
10 301 1005 0008 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SAÚDE DO INSS								
4690.71 00 001	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Total da Operação Especial:	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
10 301 1010 1033 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA - SUS								
4490.52 00 201	160.000,00	0,00	0,00	0,00	41.041,00	118.959,00	0,00	118.959,00
Total do Projeto:	160.000,00	0,00	0,00	0,00	41.041,00	118.959,00	0,00	118.959,00
10 301 1010 1034 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE - FUS								
4490.52 00 001	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	33.000,00	27.000,00
Total do Projeto:	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	33.000,00	27.000,00
10 301 1010 1035 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - SUS								
4490.51 00 201	300.000,00	0,00	0,00	0,00	46.246,00	253.754,00	0,00	253.754,00
Total do Projeto:	300.000,00	0,00	0,00	0,00	46.246,00	253.754,00	0,00	253.754,00
10 301 1010 1036 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - FUS								
4490.51 00 001	150.000,00	0,00	0,00	0,00	108.275,00	41.725,00	38.689,90	3.035,10
Total do Projeto:	150.000,00	0,00	0,00	0,00	108.275,00	41.725,00	38.689,90	3.035,10
10 301 1008 1037 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SAÚDE - FUS								
4490.61 00 001	40.000,00	0,00	0,00	0,00	29.121,00	10.879,00	0,00	10.879,00
Total do Projeto:	40.000,00	0,00	0,00	0,00	29.121,00	10.879,00	0,00	10.879,00
10 301 1008 1038 CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR SECRETARIA DE SAÚDE - FUS								
4490.51 00 001	45.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total do Projeto:	45.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

Nível de Detalhamento da Despesa

centro

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível		
		Suplementares	Especiais	Extraordinários						
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE										
10 301 1010 1039 AQUIS. DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, HOSPIT. E ODONTOLÓGICOS - SUS										
4490.52	00 201	160.000,00	0,00	0,00	0,00	101.636,00	58.364,00	3.066,00	55.298,00	
Total do Projeto:		160.000,00	0,00	0,00	0,00	101.636,00	58.364,00	3.066,00	55.298,00	
10 301 1010 1040 AQUIS. DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A SAÚDE - FUS										
4490.52	00 001	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	32.372,00	2.628,00	
Total do Projeto:		35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	32.372,00	2.628,00	
10 305 1008 1041 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE HABITACÕES PARA CONTROLE DE DOENÇA DE CHAGAS										
4490.51	00 701	180.000,00	0,00	0,00	0,00	163.964,00	16.036,00	0,00	16.036,00	
Total do Projeto:		180.000,00	0,00	0,00	0,00	163.964,00	16.036,00	0,00	16.036,00	
10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE										
3190.04	00 001	55.000,00	7.549,00	0,00	0,00	0,00	62.549,00	62.548,00	1,00	
3190.11	00 001	991.430,00	0,00	0,00	0,00	237.612,00	753.818,00	701.452,93	52.365,07	
3190.13	00 001	329.600,00	76.413,00	0,00	0,00	0,00	406.013,00	406.011,52	1,48	
3390.14	00 001	16.000,00	1.821,00	0,00	0,00	0,00	17.821,00	17.820,00	1,00	
3390.30	00 001	370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	331.778,89	38.221,11	
3390.36	00 001	200.000,00	88.986,00	0,00	0,00	0,00	288.986,00	288.984,90	1,10	
3390.39	00 001	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	169.003,28	10.996,72	
3390.91	00 001	3.000,00	9.001,00	0,00	0,00	0,00	12.001,00	12.000,00	1,00	
3390.92	00 001	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
3390.93	00 001	10.000,00	8.901,00	0,00	0,00	0,00	18.901,00	18.900,00	1,00	
Total da Atividade:		2.156.030,00	192.671,00	0,00	0,00	237.612,00	2.111.089,00	2.008.499,52	102.589,48	
10 301 1010 2030 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF										
3190.11	00 201	244.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.425,00	229.588,03	14.836,97	
Total da Atividade:		244.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.425,00	229.588,03	14.836,97	



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saúde de Manairá

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

Nível de Detalhamento da Despesa

centro

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE									
10 301 1010 2031 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS									
3190.11	00 201	255.530,00	55.840,00	0,00	0,00	0,00	311.370,00	311.369,24	0,76
Total da Atividade:		255.530,00	55.840,00	0,00	0,00	0,00	311.370,00	311.369,24	0,76
10 301 1010 2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB									
3190.11	00 201	40.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.200,00	0,00	40.200,00
Total da Atividade:		40.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.200,00	0,00	40.200,00
10 301 1010 2034 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA									
3390.30	00 201	58.000,00	13.356,00	0,00	0,00	0,00	71.356,00	71.354,82	1,18
Total da Atividade:		58.000,00	13.356,00	0,00	0,00	0,00	71.356,00	71.354,82	1,18
10 301 1010 2035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - FIXO									
3190.04	00 201	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
3190.11	00 201	147.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00	99.412,16	47.587,84
3390.30	00 201	78.500,00	61.653,00	0,00	0,00	0,00	140.153,00	140.152,08	0,92
3390.36	00 201	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
3390.39	00 201	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Total da Atividade:		270.000,00	61.653,00	0,00	0,00	0,00	331.653,00	239.564,24	92.088,76
10 302 1010 2036 TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA - REC-REC									
3390.30	00 201	4.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.150,00	0,00	4.150,00
3390.36	00 201	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
3390.39	00 201	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total da Atividade:		8.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.650,00	0,00	8.650,00



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

Nível de Detalhamento da Despesa

centro

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível		
		Suplementares	Especiais	Extraordinários						
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE										
10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192										
	3190.04	00	201	95.000,00	371.177,00	0,00	0,00	466.177,00	466.175,75	1,25
	3190.13	00	201	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	0,00	20.900,00
	3390.30	00	201	25.000,00	29.731,00	0,00	0,00	54.731,00	54.730,35	0,65
	3390.36	00	201	12.210,00	0,00	0,00	0,00	12.210,00	8.600,00	3.610,00
	3390.39	00	201	4.390,00	22.321,00	0,00	0,00	26.711,00	26.710,24	0,76
	Total da Atividade:			157.500,00	423.229,00	0,00	0,00	580.729,00	556.216,34	24.512,66
10 302 1010 2038 TETO MUNIC. DA MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULAT. E HOSPITALAR										
	3390.30	00	201	100.000,00	0,00	0,00	0,00	44.410,00	55.590,00	6.878,40
	3390.36	00	201	35.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.100,00	0,00
	3390.39	00	201	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	4.702,50
	Total da Atividade:			163.100,00	0,00	0,00	0,00	44.410,00	118.690,00	11.580,90
10 304 1010 2039 AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PVISA										
	3190.04	00	201	9.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.400,00	0,00
	3190.13	00	201	2.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.060,00	0,00
	3390.30	00	201	7.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.400,00	2.935,80
	3390.36	00	201	5.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00	0,00
	3390.39	00	201	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
	Total da Atividade:			26.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.260,00	2.935,80
10 305 1010 2040 PISO FIXO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE - PFVPS										
	3190.04	00	201	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
	3190.13	00	201	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00	0,00
	3390.30	00	201	30.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.950,00	0,00
	3390.36	00	201	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
	3390.39	00	201	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	500,00
	Total da Atividade:			102.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.130,00	500,00
										101.630,00



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

Centro de Detalhamento da Despesa

centro

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Classificação Institucional Funcional-Programática	Dotação Orçamentária	Créditos Adicionais			Anulação de Dotação	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Dotação Disponível	
		Suplementares	Especiais	Extraordinários					
07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE									
10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS									
	3390.30 00 201	20.000,00	65.556,00	0,00	0,00	0,00	85.556,00	85.555,35	0,65
	3390.36 00 201	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	900,00	12.100,00
	3390.39 00 201	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	1.630,00	5.370,00
	Total da Atividade:	40.000,00	65.556,00	0,00	0,00	0,00	105.556,00	88.085,35	17.470,65
11 301 1003 2055 CONTRIBUIÇÃO DA SAÚDE PARA O PASEP									
	3390.10 00 001	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
	Total da Atividade:	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
	Total da Unidade:	4.701.825,00	812.305,00	0,00	0,00	812.305,00	4.701.825,00	3.626.822,14	1.075.002,86
	Total Geral:	4.701.825,00	812.305,00	0,00	0,00	812.305,00	4.701.825,00	3.626.822,14	1.075.002,86



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00032015

Em, 02 de Março de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 29.121,00 (Vinte e Nove Mil, Cento e Vinte e Um Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201 Contratação por Tempo Determinado	29.121,00
	Total na Classificação	29.121,00
	Total de Suplementações:	29.121,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 29.121,00 (Vinte e Nove Mil, Cento e Vinte e Um Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1008 1037 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SAÚDE - FUS

4490.61	001 Aquisição de Imóveis	29.121,00
	Total na Classificação	29.121,00
	Total de Anulações:	29.121,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00052015

Em, 01 de Abril de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 46.636,00 (Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Trinta e Seis Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201	Contratação por Tempo Determinado	39.160,00
		Total na Classificação	39.160,00
3390.30	201	Material de Consumo	7.476,00
		Total na Classificação	7.476,00
		Total de Suplementações:	46.636,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 46.636,00 (Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Trinta e Seis Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 1039 AQUIS. DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, HOSPIT. E
ODONTOLÓGICOS - SUS

4490.52	201	Equipamentos e Material Permanente	46.636,00
		Total na Classificação	46.636,00
		Total de Anulações:	46.636,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00072015

Em, 06 de Maio de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 63.318,00 (Sessenta e Três Mil, Trezentos e Dezoito Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3390.93	001 Indenizações e Restituições	1.001,00
	Total na Classificação	1.001,00

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201 Contratação por Tempo Determinado	47.288,00
	Total na Classificação	47.288,00

3390.30	201 Material de Consumo	6.669,00
	Total na Classificação	6.669,00

3390.39	201 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.312,00
	Total na Classificação	5.312,00

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3390.30	201 Material de Consumo	3.048,00
	Total na Classificação	3.048,00

Total de Suplementações: 63.318,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

63.318,00 (Sessenta e Três Mil, Trezentos e Dezoito Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 305 1008 1041 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE HABITACÕES PARA CONTROLE
DE DOENÇA DE CHAGAS

4490.51	701 Obras e Instalações		63.318,00
		Total na Classificação	63.318,00
		Total de Anulações:	63.318,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00092015

Em, 01 de Junho de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 44.410,00 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Dez Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201 Contratação por Tempo Determinado	35.228,00
	Total na Classificação	35.228,00
3390.30	201 Material de Consumo	2.012,00
	Total na Classificação	2.012,00
3390.39	201 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.288,00
	Total na Classificação	6.288,00

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3390.30	201 Material de Consumo	882,00
	Total na Classificação	882,00
	Total de Suplementações:	44.410,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 44.410,00 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Dez Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1010 2038 TETO MUNIC. DA MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULAT. E HOSPITALAR



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1010 2038 TETO MUNIC. DA MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULAT. E
HOSPITALAR

3390.30 201 Material de Consumo 44.410,00

Total na Classificação 44.410,00

Total de Anulações: 44.410,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00122015

Em, 01 de Julho de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 46.246,00 (Quarenta e Seis Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3390.93	001 Indenizações e Restituições	3.300,00
	Total na Classificação	3.300,00

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201 Contratação por Tempo Determinado	40.000,00
	Total na Classificação	40.000,00

3390.30	201 Material de Consumo	2.946,00
	Total na Classificação	2.946,00

Total de Suplementações: 46.246,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 46.246,00 (Quarenta e Seis Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 1035 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - SUS

4490.51	201 Obras e Instalações	46.246,00
	Total na Classificação	46.246,00



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

Total de Anulações: 46.246,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00142015

Em, 03 de Agosto de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 65.825,00 (Sessenta e Cinco Mil, Oitocentos e Vinte e Cinco Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3390.93	001 Indenizações e Restituições	1.100,00
	Total na Classificação	1.100,00

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201 Contratação por Tempo Determinado	39.950,00
	Total na Classificação	39.950,00

3390.30	201 Material de Consumo	7.928,00
	Total na Classificação	7.928,00

3390.39	201 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.232,00
	Total na Classificação	10.232,00

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3390.30	201 Material de Consumo	6.615,00
	Total na Classificação	6.615,00

Total de Suplementações: 65.825,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

65.825,00 (Sessenta e Cinco Mil, Oitocentos e Vinte e Cinco Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 1033 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA - SUS

4490.52 201 Equipamentos e Material Permanente 41.041,00

Total na Classificação 41.041,00

10 301 1010 1036 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - FUS

4490.51 001 Obras e Instalações 24.784,00

Total na Classificação 24.784,00

Total de Anulações: 65.825,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00152015

Em, 01 de Setembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 83.491,00 (Oitenta e Três Mil, Quatrocentos e Noventa e Um Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3390.93	001	Indenizações e Restituições	700,00
Total na Classificação			700,00

10 301 1010 2035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - FIXO

3390.30	201	Material de Consumo	31.024,00
Total na Classificação			31.024,00

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201	Contratação por Tempo Determinado	36.838,00
Total na Classificação			36.838,00

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3390.30	201	Material de Consumo	14.929,00
Total na Classificação			14.929,00
Total de Suplementações:			83.491,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço

Emissão dos Decretos

83.491,00 (Oitenta e Três Mil, Quatrocentos e Noventa e Um Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 1036 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - FUS

4490.51	001 Obras e Instalações	83.491,00
Total na Classificação		83.491,00
Total de Anulações:		83.491,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00182015

Em, 01 de Outubro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 100.646,00 (cem Mil, Seiscentos e Quarenta e Seis Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3390.36	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	33.951,00
	Total na Classificação	33.951,00

3390.91	001 Sentenças Judiciais	9.001,00
	Total na Classificação	9.001,00

3390.93	001 Indenizações e Restituições	700,00
	Total na Classificação	700,00

10 301 1010 2035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - FIXO

3390.30	201 Material de Consumo	11.102,00
	Total na Classificação	11.102,00

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201 Contratação por Tempo Determinado	36.172,00
	Total na Classificação	36.172,00

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos**07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE**

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3390.30	201	Material de Consumo	9.720,00
Total na Classificação			9.720,00
Total de Suplementações:			100.646,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 100.646,00 (cem Mil, Seiscentos e Quarenta e Seis Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 305 1008 1041 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE HABITACÕES PARA CONTROLE DE DOENÇA DE CHAGAS

4490.51	701	Obras e Instalações	100.646,00
Total na Classificação			100.646,00
Total de Anulações:			100.646,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00202015

Em, 03 de Novembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 122.979,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Novecentos e Setenta e Nove Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3190.13	001 Obrigações Patronais	25.338,00
	Total na Classificação	25.338,00
3390.14	001 Diárias - Civil	31,00
	Total na Classificação	31,00
3390.36	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	24.035,00
	Total na Classificação	24.035,00
3390.93	001 Indenizações e Restituições	700,00
	Total na Classificação	700,00

10 301 1010 2031 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

3190.11	201 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.471,00
	Total na Classificação	9.471,00

10 301 1010 2035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - FIXO

3390.30	201 Material de Consumo	14.519,00
	Total na Classificação	14.519,00



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201	Contratação por Tempo Determinado	32.256,00
Total na Classificação			32.256,00

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3390.30	201	Material de Consumo	16.629,00
Total na Classificação			16.629,00
Total de Suplementações:			122.979,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 122.979,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Novecentos e Setenta e Nove Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1008 1038 CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR SECRETARIA DE SAÚDE - FUS

4490.51	001	Obras e Instalações	40.000,00
Total na Classificação			40.000,00

10 301 1010 1039 AQUIS. DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, HOSPIT. E ODONTOLÓGICOS - SUS

4490.52	201	Equipamentos e Material Permanente	55.000,00
Total na Classificação			55.000,00

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	27.979,00
Total na Classificação			27.979,00
Total de Anulações:			122.979,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Decreto nº 00232015

Em, 03 de Dezembro de 2015.

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CENTRO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0404, de 10 de Novembro de 2014.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 209.633,00 (Duzentos e Nove Mil, Seiscentos e Trinta e Três Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3190.04	001 Contratação por Tempo Determinado	7.549,00
	Total na Classificação	7.549,00
3190.13	001 Obrigações Patronais	51.075,00
	Total na Classificação	51.075,00
3390.14	001 Diárias - Civil	1.790,00
	Total na Classificação	1.790,00
3390.36	001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	31.000,00
	Total na Classificação	31.000,00
3390.93	001 Indenizações e Restituições	1.400,00
	Total na Classificação	1.400,00

10 301 1010 2031 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

3190.11	201 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	46.369,00
	Total na Classificação	46.369,00

10 301 1010 2034 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos**07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE**

10 301 1010 2034 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA

3390.30	201	Material de Consumo	13.356,00
Total na Classificação			13.356,00

10 301 1010 2035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - FIXO

3390.30	201	Material de Consumo	5.008,00
Total na Classificação			5.008,00

10 302 1010 2037 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE ÀS URGÊNCIAS SAMU 192

3190.04	201	Contratação por Tempo Determinado	35.164,00
Total na Classificação			35.164,00

3390.30	201	Material de Consumo	2.700,00
Total na Classificação			2.700,00

3390.39	201	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	489,00
Total na Classificação			489,00

10 301 1010 2041 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS

3390.30	201	Material de Consumo	13.733,00
Total na Classificação			13.733,00

Total de Suplementações:	209.633,00
---------------------------------	-------------------

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 209.633,00 (Duzentos e Nove Mil, Seiscentos e Trinta e Três Reais), como abaixo especificado:

07.001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1010 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3190.11	001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	209.633,00
Total na Classificação			209.633,00

Total de Anulações:	209.633,00
----------------------------	-------------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.



Estado da Paraíba

Fundo Municipal de Saude de Manaira

C.N.P.J.: 10.522.238/0001-30

centro

Relatório de Balanço
Emissão dos Decretos

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.



**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

LEI MUNICIPAL Nº 408/2015, de 30/04/2015.

**Dispõe sobre aumento na remuneração
dos servidores da Câmara Municipal de
Manaíra, e dá outras providências.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MANAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo que determina o Art. 38 "caput", da Lei Orgânica Municipal, c/c o PCCR – PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE MANAÍRA-PB, na parte dispositiva do art. 51, e seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 396, de 15/04/2014, faço saber que a Câmara de Vereadores de Manaíra-PB, **DECRETA** e eu **SANCIONO a seguinte Lei:**

Art. 1º - Fica concedido aumento em favor dos servidores públicos da Câmara de vereadores de Manaíra-PB, cargo de carreiras ou comissionados, no percentual de 6,41%, (Seis vírgula quarenta e um) por cento, percentual este que corresponde ao percentual do IPCA do exercício financeiro de 2014, devendo este aumento ser retroativo a 1º. de janeiro de 2015, na forma do estabelecido no art. 51, e seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 396, de 15/04/2014.

Parágrafo único – O aumento de 6,41% do IPCA do exercício de 2014 constante do art. 1º desta Lei, tem repercussão direta no Anexo Único – Tabela I, da Lei Municipal nº 396, de 15/04/2014 – GRUPO DE DIREÇÃO E COORDENADORIA DA CÂMARA e na Tabela II, da Lei Municipal nº 396, de 15/04/2014 – GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL ELEMENTAR – CONCURSADOS, e na Tabela III, da Lei Municipal nº 396, de 15/04/2014 – GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO – CONCURSADOS, que passarão a ter seus valores atualizados no índice de correção de

6,41 (seis, quarenta e um por cento), em cima dos valores nelas fixados no PCCR, passando os Anexos que consta as tabelas com os valores da remuneração de cada categoria dos servidores constante acima, ter a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

TABELA I - DA LEI MUNICIPAL Nº 396, de 15.04.2014, atualizada pela Lei Municipal nº 408, de 30.04.2015.

Grupo de Direção e Coordenadoria da Câmara

Cargo	Símbolo	Quantidade	Vencimento em R\$
Secretário Executivo	SE - I	01	1.170,51
Diretor	DT - I	01	957,69
Coordenador	CD - I	01	851,28
Assessor Parlamentar	AP - I	01	1.064,10

TABELA II - TABELA I -DA LEI MUNICIPAL Nº 396, de 15.04.2014, atualizada pela Lei Municipal nº 408, de 30.04.2015.

GRUPO DE ATIVIDADE DE NÍVEL ELEMENTAR - CONCURSADO -

Cargo	Símbolo	Quantidade	Vencimento em R\$
<i>Auxiliar de Serviços</i>	AS - I	01	788,00

TABELA III - TABELA I -DA LEI MUNICIPAL Nº 396, de 15.04.2014, atualizada pela Lei Municipal nº 408, de 30.04.2015.

GRUPO DE ATIVIDADE NÍVEL INTERMEDIÁRIO - CONCURSADOS -

Cargo	Símbolo	Quantidade	Vencimento em R\$
Agente Administrativo	AA - I	01	1.064,10

<i>Assistente Legislativo e Informática</i>	ALI - I	01	1.540,81
---	---------	----	----------

TABELA IV - DA LEI MUNICIPAL Nº 396, de 15/04/2014,
atualizada pela Lei Municipal nº 408, de 30.04.2015.

**GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE
DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO, CHEFIA OU ASSISTÊNCIA.**
(Art. 16, § 2º c/c o art.33, desta Lei

Função Comissionada	Símbolo	Quantidade	Gratificação de Exercício de Função - GEF em Reais
<i>Diretor Geral de Tesouraria (Tesoureiro)</i>	GEF - I	01	200,00

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária reservada ao pagamento das despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Lei será incorporada a Lei que trata de regular o pagamento dos vencimentos dos servidores da Câmara, que tenha estabelecido a data base para aumento dos vencimentos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, a 1º de janeiro de 2015, e revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Manaíra-PB, em 30 de abril de 2015, 192 anos de Independência do Brasil e 53 anos de Emancipação Política do município de Manaíra-PB.


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Constitucional -



**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 015/15, de 23.02.2015.

"Altera a Lei Complementar Municipal nº 011/10, de 05.01.2010", **para fazer a Atualização do Piso Salarial para o Magistério Municipal**", e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MANAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conferida pelo que determina o art. 38, "Caput", da Lei Orgânica Municipal de Manaíra-PB, faço saber que a Câmara de Vereadores de Manaíra-PB,, **DECRETA** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Atualizado o Piso Salarial do Magistério Público do Município de Manaíra-PB, devendo atender aos comandos da **Lei Federal nº 11.738/2008 e de acordo com Lei Complementar Municipal nº 011/2010, de 05 de janeiro de 2010**, e demais normas aplicáveis a espécie e, ainda, ao reajuste per capto do valor aluno relacionado ao FUNDEB.

Art. 2º - Com a atualização, o Salário básico das classes funcionais e profissionais do Magistério serão os constantes nos ANEXO I, II e III, desta Lei, e ainda, com o acréscimo do Anexo IV, que dispõe sobre a carga horária de T-40, acrescido pela Lei Complementar Municipal nº 014, de 15 de abril de 2014.

Parágrafo único – Os Anexos relacionados nesta Lei passarão a integrar, também, como Anexo a Lei Complementar Municipal nº 011/2010, em substituição aos Anexos lá constantes.

Art. 3º - Com a atualização do Piso Salarial, este no percentual de 13,01 (treze, zero um por cento), o Piso Salarial básico inicial do Professor para **carga horária de 30 (trinta) horas será de R\$: 1.447,00 (mil, quatrocentos e quarenta e sete reais)**, e o Piso para carga horária de 40 (quarenta) horas será de R\$: 1.918,00 (mil, novecentos e dezoito reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária destinada a pessoal constante no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de janeiro de 2015, revogando-se as

disposições em contrário, ficando ratificadas os demais termos da Lei Complementar nº 011/10, de 05.01.2010.

Gabinete do Prefeito constitucional do município de Manaíra-PB,
em 23 de fevereiro de 2015, 192 anos de independência do Brasil e 53 anos de
emancipação política do município de Manaíra-PB.



Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Constitucional -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

Anexo I, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

PROFESSOR DO MAGISTÉRIO (MAG) CLASSE A (30hs).

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
A1	1.447,00	1.519,35	1.591,70	1.664,05	1.736,40	1.808,75
A2	1.664,05	1.747,25	1.830,45	1.913,65	1.996,86	2.080,06
A3	1.881,10	1.975,15	2.069,21	2.163,26	2.257,32	2.351,37
A4	2.098,15	2.203,05	2.307,96	2.412,87	2.517,78	2.622,68
A5	2.315,20	2.430,96	2.546,72	2.662,48	2.778,24	2.894,00


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO II, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

PROFESSOR DO MAGISTÉRIO (MAG) CLASSE B (30hs).

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
B1	1.664,00	1.742,20	1.830,40	1.913,60	1.996,80	2.080,00
B2	1.880,32	1.974,33	2.068,35	2.162,36	2.256,38	2.350,40
B3	2.097,00	2.201,85	2.306,70	2.411,55	2.516,40	2.621,25
B4	2.313,00	2.428,65	2.544,30	2.659,95	2.775,60	2.891,25


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO III, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

SUPORTE PEDAGÓGICO (SP) CLASSE C (30hs).

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
B1	1.664,00	1.742,20	1.830,40	1.913,60	1.996,80	2.080,00
B2	1.880,32	1.974,33	2.068,35	2.162,36	2.256,38	2.350,40
B3	2,097,00	2.201,85	2.306,70	2.411,55	2.516,40	2.621,25
B4	2.313,00	2.428,65	2.544,30	2.659,95	2.775,60	2.891,25


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO I, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

PROFESSOR DO MAGISTERIO (MAG) CLASSE A (40hs)

NIVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
A1	1.918,00	2.013,90	2.109,80	2.205,70	2.301,60	2.397,50
A2	2.205,70	2.315,98	2.426,27	2.536,55	2.646,84	2.757,12
A3	2.493,40	2.618,07	2.742,74	2.867,41	2.992,08	3.116,75
A4	2.781,10	2.920,15	3.059,21	3.198,26	3.337,32	3.476,37
A5	3.068,80	3.222,24	3.375,68	3.529,12	3.682,56	3.836,00


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICIPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO II, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

PROFESSOR DO MAGISTERIO (MAG) CLASSE B (40hs).

NIVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
B1	2.205,44	2.315,71	2.425,98	2.536,25	2.646,52	2.756,80
B2	2.492,14	2.616,74	2.741,35	2.865,96	2.990,56	3.115,17
B3	2.778,85	2.917,79	3.056,73	3.195,67	3.334,62	3.473,56
B4	3.065,56	3.218,83	3.372,11	3.525,39	3.678,67	3.831,95


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO III, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

SUPORTE PEDAGÓGICO (SP) CLASSE C (40hs).

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
B1	2.205,44	2.315,71	2.425,98	2.536,25	2.646,52	2.756,80
B2	2.492,14	2.616,74	2.741,35	2.865,96	2.990,56	3.115,17
B3	2.778,85	2.917,79	3.056,73	3.195,67	3.334,62	3.473,56
B4	3.065,56	3.218,83	3.372,11	3.525,39	3.678,67	3.831,95


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO IV, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

Tabela de Gratificação Para Diretor Escolar

ESCOLA	Nº de alunos	Valor
Nível I	De 50 a 100 alunos	10%
Nível II	De 101 a 200 alunos	15%
Nível III	De 201 a 400 alunos	20%
Nível IV	De 401 a 600 alunos	25%
Nível V	De 601 a 900 alunos	35%
Nível VI	Mais de 900 alunos	45%


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO V, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

CARGO	VALOR
Coordenador Pedagógico	30%
Orientador Educacional	30%
Supervisor Escolar	30%
Psicólogo Escolar	30%
Inspetor Escolar	30%


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO VI, da Lei Complementar nº 015/2015, de 23/02/2015.

Gratificação de Dificil Acesso		
Nível	Distância	Percentual
I	De 4 a 10 km	8%
II	De 11 a 22 km	16%
III	De 23 a 40 km	24%


Dr. JOSÉ WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA
- Prefeito Municipal -


CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB – MUNICÍPIO DE MANAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA.

PARECER

O conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Com base nos demonstrativos analisamos e verificamos a aplicabilidade dos recursos do FUNDEB; sendo que mais de 60% dos recursos foi aplicado na remuneração dos profissionais do magistério conforme determina a Lei 9.424/96 e o restante do recurso do FUNDEB foi aplicado ao pagamento dos servidores de apoio, aquisição, manutenção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, materiais didáticos e pedagógicos, manutenção de veículos que fazem o transporte dos alunos do ensino fundamental.

Após uma análise dos relatórios, esse Conselho está de acordo e emite parecer favorável à aplicação dos recursos no exercício de 2015.

Manaíra – PB, 19 de fevereiro de 2016



Maria da Conceição Trajano Moreira

Presidente do Conselho



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Receitas				Despesas			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Previsão Atualizada	Execução	Diferença
Receitas Correntes							
Receita Tributária	252.300,00	401.560,72	149.260,72	Crédito Orçamentário e Suplementar, Especial e Extraordinário	22.866.808,00	17.794.038,95	-5.072.769,05
Receitas de Contribuições	6.000,00	0,00	-6.000,00				
Receita Patrimonial	175.100,00	193.675,12	18.575,12				
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00				
Receita Industrial	500,00	0,00	-500,00				
Receita de Serviços	22.800,00	1.500,00	-21.300,00				
Transferências Correntes	19.554.805,00	18.309.647,97	-1.245.157,03				
Outras Receitas Correntes	26.000,00	37.582,51	11.582,51				
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00				
Deduções da Receita Corrente	2.294.432,00	2.113.652,62	-180.779,38				
Total:	17.743.073,00	16.830.313,70	912.759,30	Total:	22.866.808,00	17.794.038,95	-5.072.769,05
Receitas Capital							
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	70.000,00	0,00	-70.000,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	5.033.735,00	58.186,00	-4.975.549,00				
Outras Receitas de Capital	20.000,00	0,00	-20.000,00				
Total:	5.123.735,00	58.186,00	5.065.549,00	Total:	22.866.808,00	17.794.038,95	-5.072.769,05
Soma:	22.866.808,00	16.888.499,70	-5.978.308,30	Soma:	22.866.808,00	17.794.038,95	-5.072.769,05
Déficit	0,00	905.539,25	905.539,25				
Total Geral:	22.866.808,00	17.794.038,95	-5.072.769,05	Total Geral:	22.866.808,00	17.794.038,95	-5.072.769,05



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Receitas				Despesas			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Previsão Atualizada	Execução	Diferença



Prefeitura Municipal de Manaira

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Anexo 13 - Balanço Financeiro

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Receitas				Despesas			
Título	R\$	R\$	R\$	Título	R\$	R\$	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES		18.943.966,32	16.888.499,70	Legislativa		608.795,81	
Receita Tributária	401.560,72			Judiciária		42.916,70	
Receita Patrimonial	193.675,12			Administração		1.304.805,97	
Receita de Serviços	1.500,00			Assistencial Social		556.978,11	
Transferências Correntes	18.309.647,97			Previdência Social		546.790,49	
Outras Receitas Correntes	37.582,51			Saúde		3.626.822,14	
RECEITAS REDUTORAS		2.113.652,62		Trabalho		105.677,76	
CONTAS REDUTORAS DA RECEITA	2.113.652,62			Educação		7.801.778,81	
RECEITAS DE CAPITAL		58.186,00		Cultura		371.008,00	
Transferências de Capital	58.186,00			Urbanismo		1.383.215,86	
				Saneamento		272.883,61	
				Gestão Ambiental		532.505,86	
				Agricultura		284.205,04	
				Energia		62.564,23	
				Transporte		204.087,72	
				Desporto e Lazer		8.777,10	
				Encargos Especias		80.225,74	17.794.038,95
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00					
Total da Receita Orçamentária:			16.888.499,70	Total da Despesa Orçamentária:			17.794.038,95



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Demonstrativo de Balanço
Anexo 13 - Balanço Financeiro

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Receitas				Despesas			
Título	R\$	R\$	R\$	Título	R\$	R\$	R\$
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Inscrição de Restos a Pagar do Exercício *	385.045,63			Pagamento de Restos a Pagar	130.583,76		
Consignações - INSS	556.957,13			Consignações - INSS	550.054,17		
Consignações Outras	7,61			Consignações Outras	0,00		
Outras Operações	29.424,80			Outras Operações	7.880,00		
Consignações Pensões Alimentícias	33.044,76			Consignações Pensões Alimentícias	36.524,91		
Salário-Família	24.912,00			Salário-Família	24.942,40		
		1.029.391,93		Transferências Concedidas	2.734.306,38	3.484.291,62	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Camara Municipal de Manairá	683.099,49			Camara Municipal de Manairá	74.303,07		
Fundo Municipal de Saude de Manairá	2.438.490,86	3.121.590,35	4.150.982,28	Fundo Municipal de Saude de Manairá	384.959,31	459.262,38	3.943.554,00
Total da Receita Extra-Orçamentária:			4.150.982,28	Total da Despesa Extra-Orçamentária:			3.943.554,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
CAIXA	0,00			CAIXA	716,73		
BANCOS E CORRESPONDENTES	397.913,50			BANCOS E CORRESPONDENTES	278.347,99		
BANCO C/PAGAMENTO DE PESSOAL	0,00			BANCO C/PAGAMENTO DE PESSOAL	0,00		
BANCOS C/PROGRAMAS ORCAMENTARIOS	867.877,77			BANCOS C/PROGRAMAS ORCAMENTARIOS	383.380,14		
BANCOS C/CONVENIOS ORCAMENTARIOS	27.536,68			BANCOS C/CONVENIOS ORCAMENTARIOS	1.499,19		
INVESTIMENTOS EM TITULO DE MERCADO ABERTO	48.783,36			INVESTIMENTOS EM TITULO DE MERCADO ABERTO	782,43		
VINCULADO EM CONTA BANCARIA	105.298,28			VINCULADO EM CONTA BANCARIA	113.703,38		
VINCULADO EM CONTA BANCARIA	0,00	1.447.409,59		VINCULADO EM CONTA BANCARIA	0,00	778.429,86	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Camara Municipal de Manairá	5,50			Camara Municipal de Manairá	6,11		
Fundo Municipal de Saude de Manairá	296.541,36	296.546,86	1.743.956,45	Fundo Municipal de Saude de Manairá	267.409,51	267.415,62	1.045.845,48
Total do Saldo do Exercício Anterior:			1.743.956,45	Total do Saldo para o Exercício Seguinte:			1.045.845,48
Total da Receita:			22.783.438,43	Total da Despesa:			22.783.438,43



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Anexo 13 - Balanço Financeiro

Receitas				Despesas			
Título	R\$	R\$	R\$	Título	R\$	R\$	R\$



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Ativo				Passivo			
Título	R\$	R\$	R\$	Título	R\$	R\$	R\$
Ativo Financeiro				Passivo Financeiro			
Disponível							
CAIXA	716,73			RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.245,65		
BANCOS E CORRESPONDENTES	278.347,99			RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO	385.045,63		
BANCO C/PAGAMENTO DE PESSOAL	0,00			RESTOS A PAGAR DE 2013	1.821,35		
BANCOS C/PROGRAMAS ORÇAMENTARIOS	383.380,14			CONSIGNACOES	156.603,61	573.716,24	
BANCOS C/CONVENIOS ORÇAMENTARIOS	1.499,19			Administração Direta Descentralizada			
INVESTIMENTOS EM TÍTULO DE MERCADO ABERTO	782,43			Camara Municipal de Manairá	0,00		
VINCULADO EM CONTA BANCARIA	113.703,38			Fundo Municipal de Saude de Manairá	201.437,95	201.437,95	775.154,19
VINCULADO EM CONTA BANCARIA	0,00	778.429,86		Passivo Permanente			
Administração Direta Descentralizada				DÍVIDA FUNDADA INTERNA	3.536.859,08	3.536.859,08	
Camara Municipal de Manairá	6,11			Administração Direta Descentralizada			
Fundo Municipal de Saude de Manairá	267.409,51	267.415,62	1.045.845,48	Camara Municipal de Manairá	0,00		
Realizável				Fundo Municipal de Saude de Manairá	0,00	0,00	3.536.859,08
AGENTES PAGADORES	344,79	344,79		Saldo Patrimonial			
Administração Direta Descentralizada				ATIVO REAL LIQUIDO	11.759.521,68	11.759.521,68	
Camara Municipal de Manairá	7.101,18						
Fundo Municipal de Saude de Manairá	5.219,37	12.320,55	12.665,34				
Ativo Permanente							
BENS MOVEIS	3.617.490,08						
BENS IMOVEIS	9.764.975,78	13.382.465,86					
Administração Direta Descentralizada							
Camara Municipal de Manairá	91.844,00						
Fundo Municipal de Saude de Manairá	1.538.714,27	1.630.558,27	15.013.024,13				
Total do Ativo:		16.071.534,95		Total do Passivo:		16.071.534,95	



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Ativas				Variações Passivas			
Título	R\$	R\$	R\$	Título	R\$	R\$	R\$
Resultante da Execução Orçamentária				Resultante da Execução Orçamentária			
Receitas Correntes				Despesas Correntes			
Receita Tributária	401.560,72			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.295.288,88		
Receita Patrimonial	193.675,12			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00		
Receita de Serviços	1.500,00			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.231.372,88	15.526.661,76	
Transferências Correntes	18.309.647,97			Despesas de Capital			
Outras Receitas Correntes	37.582,51			INVESTIMENTOS	2.187.151,45		
Deduções da Receita Corrente	2.113.652,62	16.830.313,70		INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00		
Receitas de Capital				AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	80.225,74	2.267.377,19	17.794.038,95
Transferências de Capital	58.186,00	58.186,00	16.888.499,70	Independente da Execução Orçamentária			
Mutações Patrimoniais				CORRECAO MONETARIA DE EMPRESTIMOS	140.924,88	140.924,88	
AQUISICOES DE BENS MOVEIS	100.352,03			Administração Direta Descentralizada			
CONSTRUCAO E AQUIS.DE BENS IMOVEIS	1.735.171,52			Camara Municipal de Manairá	0,00		
RESGATE DE EMPRESTIMOS TOMADOS	80.225,74	1.915.749,29		Fundo Municipal de Saude de Manairá	0,00	0,00	140.924,88
Administração Direta Descentralizada							
Camara Municipal de Manairá	0,00						
Fundo Municipal de Saude de Manairá	0,00	0,00	1.915.749,29				
Total das Variações Ativas:			18.804.248,99	Total das Variações Passivas:			17.934.963,83
				Superávit			869.285,16
Total Geral das Variações Ativas:			18.804.248,99	Total Geral das Variações Passivas:			18.804.248,99



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

ida Fundada Interna - An

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna - Detalhamento

Autorização / Finalidade		Saldo Anterior em Circulação	Novos Empréstimos	Correção Monetária	Resgates	Júros	Exclusão por Renegociação	Saldo para o Exercício Seguinte
Prefeitura Municipal de Manairá								
	31/12/2014	3.476.159,94	0,00	140.924,88	80.225,74	0,00	0,00	3.536.859,08
INSS	INSS							
Parcelamento da Divida com INSS								
Subtotal:		3.476.159,94	0,00	140.924,88	80.225,74	0,00	0,00	3.536.859,08
Total Geral:		3.476.159,94	0,00	140.924,88	80.225,74	0,00	0,00	3.536.859,08



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada Externa

Autorização	Saldo Anterior em Circulação	Movimento do Exercício		Exclusão por Renegociação	Saldo para o Exercício Seguinte
		Novos Empréstimos	Resgates		

Sem Movimento

No Data Found



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Fundo Municipal de Saude de Agua Branca	261.503,49	316.404,97	376.470,51	201.437,95
CONSIGNACOES	220.113,94	284.620,24	335.680,96	169.053,22
Consignações - INSS - INSS	0,00	141.743,18	136.700,64	5.042,54
Consignações - IR - IRRFEXTRA	167.200,56	110.089,80	159.235,33	118.055,03
Consignações - ISS - ISSEXTRA	28.966,38	17.124,61	25.355,43	20.735,56
Consignações Outras - CONTRIBUICAO SINDICAL	60,90	2.585,70	2.372,76	273,84
Consignações Pensões Alimentícias - PENSÃO ALIMENTICIA	23.886,10	13.076,95	12.016,80	24.946,25
RESTOS A PAGAR DE 2014	41.389,55	0,00	40.789,55	600,00
Restos a Pagar - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 2014	41.389,55	0,00	40.789,55	600,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	31.784,73	0,00	31.784,73
Restos a Pagar - RP PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	31.784,73	0,00	31.784,73
Total Instituição:	261.503,49	316.404,97	376.470,51	201.437,95
Prefeitura Municipal de Manairá	294.279,15	1.004.479,93	725.042,84	573.716,24
CONSIGNACOES	131.628,39	619.434,30	594.459,08	156.603,61
Consignações - INSS - INSS	119.060,89	547.177,51	550.054,17	116.184,23
Consignações - INSS - INSS 11 PREST SERV	29.420,59	9.779,62	0,00	39.200,21
Consignações Outras - SEST SENAT	525,65	7,61	0,00	533,26
Consignações Pensões Alimentícias - PENSÃO	-29.195,72	33.044,76	36.524,91	-32.675,87
Outras Operações - CORREIOS E TELEGRAFOS	4.785,44	11.195,74	7.880,00	8.101,18
Outras Operações - FALTAS NAO JUSTIFICADAS	7.031,54	18.229,06	0,00	25.260,60
RESTOS A PAGAR DE 2013	1.821,35	0,00	0,00	1.821,35
Restos a Pagar - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 2013	-1.645,56	0,00	0,00	-1.645,56
Restos a Pagar - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 2013	423,95	0,00	0,00	423,95
Restos a Pagar - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 2013	400,00	0,00	0,00	400,00
Restos a Pagar - SECRETARIA DE FINANÇAS 2013	2.642,96	0,00	0,00	2.642,96
RESTOS A PAGAR DE 2014	130.583,76	0,00	130.583,76	0,00
Restos a Pagar - CÂMARA MUNICIPAL2014	130.583,76	0,00	0,00	130.583,76
Restos a Pagar - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 2014	0,00	0,00	2.200,00	-2.200,00
Restos a Pagar - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO2014	0,00	0,00	972,00	-972,00
Restos a Pagar - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO2014	0,00	0,00	10.800,00	-10.800,00
Restos a Pagar - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA2014	0,00	0,00	99.311,76	-99.311,76
Restos a Pagar - SECRETARIA DE FINANÇAS 2014	0,00	0,00	3.500,00	-3.500,00
Restos a Pagar - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA2014	0,00	0,00	13.800,00	-13.800,00



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Prefeitura Municipal de Manairá	294.279,15	1.004.479,93	725.042,84	573.716,24
RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.245,65	0,00	0,00	30.245,65
Restos a Pagar - RP PROCESSADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.245,65	0,00	0,00	30.245,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	385.045,63	0,00	385.045,63
Restos a Pagar - RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	373.917,93	0,00	373.917,93
Restos a Pagar - RP PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	11.127,70	0,00	11.127,70
Total Instituição:	294.279,15	1.004.479,93	725.042,84	573.716,24
Total Geral:	555.782,64	1.320.884,90	1.101.513,35	775.154,19



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
03000	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
Bens Móveis					
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS					
	ESTABILIZADOR 500VA MICROLINE BMI	1,000	155,00	155,00	000757
	ESTABILIZADOR 300VA SMS	2,000	120,00	240,00	000757
	AR CONDICIONADO 9000 BTUS	1,000	1.500,00	1.500,00	002189
Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS:				1.895,00	
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS					
	COMP LENOVO PENTIUM 4GB500GBDVD C	1,000	2.110,00	2.110,00	000136
	SOMMOUSETCLADOTRANSFORMADOR				
	MONITOR 19 SAMSUNG	1,000	495,00	495,00	000757
	HD EXT 500GB SONY EG5	1,000	299,00	299,00	000757
	FONTE ATX 450W	2,000	55,00	110,00	000757
Total de EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:				3.014,00	
Total de Bens Móveis:				4.909,00	
Total de SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:				4.909,00	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
04000	SECRETARIA DE FINANÇAS				
Bens Móveis					
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS					
	ESTABILIZADOR 1000VA BIVOLTE	1,000	290,00	290,00	000205
	NOBREAK 1200V STATION II	1,000	980,00	980,00	001582
Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS:				1.270,00	
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS					
	SISTEMA MULTIFUNCIONAL PRETA SP3510 SF	1,000	1.900,00	1.900,00	000205
	IMPRESSORA HP LASER MONO M125A	1,000	950,00	950,00	001582
Total de EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS:				2.850,00	
Total de Bens Móveis:				4.120,00	
Total de SECRETARIA DE FINANÇAS:				4.120,00	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
05000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				
Bens Móveis					
OUTROS BENS MÓVEIS					
	ESCADA EXTENSÍVEL EM FIBRA 510X9M	1,000	1.269,03	1.269,03	000913
Total de OUTROS BENS MÓVEIS:				1.269,03	
Total de Bens Móveis:				1.269,03	
Bens Imóveis					
RUAS					
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	13.963,62	13.963,62	000235
	REPOSIÇÃO EM CALÇAMENTO	1,000	55.814,68	55.814,68	000236
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	73.863,53	73.863,53	000272
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	13.631,55	13.631,55	000300
	SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES E DESMATAMENTO EM RUAS E AVENIDAS	1,000	25.482,21	25.482,21	000463
	REPOSIÇÃO EM CALÇAMENTOS	1,000	21.629,01	21.629,01	000464
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	7.141,33	7.141,33	000465
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	5.617,29	5.617,29	000467
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	5.669,45	5.669,45	000468
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	2.701,35	2.701,35	000470
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	9.541,97	9.541,97	000472
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	11.754,69	11.754,69	000473
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	46.071,56	46.071,56	000692
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	20.571,88	20.571,88	000693
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	34.194,73	34.194,73	001349
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	43.902,32	43.902,32	001350
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	76.378,80	76.378,80	001351
	AMPLIAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA	1,000	25.969,43	25.969,43	001946
	REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO	1,000	29.011,97	29.011,97	002347
	DESMATEMANTO EM PERÍM URBANO E LIMPEZA DA LAGOA	1,000	10.641,34	10.641,34	002348
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	61.847,12	61.847,12	002349
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	1.000,00	1.000,00	002352
Total de SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO:				596.399,83	
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO					
	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA CONVENIO MTURTURISMO NO BRASIL	1,000	35.992,12	35.992,12	002362
Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:				35.992,12	
INSTALAÇÕES					
	CONSTRUÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	49.012,25	49.012,25	002351
Total de INSTALAÇÕES:				49.012,25	
Total de Bens Imóveis:				681.404,20	
Total de SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:				682.673,23	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
06000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Bens Móveis					
UTENSÍLIOS EM GERAL					
	CONJUNTO ESCOLAR MESA COM CADEIRA	300,000	209,00	62.700,00	000951
Total de UTENSÍLIOS EM GERAL:				62.700,00	
VEÍCULOS EM GERAL					
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA ANO 2015	1,000	11.000,00	11.000,00	000536
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA ANO 2015	1,000	11.000,00	11.000,00	000678
Total de VEÍCULOS EM GERAL:				22.000,00	
OUTROS BENS MÓVEIS					
	MESA PICNIC RSLI	1,000	243,00	243,00	001793
	GANGORRA JACARÉ	2,000	244,50	489,00	001793
	MESA PICNIC AZAZ	1,000	243,00	243,00	001793
	GIRA PATO	1,000	1.400,00	1.400,00	001795
Total de OUTROS BENS MÓVEIS:				2.375,00	
Total de Bens Móveis:				87.075,00	
Bens Imóveis					
BENS DO PATRIMONIO CULTURAL					
	REFORMA DA ESCOLA EMEIF PROFESSOR CÍCERO RABELO NOGUEIRA	1,000	30.000,00	30.000,00	000474
Total de BENS DO PATRIMONIO CULTURAL:				30.000,00	
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO					
	REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL	1,000	19.100,32	19.100,32	001213
	REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL	1,000	19.076,84	19.076,84	001468
Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:				38.177,16	
OUTROS BENS IMÓVEIS					
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	4.401,47	4.401,47	001279
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	9.849,21	9.849,21	001280
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	10.487,48	10.487,48	001281
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.806,08	6.806,08	001282
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	15.927,84	15.927,84	001283
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	14.785,44	14.785,44	001284
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	23.670,01	23.670,01	001285
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	10.842,84	10.842,84	001286
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.494,14	7.494,14	001287
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.163,29	7.163,29	001288
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	9.645,71	9.645,71	001289
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	23.023,31	23.023,31	001290
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.274,45	7.274,45	001291
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.858,64	6.858,64	001292
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	11.138,12	11.138,12	001293
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	11.490,94	11.490,94	001294
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	12.762,24	12.762,24	001295
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	8.549,13	8.549,13	001296
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	17.377,77	17.377,77	001297
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	29.652,58	29.652,58	001298
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.134,49	6.134,49	001469
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.899,71	6.899,71	001470
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.987,71	7.987,71	001471
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.887,71	7.887,71	001472
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.450,76	6.450,76	001473
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	16.708,56	16.708,56	001474
Total de OUTROS BENS IMÓVEIS:				301.269,63	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
-------------------	-----------	------------	----------------	-------	---------------

06000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Bens Imóveis

Total de Bens Imóveis: 369.446,79

Total de SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA: 456.521,79



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
07001	FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE				
	Bens Móveis				
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS				
	FERRO ARNO A VAPOR 220 V COR BRANCA	1,000	120,00	120,00	000026
	AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS	4,000	1.400,00	5.600,00	000181
	ANTENA PARABÓLICA 150 MTCENTURY	1,000	165,00	165,00	000182
	CONTROLES DE ACESSO	4,000	1.900,00	7.600,00	000314
	APARELHO DE ULTRA SOM DE 01 A 03 MHZ	1,000	1.686,00	1.686,00	000326
	FESMED DE 04 CANAIS	1,000	1.380,00	1.380,00	000326
	ESTABILIZADOR 300VA SMS	1,000	120,00	120,00	000502
	TRANSFORMADOR 1500VA	1,000	220,00	220,00	000502
	PROJETOR EPSON XGA EB	1,000	2.950,00	2.950,00	000630
	AR CONDICIONADO SPLIT YORK 12000 BTUS	1,000	1.800,00	1.800,00	000715
Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS:				21.641,00	
	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
	IMPRESSORA A LASER HP MONO M125A	1,000	950,00	950,00	000502
	MONITOR 185 AOC LED	1,000	399,00	399,00	000502
	COMPUTADOR HP C13 4160 4GB	1,000	1.845,00	1.845,00	000502
	COMPUTADOR HP C13 4160 4GB	1,000	2.670,00	2.670,00	000651
Total de EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS:				5.864,00	
	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS				
	SUPORTE PRETO PARA DVD ADV D	1,000	33,00	33,00	000182
	FOGÃO 4 BOCAS COLISEU GLASS BRANCO	1,000	300,00	300,00	000182
	RECEPTOR CENTURY	1,000	165,00	165,00	000182
	SALA 4 CAD TRIUNFO BRPRETO	1,000	290,00	290,00	000182
	MESA SEC COM AUXILIAR GAVETEIRO	1,000	405,00	405,00	000336
	CONEXÃO PANDIM				
	FOGÃO 4 BOCAS BALI CRISTAL ESMALTEC	1,000	350,00	350,00	000336
	CADEIRA FIXA 4PES PLAXMETAL	8,000	120,00	960,00	000644
	MESA SECRET 1210X615X750	2,000	290,00	580,00	000645
	VENTILADOR ARNO	1,000	150,00	150,00	000713
	ROUPEIRO CASTRO	1,000	325,00	325,00	000713
Total de APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS:				3.558,00	
	VEÍCULOS EM GERAL				
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA NXR	1,000	11.000,00	11.000,00	000183
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA NXR	1,000	11.000,00	11.000,00	000235
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA NXR	1,000	11.000,00	11.000,00	000236
Total de VEÍCULOS EM GERAL:				33.000,00	
	OUTROS BENS MÓVEIS				
	COLETORES DE LIXO COM SUPORTE	6,000	599,00	3.594,00	000079
	SUPORTE TV LED LCD	1,000	28,00	28,00	000182
Total de OUTROS BENS MÓVEIS:				3.622,00	
Total de Bens Móveis:				67.685,00	
	Bens Imóveis				
	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO				
	REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE PSF I	1,000	38.689,90	38.689,90	000580
Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:				38.689,90	
Total de Bens Imóveis:				38.689,90	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
-------------------	-----------	------------	----------------	-------	---------------

07001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Total de FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE: 106.374,90



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
09000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					
Bens Móveis					
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO					
	GPS GARMIM ETREX 30 ANV	1,000	999,00	999,00	000433
	BOMBA SCHNEIDER 75CV	1,000	1.980,00	1.980,00	001761
Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS:				2.979,00	
Total de Bens Móveis:				2.979,00	
Bens Imóveis					
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL					
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM	1,000	11.484,00	11.484,00	000701
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM	1,000	118.121,81	118.121,81	000702
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM	1,000	110.000,00	110.000,00	000762
Total de OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL:				239.605,81	
ESTRADAS					
	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1,000	37.080,00	37.080,00	001212
	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1,000	83.237,50	83.237,50	001215
	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1,000	83.770,22	83.770,22	001379
Total de ESTRADAS:				204.087,72	
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO					
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM NO SÍTIO SÃO JOAQUIM	1,000	229.392,40	229.392,40	000568
	CONSTRUÇÃO DE UMA BARRAGEM NO SÍTIO SERRINHA	1,000	11.234,60	11.234,60	000569
Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:				240.627,00	
Total de Bens Imóveis:				684.320,53	
Total de SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO:				687.299,53	
Total Geral:				1.941.898,45	



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Demonstração da Origem e Aplicações de Recursos não consignados no Orçamento

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Prefeitura Municipal de Manairá	294.593,54	1.020.889,83	749.985,24	565.498,13
RECURSOS DO ATIVO	314,39	24.912,00	24.942,40	283,99
Agentes Pagadores	314,39	24.912,00	24.942,40	283,99
Salário-família				
SALARIO FAMILIA	314,39	24.912,00	24.942,40	283,99
RECURSOS DO PASSIVO	294.279,15	995.977,83	725.042,84	565.214,14
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	30.245,65	0,00	0,00	30.245,65
Restos a Pagar				
RP PROCESSADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.245,65	0,00	0,00	30.245,65
Restos a Pagar Inscritos No Exercício	0,00	385.045,63	0,00	385.045,63
Restos a Pagar				
RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	373.917,93	0,00	373.917,93
RP PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	11.127,70	0,00	11.127,70
Restos a Pagar de 2013	1.821,35	0,00	0,00	1.821,35
Restos a Pagar				
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 2013	-1.645,56	0,00	0,00	-1.645,56
SECRETARIA DE FINANÇAS 2013	2.642,96	0,00	0,00	2.642,96
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 2013	423,95	0,00	0,00	423,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 2013	400,00	0,00	0,00	400,00
Restos a Pagar de 2014	130.583,76	0,00	130.583,76	0,00
Restos a Pagar				
CÂMARA MUNICIPAL2014	130.583,76	0,00	0,00	130.583,76
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 2014	0,00	0,00	2.200,00	-2.200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO2014	0,00	0,00	972,00	-972,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA2014	0,00	0,00	13.800,00	-13.800,00
SECRETARIA DE FINANÇAS 2014	0,00	0,00	3.500,00	-3.500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA2014	0,00	0,00	99.311,76	-99.311,76
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO2014	0,00	0,00	10.800,00	-10.800,00
Consignacoes	131.628,39	610.932,20	594.459,08	148.101,51
Consignações - Inss				
INSS 11 PREST SERV	29.420,59	9.779,62	0,00	39.200,21
INSS	119.060,89	539.289,31	550.054,17	108.296,03



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Demonstração da Origem e Aplicações de Recursos não consignados no Orçamento

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Prefeitura Municipal de Manairá	294.593,54	1.020.889,83	749.985,24	565.498,13
RECURSOS DO PASSIVO	294.279,15	995.977,83	725.042,84	565.214,14
Consignacoes	131.628,39	610.932,20	594.459,08	148.101,51
<i>Consignações Outras</i>				
SEST SENAT	525,65	7,61	0,00	533,26
<i>Outras Operações</i>				
FALTAS NÃO JUSTIFICADAS	7.031,54	17.615,16	0,00	24.646,70
CORREIOS E TELEGRAFOS	4.785,44	11.195,74	7.880,00	8.101,18
<i>Consignações Pensões Alimentícias</i>				
PENSAO	-29.195,72	33.044,76	36.524,91	-32.675,87
Fundo Municipal de Saude de Agua Branca	266.013,49	324.184,40	384.959,31	205.238,58
RECURSOS DO ATIVO	4.510,00	7.779,43	8.488,80	3.800,63
Agentes Pagadores	4.510,00	7.779,43	8.488,80	3.800,63
<i>Salário-família</i>				
SALARIO FAMILIA	4.510,00	7.779,43	8.488,80	3.800,63
RECURSOS DO PASSIVO	261.503,49	316.404,97	376.470,51	201.437,95
Restos a Pagar Inscritos No Exercício	0,00	31.784,73	0,00	31.784,73
<i>Restos a Pagar</i>				
RP PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	31.784,73	0,00	31.784,73
Restos a Pagar de 2014	41.389,55	0,00	40.789,55	600,00
<i>Restos a Pagar</i>				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 2014	41.389,55	0,00	40.789,55	600,00
Consignacoes	220.113,94	284.620,24	335.680,96	169.053,22
<i>Consignações - Inss</i>				
INSS	0,00	141.743,18	136.700,64	5.042,54
<i>Consignações - Iss</i>				
ISSEXTRA	28.966,38	17.124,61	25.355,43	20.735,56



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Demonstração da Origem e Aplicações de Recursos não consignados no Orçamento

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Fundo Municipal de Saude de Agua Branca	266.013,49	324.184,40	384.959,31	205.238,58
RECURSOS DO PASSIVO	261.503,49	316.404,97	376.470,51	201.437,95
Consignacoes	220.113,94	284.620,24	335.680,96	169.053,22
<i>Consignações - Ir</i>				
IRRFEXTRA	167.200,56	110.089,80	159.235,33	118.055,03
<i>Consignações Outras</i>				
CONTRIBUICAO SINDICAL	60,90	2.585,70	2.372,76	273,84
<i>Consignações Pensões Alimenticias</i>				
PENSÃO ALIMENTICIA	23.886,10	13.076,95	12.016,80	24.946,25

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Anexo XII da Lei nº 4320/64)

Receita				Despesa			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	20.037.505,00	17.399.807,58	-2.637.697,42	Despesas Correntes	13.734.436,49	11.398.171,71	-2.336.264,78
Tributárias	252.300,00	401.560,72	149.260,72	Pessoal e Encargos	8.477.261,49	7.584.960,97	-5.000,00
Contribuições	6.000,00	0,00	-6.000,00	Juros e Enc. Dívida	5.000,00	0,00	-5.000,00
Patrimonial	175.100,00	151.099,68	-24.000,32	Outras Desp. Correntes	5.252.175,00	3.813.210,74	-1.438.964,26
Agropecuária	0,00	0,00	0,00	Despesa de Capital	4.021.403,51	2.160.249,29	-1.861.154,22
Industrial	500,00	0,00	-500,00	Investimentos	3.836.403,51	2.080.023,55	-1.756.379,96
Serviços	22.800,00	1.500,00	-21.300,00	Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	-20.000,00
Transf. Correntes	19.554.805,00	16.809.649,69	-2.745.155,31	Amortização da Dívida	165.000,00	80.225,74	-84.774,26
Outras Rec. Correntes	26.000,00	35.997,49	9.997,49	Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	2.294.432,00	2.113.652,62	-180.779,38	Reserva de Contingência	409.143,00	0,00	-409.143,00
Receitas de Capital	5.123.735,00	58.186,00	-5.065.549,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	70.000,00	0,00	-70.000,00				
Amortização Emp/Fin	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Capital	5.033.735,00	58.186,00	-4.975.549,00				
Outras Rec. de Capital	20.000,00	0,00	-20.000,00				
Rec. Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	Desp. Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
Subtotal	22.866.808,00	15.344.340,96		Subtotal	18.164.983,00	13.558.421,00	
Défict/Superávit	0,00	0,00		Défict/Superávit	4.701.825,00	1.785.919,96	
Total	22.866.808,00	15.344.340,96		Total	22.866.808,00	15.344.340,96	

Gestor Público

Responsável Técnico

BALANÇO FINANCEIRO (Anexo XIII da Lei nº 4320/64)

RECEITA			
Título	R\$	R\$	R\$
ORÇAMENTÁRIA			15.344.340,96
Receitas Correntes		17.399.807,58	
Receitas Tributárias	401.560,72		
Receitas de Contribuições	0,00		
Receita Patrimonial	151.099,68		
Receita Agropecuária	0,00		
Receita Industrial	0,00		
Receitas de Serviços	1.500,00		
Transferências Correntes	16.809.649,69		
Outras Receitas Correntes	35.997,49		
Dedução da receita para a formação do FUNDEB			2.113.652,62
Receitas de Capital			58.186,00
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	58.186,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
Receitas Intraorçamentárias			0,00

BALANÇO FINANCEIRO (Anexo XIII da Lei nº 4320/64)

RECEITA			
Título	R\$	R\$	R\$
TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00
Duodécimo	0,00		
Patronal (FUNDEB Magistério)	0,00		
Patronal (FUNDEB Outros)	0,00		
Patronal (FUNDEB MDE)	0,00		
Patronal (Saúde Recursos Próprios)	0,00		
Patronal (Saúde SUS)	0,00		
Patronal (Outros)	0,00		
Devolução de Recursos	0,00		
Administração Indireta	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		1.029.391,93	1.029.391,93
Empenhos a Pagar	385.045,63		
Consignações - INSS	0,00		
Consignações - Previdência Própria	0,00		
Consignações - ISS	0,00		
Consignações - IR	0,00		
Consignações - Outras	590.009,50		
Débitos de Tesouraria	0,00		
Depósitos	0,00		
Outras Operações	54.336,80		
Consignações - Previdenciária FUNDEB Magistério	0,00		
Consignações - Previdenciária FUNDEB Outras Despesas	0,00		
Consignações - Previdenciária FUNDEB Saúde	0,00		
Consignações Previdenciárias - MDE	0,00		
Consignações Pensões Alimentícias	0,00		
Consignações Empréstimos	0,00		
Consignações Plano de Saúde	0,00		

150

150
Página 3/6

BALANÇO FINANCEIRO (Anexo XIII da Lei nº 4320/64)

DESPESA			
Título	R\$	R\$	R\$
ORÇAMENTÁRIA		13.558.421,00	13.558.421,00
Legislativa	0,00		
Judiciária	42.916,70		
Essencial à Justiça	0,00		
Administração	1.304.805,97		
Defesa Nacional	0,00		
Segurança Pública	0,00		
Relações Exteriores	0,00		
Assistência Social	556.978,11		
Previdência Social	546.790,49		
Saúde	0,00		
Trabalho	105.677,76		
Educação	7.801.778,81		
Cultura	371.008,00		
Direitos de Cidadania	0,00		
Urbanismo	1.383.215,86		
Habitação	0,00		
Saneamento	272.883,61		
Gestão Ambiental	532.505,86		
Ciência e Tecnologia	0,00		
Agricultura	284.205,04		
Organização Agrária	0,00		
Indústria	0,00		
Comércio e Serviços	0,00		
Comunicações	0,00		
Energia	62.564,23		

BALANÇO FINANCEIRO (Anexo XIII da Lei nº 4320/64)

DESPESA			
Título	R\$	R\$	R\$
ORÇAMENTÁRIA		13.558.421,00	13.558.421,00
Transporte	204.087,72		
Desporto e Lazer	8.777,10		
Encargos Especiais	80.225,74		
Reserva de Contingência	0,00		
INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	
TRANSFERÊNCIAS		2.734.306,38	2.734.306,38
Duodécimo	619.999,92		
Patronal (FUNDEB Magistério)	0,00		
Patronal (FUNDEB Outros)	0,00		
Patronal (FUNDEB MDE)	0,00		
Patronal (Saúde Recursos Próprios)	1.212.005,08		
Patronal (Saúde SUS)	0,00		
Patronal (Outros)	0,00		
Devolução de Recursos	0,00		
Administração Indireta	902.301,38		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		749.985,24	749.985,24
Restos à Pagar	130.583,76		
Serviços da Dívida	0,00		
Débitos de Tesouraria	0,00		
Consignações - INSS	0,00		
Consignações - Previdência Própria	0,00		
Consignações - ISS	0,00		
Consignações - IR	0,00		
Consignações - Outras	586.579,08		
Depósitos	0,00		

BALANÇO FINANCEIRO (Anexo XIII da Lei nº 4320/64)

DESPESA			
Título	R\$	R\$	R\$
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		749.985,24	749.985,24
Outras Operações	32.822,40		
Consignações - Previdenciária FUNDEB Magistério	0,00		
Consignações - Previdenciária FUNDEB Outras Despesas	0,00		
Consignações Previdenciárias - Saúde	0,00		
Consignações Previdenciárias - MDE	0,00		
Consignações Pensões Alimentícias	0,00		
Consignações Empréstimos	0,00		
Consignações Plano de Saúde	0,00		
Salário-Família	0,00		
Salário-Maternidade	0,00		
Cauções	0,00		
Fianças	0,00		
SALDO DO EXERCÍCIO SEGUINTE		778.429,86	778.429,86
Caixa	716,73		
Bancos e Correspondentes	777.713,13		
TOTAL			17.821.142,48

ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira

Prestação de Contas do Exercício 2015

ATIVO		PASSIVO	
Títulos	R\$	Passivo	R\$
ATIVO FINANCEIRO	778.774,65	PASSIVO FINANCEIRO	573.716,24
Disponível	778.429,86	Restos A Pagar	417.112,63
Caixa	716,73	Serviços da Dívida A Pagar	0,00
Bancos e Correspondentes	777.713,13	Depósitos	156.603,61
Exatores	0,00	Débitos de Tesouraria	0,00
Realizável	344,79		
ATIVO PERMANENTE	13.382.465,8	PASSIVO PERMANENTE	3.536.859,08
Bens Móveis	3.617.490,08	Dívida Fundada Interna	3.536.859,08
Bens Imóveis	9.764.975,78	Dívida Fundada Externa	0,00
Créditos	0,00		
Valores Diversos	0,00		
Soma do Ativo Real	14.161.240,51	Soma do Passivo Real	4.110.575,32
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	10.050.665,1
Passivo Real Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	10.050.665,19
TOTAL GERAL	14.161.240,5	TOTAL GERAL	14.161.240,5

Emitido em 29/03/2016 17:41

ANEXO XV - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira

Prestação de Contas do Exercício 2015

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	R\$	Títulos	R\$
RESULTANTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	17.260.090,25	RESULTANTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	13.699.345,88
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.344.340,96	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	13.558.421,00
Receitas Correntes	17.399.807,58	Despesas Correntes	11.398.171,71
Receita Tributária	401.560,72	Pessoal e Encargos Sociais	7.584.960,97
Receita de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receita Patrimonial	151.099,68	Outras Despesas Correntes	3.813.210,74
Receita Agropecuária	0,00		
Receita Industrial	0,00		
Receita de Serviços	1.500,00		
Outras Receitas Correntes	35.997,49		
Transferências Correntes	16.809.649,69		
Deduções da Receita Corrente	2.113.652,62		
Receitas de Capital	58.186,00	Despesas de Capital	2.160.249,29
Operações de Crédito	0,00	Investimentos	2.080.023,55
Alienação de Bens	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimo	0,00	Amortização da Dívida	80.225,74
Transferência de Capital	58.186,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	1.915.749,29	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	140.924,88
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	0,00	INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	0,00
Total das Variações Ativas	17.260.090,25	Total das Variações Passivas	13.699.345,88
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	3.560.744,37
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	3.560.744,37
TOTAL GERAL	17.260.090,25	TOTAL GERAL	17.260.090,25

Emitido em 29/03/2016 17:41

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira**Prestação de Contas do Exercício 2015****Mutações Patrimoniais - Variações Ativas**

Emitido em 29/03/2016 17:41

Especificação	Valor
AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	100.352,03
CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO DE BENS IMOVEIS	1.735.171,52
RESGATE DE EMPRESTIMOS TOMADOS	80.225,74
TOTAL	1.915.749,29

Demonstração das Variações Patrimoniais**Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira****Prestação de Contas do Exercício 2015****Mutações Patrimoniais - Variações Passivas**

Emitido em 29/03/2016 17:41

Especificação	Valor
EMIÇÃO DE NOVOS EMPRESTIMOS	140.924,88
TOTAL	140.924,88

Dívida Fundada Interna

Jurisdicionado Prefeitura Municipal de Manaira

Prestação de Contas do Exercício 2015

Emitido em 29/03/2016 17:41

Contrato / Lei	Data da Assinatura	Especificação / Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Movimento Financeiro			Saldo para o Exercício Seguinte
				Acréscimo / Emissão	Baixa		
					Pagamento	Anulação	
INSS	01/01/2000	INSS	3.476.159,94	140.924,88	80.225,74		3.536.859,08
TOTAL			3.476.159,94	140.924,88	80.225,74	0,00	3.536.859,08

ANEXO 17 - Lei 4.320 / 64 - Dívida Flutuante

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira

Prestação de Contas do Exercício 2015

Descrição	Saldos do Exercício Anterior	Movimento do Exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa		
			Pagamento	Cancelament	
Restos a Pagar	162.650,76	385.045,63	130.583,76	0,00	417.112,63
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	131.628,39	619.434,30	594.459,08	0,00	156.603,61
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	294.279,15	1.004.479,93	725.042,84	0,00	573.716,24

Emitido em 29/03/2016 17:41



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
03000	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
	Bens Móveis				
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS				
	ESTABILIZADOR 500VA MICROLINE BMI	1,000	155,00	155,00	000757
	ESTABILIZADOR 300VA SMS	2,000	120,00	240,00	000757
	AR CONDICIONADO 9000 BTUS	1,000	1.500,00	1.500,00	002189
	Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS:			1.895,00	
	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
	COMP LENOVO PENTIUM 4GB500GBDVD C	1,000	2.110,00	2.110,00	000136
	SOMMOUSETCLADOTRANSFORMADOR FONTE ATX 450W	2,000	55,00	110,00	000757
	MONITOR 19 SAMSUNG	1,000	495,00	495,00	000757
	HD EXT 500GB SONY EG5	1,000	299,00	299,00	000757
	Total de EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS:			3.014,00	
	Total de Bens Móveis:			4.909,00	
	Total de SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:			4.909,00	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
04000	SECRETARIA DE FINANÇAS				
	Bens Móveis				
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS				
	ESTABILIZADOR 1000VA BIVOLTE	1,000	290,00	290,00	000205
	NOBREAK 1200V STATION II	1,000	980,00	980,00	001582
	Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS:			1.270,00	
	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
	SISTEMA MULTIFUNCIONAL PRETA SP3510 SF	1,000	1.900,00	1.900,00	000205
	IMPRESSORA HP LASER MONO M125A	1,000	950,00	950,00	001582
	Total de EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS:			2.850,00	
	Total de Bens Móveis:			4.120,00	
	Total de SECRETARIA DE FINANÇAS:			4.120,00	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
05000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				
	Bens Móveis				
	OUTROS BENS MÓVEIS				
	ESCADA EXTENSÍVEL EM FIBRA 510X9M	1,000	1.269,03	1.269,03	000913
	Total de OUTROS BENS MÓVEIS:			1.269,03	
	Total de Bens Móveis:			1.269,03	
	Bens Imóveis				
	RUAS				
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	13.963,62	13.963,62	000235
	REPOSIÇÃO EM CALÇAMENTO	1,000	55.814,68	55.814,68	000236
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	73.863,53	73.863,53	000272
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	13.631,55	13.631,55	000300
	SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES E DESMATAMENTO EM RUAS E AVENIDAS	1,000	25.482,21	25.482,21	000463
	REPOSIÇÃO EM CALÇAMENTOS	1,000	21.629,01	21.629,01	000464
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	7.141,33	7.141,33	000465
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	5.617,29	5.617,29	000467
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	5.669,45	5.669,45	000468
	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1,000	2.701,35	2.701,35	000470
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	9.541,97	9.541,97	000472
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	11.754,69	11.754,69	000473
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	46.071,56	46.071,56	000692
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	20.571,88	20.571,88	000693
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	34.194,73	34.194,73	001349
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	43.902,32	43.902,32	001350
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	76.378,80	76.378,80	001351
	AMPLIAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA	1,000	25.969,43	25.969,43	001946
	REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO	1,000	29.011,97	29.011,97	002347
	DESMATEMANTO EM PERÍM URBANO E LIMPEZA DA LAGOA	1,000	10.641,34	10.641,34	002348
	PAVIMENTAÇÃO	1,000	61.847,12	61.847,12	002349
	REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	1.000,00	1.000,00	002352
	Total de SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO:			596.399,83	
	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO				
	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA CONVENIO MTURTURISMO NO BRASIL	1,000	35.992,12	35.992,12	002362
	Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:			35.992,12	
	INSTALAÇÕES				
	CONSTRUÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO	1,000	49.012,25	49.012,25	002351
	Total de INSTALAÇÕES:			49.012,25	
	Total de Bens Imóveis:			681.404,20	
	Total de SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:			682.673,23	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
06000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Bens Móveis					
UTENSÍLIOS EM GERAL					
	CONJUNTO ESCOLAR MESA COM CADEIRA	300,000	209,00	62.700,00	000951
Total de UTENSÍLIOS EM GERAL:				62.700,00	
VEÍCULOS EM GERAL					
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA ANO 2015	1,000	11.000,00	11.000,00	000536
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA ANO 2015	1,000	11.000,00	11.000,00	000678
Total de VEÍCULOS EM GERAL:				22.000,00	
OUTROS BENS MÓVEIS					
	MESA PICNIC RSLI	1,000	243,00	243,00	001793
	GANGORRA JACARÉ	2,000	244,50	489,00	001793
	MESA PICNIC AZAZ	1,000	243,00	243,00	001793
	GIRA PATO	1,000	1.400,00	1.400,00	001795
Total de OUTROS BENS MÓVEIS:				2.375,00	
Total de Bens Móveis:				87.075,00	
Bens Imóveis					
BENS DO PATRIMONIO CULTURAL					
	REFORMA DA ESCOLA EMEIF PROFESSOR CÍCERO RABELO NOGUEIRA	1,000	30.000,00	30.000,00	000474
Total de BENS DO PATRIMONIO CULTURAL:				30.000,00	
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO					
	REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL	1,000	19.100,32	19.100,32	001213
	REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL	1,000	19.076,84	19.076,84	001468
Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:				38.177,16	
OUTROS BENS IMÓVEIS					
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	4.401,47	4.401,47	001279
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	9.849,21	9.849,21	001280
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	10.487,48	10.487,48	001281
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.806,08	6.806,08	001282
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	15.927,84	15.927,84	001283
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	14.785,44	14.785,44	001284
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	23.670,01	23.670,01	001285
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	10.842,84	10.842,84	001286
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.494,14	7.494,14	001287
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.163,29	7.163,29	001288
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	9.645,71	9.645,71	001289
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	23.023,31	23.023,31	001290
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.274,45	7.274,45	001291
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.858,64	6.858,64	001292
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	11.138,12	11.138,12	001293
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	11.490,94	11.490,94	001294
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	12.762,24	12.762,24	001295
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	8.549,13	8.549,13	001296
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	17.377,77	17.377,77	001297
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	29.652,58	29.652,58	001298
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.134,49	6.134,49	001469
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.899,71	6.899,71	001470
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.987,71	7.987,71	001471
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	7.887,71	7.887,71	001472
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	6.450,76	6.450,76	001473
	REFORMA DE ESCOLAS	1,000	16.708,56	16.708,56	001474
Total de OUTROS BENS IMÓVEIS:				301.269,63	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
-------------------	-----------	------------	----------------	-------	---------------

06000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Bens Imóveis

Total de Bens Imóveis: 369.446,79

Total de SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA: 456.521,79



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
07001	FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE				
	Bens Móveis				
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS				
	FERRO ARNO A VAPOR 220 V COR BRANCA	1,000	120,00	120,00	000026
	AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS	4,000	1.400,00	5.600,00	000181
	ANTENA PARABÓLICA 150 MTCENTURY	1,000	165,00	165,00	000182
	CONTROLES DE ACESSO	4,000	1.900,00	7.600,00	000314
	APARELHO DE ULTRA SOM DE 01 A 03 MHZ	1,000	1.686,00	1.686,00	000326
	FESMED DE 04 CANAIS	1,000	1.380,00	1.380,00	000326
	ESTABILIZADOR 300VA SMS	1,000	120,00	120,00	000502
	TRANSFORMADOR 1500VA	1,000	220,00	220,00	000502
	PROJETOR EPSON XGA EB	1,000	2.950,00	2.950,00	000630
	AR CONDICIONADO SPLIT YORK 12000 BTUS	1,000	1.800,00	1.800,00	000715
	Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS:			21.641,00	
	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
	COMPUTADOR HP C13 4160 4GB	1,000	1.845,00	1.845,00	000502
	IMPRESSORA A LASER HP MONO M125A	1,000	950,00	950,00	000502
	MONITOR 185 AOC LED	1,000	399,00	399,00	000502
	COMPUTADOR HP C13 4160 4GB	1,000	2.670,00	2.670,00	000651
	Total de EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS:			5.864,00	
	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS				
	SALA 4 CAD TRIUNFO BRPRETO	1,000	290,00	290,00	000182
	SUORTE PRETO PARA DVD ADV D	1,000	33,00	33,00	000182
	FOGÃO 4 BOCAS COLISEU GLASS BRANCO	1,000	300,00	300,00	000182
	RECEPTOR CENTURY	1,000	165,00	165,00	000182
	FOGÃO 4 BOCAS BALI CRISTAL ESMALTEC	1,000	350,00	350,00	000336
	MESA SEC COM AUXILIAR GAVETEIRO CONEXÃO PANDIM	1,000	405,00	405,00	000336
	CADEIRA FIXA 4PES PLAXMETAL	8,000	120,00	960,00	000644
	MESA SECRET 1210X615X750	2,000	290,00	580,00	000645
	VENTILADOR ARNO	1,000	150,00	150,00	000713
	ROUPEIRO CASTRO	1,000	325,00	325,00	000713
	Total de APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS:			3.558,00	
	VEÍCULOS EM GERAL				
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA NXR	1,000	11.000,00	11.000,00	000183
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA NXR	1,000	11.000,00	11.000,00	000235
	MOTOCICLETA BROZ 160 ESD HONDA NXR	1,000	11.000,00	11.000,00	000236
	Total de VEÍCULOS EM GERAL:			33.000,00	
	OUTROS BENS MÓVEIS				
	COLETORES DE LIXO COM SUPORTE	6,000	599,00	3.594,00	000079
	SUPORTE TV LED LCD	1,000	28,00	28,00	000182
	Total de OUTROS BENS MÓVEIS:			3.622,00	
	Total de Bens Móveis:			67.685,00	
	Bens Imóveis				
	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO				
	REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE PSF I	1,000	38.689,90	38.689,90	000580
	Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:			38.689,90	
	Total de Bens Imóveis:			38.689,90	



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
-------------------	-----------	------------	----------------	-------	---------------

07001 FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Total de FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE: 106.374,90



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Manairá

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Quadro Resumido das Despesas de Capital Realizadas - Por Órgão

Tipo de Aquisição	Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Total	Nº do Empenho
09000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					
Bens Móveis					
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO					
	GPS GARMIM ETREX 30 ANV	1,000	999,00	999,00	000433
	BOMBA SCHNEIDER 75CV	1,000	1.980,00	1.980,00	001761
Total de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS:				2.979,00	
				Total de Bens Móveis:	2.979,00
Bens Imóveis					
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL					
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM	1,000	11.484,00	11.484,00	000701
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM	1,000	118.121,81	118.121,81	000702
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM	1,000	110.000,00	110.000,00	000762
Total de OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL:				239.605,81	
ESTRADAS					
	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1,000	37.080,00	37.080,00	001212
	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1,000	83.237,50	83.237,50	001215
	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1,000	83.770,22	83.770,22	001379
Total de ESTRADAS:				204.087,72	
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO					
	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM NO SÍTIO SÃO JOAQUIM	1,000	229.392,40	229.392,40	000568
	CONSTRUÇÃO DE UMA BARRAGEM NO SÍTIO SERRINHA	1,000	11.234,60	11.234,60	000569
Total de OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO:				240.627,00	
				Total de Bens Imóveis:	684.320,53
Total de SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO:				687.299,53	
Total Geral:				1.941.898,45	



Prefeitura Municipal de Manairá

Estado da Paraíba

Poder Executivo

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Lei Federal nº 4.320/64

Rua José Rosa 426

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço

Demonstração da Origem e Aplicações de Recursos não consignados no Orçamento

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Prefeitura Municipal de Manairá	294.593,54	1.029.391,93	749.985,24	574.000,23
RECURSOS DO ATIVO	314,39	24.912,00	24.942,40	283,99
Agentes Pagadores	314,39	24.912,00	24.942,40	283,99
Salário-família				
SALARIO FAMILIA	314,39	24.912,00	24.942,40	283,99
RECURSOS DO PASSIVO	294.279,15	1.004.479,93	725.042,84	573.716,24
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	30.245,65	0,00	0,00	30.245,65
Restos a Pagar				
RP PROCESSADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.245,65	0,00	0,00	30.245,65
Restos a Pagar Inscritos No Exercício	0,00	385.045,63	0,00	385.045,63
Restos a Pagar				
RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	373.917,93	0,00	373.917,93
RP PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	11.127,70	0,00	11.127,70
Restos a Pagar de 2013	1.821,35	0,00	0,00	1.821,35
Restos a Pagar				
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 2013	-1.645,56	0,00	0,00	-1.645,56
SECRETARIA DE FINANÇAS 2013	2.642,96	0,00	0,00	2.642,96
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 2013	423,95	0,00	0,00	423,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 2013	400,00	0,00	0,00	400,00
Restos a Pagar de 2014	130.583,76	0,00	130.583,76	0,00
Restos a Pagar				
CÂMARA MUNICIPAL2014	130.583,76	0,00	0,00	130.583,76
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 2014	0,00	0,00	2.200,00	-2.200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO2014	0,00	0,00	972,00	-972,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA2014	0,00	0,00	13.800,00	-13.800,00
SECRETARIA DE FINANÇAS 2014	0,00	0,00	3.500,00	-3.500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA2014	0,00	0,00	99.311,76	-99.311,76
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO2014	0,00	0,00	10.800,00	-10.800,00
Consignacoes	131.628,39	619.434,30	594.459,08	156.603,61
Consignações - Inss				
INSS 11 PREST SERV	29.420,59	9.779,62	0,00	39.200,21
INSS	119.060,89	547.177,51	550.054,17	116.184,23



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço
Demonstração da Origem e Aplicações de Recursos não consignados no Orçamento

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Prefeitura Municipal de Manairá	294.593,54	1.029.391,93	749.985,24	574.000,23
RECURSOS DO PASSIVO	294.279,15	1.004.479,93	725.042,84	573.716,24
Consignacoes	131.628,39	619.434,30	594.459,08	156.603,61
<i>Consignações Outras</i>				
SEST SENAT	525,65	7,61	0,00	533,26
<i>Outras Operações</i>				
FALTAS NÃO JUSTIFICADAS	7.031,54	18.229,06	0,00	25.260,60
CORREIOS E TELEGRAFOS	4.785,44	11.195,74	7.880,00	8.101,18
<i>Consignações Pensões Alimentícias</i>				
PENSAO	-29.195,72	33.044,76	36.524,91	-32.675,87
Fundo Municipal de Saude de Agua Branca	266.013,49	324.184,40	384.959,31	205.238,58
RECURSOS DO ATIVO	4.510,00	7.779,43	8.488,80	3.800,63
Agentes Pagadores	4.510,00	7.779,43	8.488,80	3.800,63
<i>Salário-família</i>				
SALARIO FAMILIA	4.510,00	7.779,43	8.488,80	3.800,63
RECURSOS DO PASSIVO	261.503,49	316.404,97	376.470,51	201.437,95
Restos a Pagar Inscritos No Exercício	0,00	31.784,73	0,00	31.784,73
<i>Restos a Pagar</i>				
RP PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO	0,00	31.784,73	0,00	31.784,73
Restos a Pagar de 2014	41.389,55	0,00	40.789,55	600,00
<i>Restos a Pagar</i>				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 2014	41.389,55	0,00	40.789,55	600,00
Consignacoes	220.113,94	284.620,24	335.680,96	169.053,22
<i>Consignações - Inss</i>				
INSS	0,00	141.743,18	136.700,64	5.042,54
<i>Consignações - Iss</i>				
ISSEXTRA	28.966,38	17.124,61	25.355,43	20.735,56



Prefeitura Municipal de Manairá

C.N.P.J.: 09.148.131/0001-95

Rua José Rosa 426

Estado da Paraíba

Poder Executivo

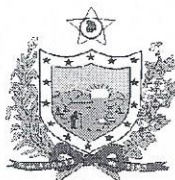
Lei Federal nº 4.320/64

DEZEMBRO/2015

Demonstrativo de Balanço

Demonstração da Origem e Aplicações de Recursos não consignados no Orçamento

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixas	
Fundo Municipal de Saude de Agua Branca	266.013,49	324.184,40	384.959,31	205.238,58
RECURSOS DO PASSIVO	261.503,49	316.404,97	376.470,51	201.437,95
Consignacoes	220.113,94	284.620,24	335.680,96	169.053,22
Consignações - Ir				
IRRFEXTRA	167.200,56	110.089,80	159.235,33	118.055,03
Consignações Outras				
CONTRIBUICAO SINDICAL	60,90	2.585,70	2.372,76	273,84
Consignações Pensões Alimenticias				
PENSÃO ALIMENTICIA	23.886,10	13.076,95	12.016,80	24.946,25



**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

**Sito na Rua José Rosas, nº 164 - centro – CEP: 58.995-000 –
Manaíra-PB.**

C E R T I D ã O

Certifico para fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, para comprovação na Prestação de Contas Anual do exercício financeiro de 2015, **que a PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA-PB, possui as seguintes Secretarias Municipais, com os seus respectivos Secretários e número de CPF, até a presente data, conforme segue a relação abaixo:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – Titular – VANILDO BESERRA DA SILVA - CPF nº: 658.280.114-72

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Titular – ZILVANETE BESERRA DA SILVA - CPF nº: 550.186.534-34

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Titular – LUIZ ALVES DE LIMA - CPF nº: 126.774.808-75

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – Titular – EGBERTO RODRIGUES BARBOSA - CPF nº: 085.055.504-39

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA – Titular – SEBASTIÃO VIRGULINO DE SOUSA - CPF nº: 456.813.504-44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – Titular – DAYVISON PAULINO COSMO - CPF nº: 032.941.124-16.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – Titular – VERONILSON DELFINO CARNEIRO - CPF nº: 018.425.664-07.

**SECRETARIA MUNICIPAL CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO –
Titular – GILCLÉIA VIRULINO SIMÃO – CPF nº: 038.712.854-98.**

**Gabinete do Prefeito Constitucional do município
de Manaíra-PB, em 10 de fevereiro de 2016.**


**Dr. JOSÉ SIMÃO DE SOUSA
- Prefeito Constitucional -**

Remuneração dos Agentes Políticos

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira

Prestação de Contas do Exercício 2015

Emitido em 29/03/2016 17:41

Mês	CPF	Nome	Cargo	Remuneração Recebida(R\$)
Janeiro	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	0,00
Fevereiro	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	0,00
Março	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	68.000,00
Abril	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	0,00
Mai	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	0,00
Junho	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	48.000,00
Julho	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	8.000,00
Agosto	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	8.000,00
Setembro	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	8.000,00
Outubro	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	8.000,00
Novembro	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	8.000,00
Dezembro	28771150463	JOSÉ SIMÃO DE SOUSA	Prefeito Municipal	8.000,00
TOTAL				164.000,00



**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE MANAÍRA
PREFEITURA MUNICIPAL**

LEI MUNICIPAL Nº 369/12, de 05.10.2012.

“Dispõe sobre a fixação dos Subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013 à 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MANAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo que determina o art. 38 da Lei orgânica Municipal, c/c o art. 29, incisos V e VI, art. 29-A, inciso I, § 1º, 29 VII e, ainda, arts.153, 158 e 159, todos da Constituição Federal, faço saber que a **Câmara Municipal Decreta e eu Sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º - Esta Lei tem o objetivo de Fixar os Subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores, além da remuneração dos Secretários Municipais de Manaíra-PB, para a legislatura 2013 à 2016, na forma do que determina o art. 29-A, inciso V, e 29 VII, da Constituição Federal Vigente, regulamentando as matérias correlatas.

Art. 2º - O subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores que estiverem no efetivo exercício do mandato, são fixados em parcela única, sem acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, e sem vinculação de ordem salarial, nos seguintes valores:

I – Para o Prefeito o valor de R\$: 8.000,00 (oito mil reais);

II – Para o Vice-prefeito o valor de R\$: 4.000,00 (quatro mil reais), valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Prefeito.

III – O Subsídio do Vereador é de R\$: 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais);

IV – O subsídio do Vereador Presidente da Câmara é de R\$: 3.100,00 (três mil e cem reais).

Parágrafo primeiro: Os subsídios de Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores integrarão as despesas totais com pessoal, as quais, em seu total, não poderão ultrapassar o limite constitucional de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida municipal.

Art. 4º - Para efeitos desta Lei, entende-se como receita corrente líquida, o somatório das receitas tributárias de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

I – A contribuição dos servidores para o custeio do sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no parágrafo 9º, do art. 201, da CF.

II – Para todo e qualquer efeito, a receita corrente líquida será apurado somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

parágrafo segundo: O total da despesa do Poder Legislativo Municipal de Manaíra-PB, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o limite constitucional de 5% (cinco por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme previsto no art. 29, VII, e 29-A, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 5º - O Subsídio dos Secretários Municipais de Manaíra-PB, nos exercícios de 2013 à 2016 é de R\$: 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 6º - **As faltas** às Sessões Plenárias redundarão para os Vereadores em **um desconto equivalente, individualmente, a um décimo (1/10)**, de seus subsídios mensal, e que só serão relevadas através de justificativa por escrito e mediante deliberação da Mesa Diretora, ressalvadas as faltas decorrentes de caso fortuito, força maior e doença devidamente comprovada por atestado médico.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da dotação específica, oriunda do repasse do duodécimo mensal, no valor fixado na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º - Esta Lei após sua aprovação e publicação, entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Manaíra, Estado da Paraíba, em 05 de outubro de 2012, 190 anos de Independência do Brasil e 50 anos de Emancipação Política do Município de Manaíra-PB.


Dr. JOSÉ SIMÃO DE SOUSA
- Prefeito Constitucional -

Despesa por Função x Fonte de Recursos

2 Judiciária

0 Recursos Ordinários R\$ 42.916,70

SubTotal **R\$ 42.916,70**

4 Administração

0 Recursos Ordinários R\$ 1.304.033,22

1 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 772,75

SubTotal **R\$ 1.304.805,97**

8 Assistencial Social

0 Recursos Ordinários R\$ 256.871,93

29 Transferência de Recursos do FNAS R\$ 300.106,18

SubTotal **R\$ 556.978,11**

9 Previdência Social

0 Recursos Ordinários R\$ 447.787,57

1 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 58.652,38

15 Transferência de Recursos do FNDE R\$ 39.288,38

29 Transferência de Recursos do FNAS R\$ 1.062,16

SubTotal **R\$ 546.790,49**

10 Saúde

2 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde R\$ 1.955.294,98

14 Transferência de Recursos do SUS R\$ 1.662.977,16

SubTotal **R\$ 3.618.272,14**

11 Trabalho

0 Recursos Ordinários R\$ 105.677,76

SubTotal **R\$ 105.677,76**

12 Educação

0 Recursos Ordinários R\$ 591.268,31

1 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 1.171.330,18

15 Transferência de Recursos do FNDE R\$ 1.063.098,90

18 Transferência do FUNDEB (magistério) R\$ 3.553.314,27

19 Transferência do FUNDEB (outras) R\$ 1.421.664,90

SubTotal **R\$ 7.800.676,56**

13 Cultura

0 Recursos Ordinários R\$ 334.821,00

1 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 361.000,00

SubTotal **R\$ 695.821,00**

25 Energia

0 Recursos Ordinários

R\$ 62.564,23

SubTotal **R\$ 62.564,23****26 Transporte**

0 Recursos Ordinários

R\$ 204.087,72

SubTotal **R\$ 204.087,72****27 Desporto e Lazer**

0 Recursos Ordinários

R\$ 8.777,10

SubTotal **R\$ 8.777,10****28 Encargos Especias**

0 Recursos Ordinários

R\$ 80.225,74

SubTotal **R\$ 80.225,74**Total **R\$ 17.172.951,20**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

Objeto: Recurso de Reconsideração

Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo

Impetrante: José Simão de Sousa

Advogado: Dr. José Lacerda Brasileiro

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – INSPEÇÃO ESPECIAL – ANÁLISE FINANCEIRA – IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E IMPOSIÇÕES DE PENALIDADES – FIXAÇÕES DE PRAZOS PARA RECOLHIMENTOS – ENVIO DE CÓPIA DA DECISÃO PARA SUBSIDIAR A ANÁLISE DAS CONTAS DO PREFEITO – RECOMENDAÇÕES – REPRESENTAÇÃO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – REMÉDIO JURÍDICO ESTABELECIDO NO ART. 31, INCISO II, C/C O ART. 33, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93 – Elementos probatórios capazes de diminuir a imputação de débito e, como consequência, de reduzir a multa proporcional ao dano causado ao erário – Restituição do débito remanescente. Conhecimento e provimento parcial do recurso. Determinação. Remessa dos autos à Corregedoria da Corte.

ACÓRDÃO APL – TC – 00102/15

Vistos, relatados e discutidos os autos do *RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO* interposto pelo Prefeito municipal de Manaíra/PB, Sr. José Simão de Sousa, em face da decisão desta Corte de Contas, consubstanciada no *ACÓRDÃO APL – TC – 00084/13*, de 27 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado datado de 06 de março do mesmo ano, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão plenária realizada nesta data, com a declaração de impedimento do Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho e a convocação do Conselheiro Substituto Antônio Gomes Vieira Filho, diante da aposentadoria do Conselheiro Umberto Silveira Porto, na conformidade da proposta de decisão do relator a seguir, em:

1) *TOMAR* conhecimento do recurso, diante da legitimidade do recorrente e da tempestividade de sua apresentação, e, no mérito, *DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL* para reduzir a imputação de débito ao Alcaide de R\$ 93.505,33 para R\$ 15.817,29, reconhecendo, contudo, a devolução desta importância aos cofres públicos da Comuna, e, em decorrência da diminuição do débito imputado, também abrandar a multa equivalente a 10% da soma que lhe foi atribuída, de R\$ 9.350,53 para R\$ 1.581,73.

2) *DETERMINAR* à Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI que, ao examinar as contas do Município de Manaíra/PB, exercício financeiro de 2015, verifique o registro contábil da restituição do montante de R\$ 15.817,29, concernente ao resultado financeiro não justificado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

3) *REMETER* os autos do presente processo à Corregedoria deste Tribunal para as providências que se fizerem necessárias.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
 Publique-se, registre-se e intime-se.
TCE – Plenário Ministro João Agripino

João Pessoa, 08 de abril de 2015

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO
 Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima
Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO
 Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo
Relator

Presente:

Representante do Ministério Público Especial

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

RELATÓRIO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Esta Corte, em sessão plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2013, através do *ACÓRDÃO APL – TC – 00084/13*, fls. 2.497/2.504, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB datado de 03 de março do mesmo ano, fl. 2.505, ao analisar os autos da inspeção especial realizada no Município de Manaíra/PB, objetivando apurar a movimentação financeira nas contas do Poder Executivo durante o período de 01 de outubro a 29 de novembro de 2011, decidiu: a) imputar ao Prefeito da Comuna, Sr. José Simão de Sousa, débito no montante de R\$ 93.505,33, referente a saldo financeiro não comprovado; b) impor penalidade ao gestor na quantia de R\$ 9.350,53, equivalente a 10% da soma imputada; c) aplicar multa ao administrador municipal na importância de R\$ 7.882,17; d) fixar prazos para recolhimentos do débito e das multas; e) encaminhar cópia do aresto à Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI para subsidiar a análise das contas do exercício de 2011; f) enviar recomendações; e g) remeter cópia dos autos à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

A supracitada decisão teve como base as seguintes irregularidades remanescentes: a) realização de despesas sem prévio empenho; b) divergência entre o valor do saldo inicial apurado e a quantia registrada no SAGRES; e c) saldo financeiro não comprovado na quantia de R\$ 93.505,33.

Não resignado, o Sr. José Simão de Sousa interpôs, em 21 de março de 2013, recurso de reconsideração. A referida peça processual está encartada aos autos, fls. 2.507/2.588, onde o Prefeito juntou documentos e alegou, em suma, a anexação da documentação comprobatória de diversos dispêndios que demonstram a regularidade da movimentação financeira e que não foram analisados pelos analistas desta Corte.

Ato contínuo, o álbum processual foi encaminhado aos técnicos da unidade de instrução, que, ao esquadriharem a citada peça recursal, emitiram relatório, fls. 2.594/2.600, onde opinaram, em preliminar, pelo conhecimento da reconsideração e, quanto ao mérito, pelo seu provimento parcial, no sentido de reduzir o saldo financeiro a descoberto de R\$ 93.505,33 para R\$ 15.817,29.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB emitiu parecer, fls. 2.602/2.605, onde pugnou, em preliminar, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu provimento parcial, devendo ser alterada a decisão especificamente no que tange ao montante imputado ao administrador como saldo a descoberto, que passa a ser de R\$ 15.817,29, bem como à penalidade imposta, correspondente a 10% da soma imputada, que deve diminuir para R\$ 1.581,72.

Após solicitação de pauta para a sessão de 01 de abril de 2015, fl. 2.606, conforme atestam o extrato das intimações publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 20 de março de 2015 e a certidão de fl. 2.607, e adiamento para a presente assentada, consoante



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

requerimento do patrono do Prefeito (Documento TC n.º 18605/15), o Chefe do Poder Executivo encartou ao feito comprovante de recolhimento da quantia de R\$ 15.817,29 aos cofres públicos da Urbe (Documento TC n.º 19712/15), atinente ao saldo financeiro não demonstrado.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Recurso de reconsideração contra decisão do Tribunal de Contas é remédio jurídico – *remedium juris* – que tem sua aplicação própria, indicada no art. 31, inciso II, c/c o art. 33, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 18/93 – Lei Orgânica do TCE/PB –, sendo o meio pelo qual o responsável ou interessado, ou o Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, interpõe pedido, a fim de obter a reforma ou a anulação da decisão que refuta ofensiva a seus direitos, e será apreciado por quem houver proferido o aresto vergastado.

In radice, evidencia-se que a peça interposta pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Manaíra/PB, Sr. José Simão de Sousa, atende aos pressupostos processuais de legitimidade e tempestividade, sendo, portanto, passível de conhecimento por este eg. Tribunal. Contudo, quanto ao aspecto material, constata-se que os argumentos e documentos apresentados pelo postulante são capazes de reduzir o montante atinente ao resultado financeiro não justificado de R\$ 93.505,33 para R\$ 15.817,29.

Com efeito, os peritos deste Sinédrio de Contas, ao analisarem a documentação encartada ao feito, no valor líquido de R\$ 102.008,91, fl. 2.588, acolheram apenas dispêndios na importância de R\$ 77.688,04, haja vista que alguns pagamentos compreendidos entre 01 de outubro a 29 de novembro de 2011 já foram considerados inicialmente no cômputo das saídas financeiras. Ademais, os técnicos do Tribunal rejeitaram a despesa no valor R\$ 140,00 (Nota de Empenho n.º 1772/2011), por tratar-se da concessão de diárias à pessoa estranha ao quadro de pessoal da Urbe (Coordenador do Serviço Militar). Portanto, após exame dos inspetores da Corte, a quantia de R\$ 93.505,33, referente ao saldo financeiro não comprovado, passa para R\$ 15.817,29 (R\$ 93.505,33 – R\$ 77.688,04).

O Prefeito da Comuna, mediante o Documento TC n.º 19712/15, datado de 07 de abril de 2015, informou o recolhimento da importância remanescente aos cofres públicos da Urbe, concorde atesta o comprovante de depósito efetuado na Conta Bancária n.º 105.382-5, Agência n.º 0867-2, do Banco do Brasil S/A. Assim, diante da demonstração de devolução dos recursos, o valor atribuído não merece subsistir, cabendo apenas determinação à Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI no sentido de verificar a sua escrituração contábil nos autos da prestação de contas do Município, exercício financeiro de 2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

Entretanto, é importante destacar que a comprovação da restituição do total remanente, R\$ 15.817,29, caracteriza mero cumprimento do *ACÓRDÃO APL – TC – 00084/13*, fls. 2.497/2.504, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB datado de 03 de março do mesmo ano, fl. 2.505. Logo, a penalidade pecuniária imposta ao Chefe do Poder Executivo, Sr. José Simão de Sousa, equivalente a 10% da soma do que lhe foi atribuída inicialmente, R\$ 9.350,53, deve ser reduzida para R\$ 1.581,73, mantendo-se as demais deliberações do aresto guerreado.

Ante o exposto, proponho que o *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*:

1) *TOME* conhecimento do recurso, diante da legitimidade do recorrente e da tempestividade de sua apresentação, e, no mérito, *DÊ-LHE PROVIMENTO PARCIAL* para reduzir a imputação de débito ao Alcaide de R\$ 93.505,33 para R\$ 15.817,29, reconhecendo, contudo, a devolução desta importância aos cofres públicos da Comuna, e, em decorrência da diminuição do débito imputado, também abrandar a multa equivalente a 10% da soma que lhe foi atribuída, de R\$ 9.350,53 para R\$ 1.581,73.

2) *DETERMINE* à Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI que, ao examinar as contas do Município de Manaíra/PB, exercício financeiro de 2015, verifique o registro contábil da restituição do montante de R\$ 15.817,29, concernente ao resultado financeiro não justificado.

3) *REMETA* os autos do presente processo à Corregedoria deste Tribunal para as providências que se fizerem necessárias.

É a proposta.

Em 8 de Abril de 2015



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
PRESIDENTE



Cons. Subst. Renato Sérgio Santiago Melo
RELATOR



Elvira Samara Pereira de Oliveira
PROCURADOR(A) GERAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

Objeto: Inspeção Especial

Relator: Auditor Renato Sérgio Santiago Melo

Responsável: José Simão de Sousa

Advogado: Dr. José Lacerda Brasileiro

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – INSPEÇÃO ESPECIAL – ANÁLISE FINANCEIRA – DILIGÊNCIA *IN LOCO* REALIZADA POR PERITOS DO TRIBUNAL – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – Realização de despesas sem o prévio empenho – Divergência entre o valor do saldo inicial apurado e a quantia registrada no SAGRES – Manutenção de resultado financeiro não comprovado – Transgressão a disposições normativas de natureza constitucional e infraconstitucional – Desvio de finalidade – Conduta ilegítima e antieconômica – Responsabilidade do gestor – Necessidade imperiosa de ressarcimento e de imposição de penalidades. Imputação de débito e aplicação de multas. Fixações de prazos para recolhimentos. Encaminhamento de cópia da decisão à DIAFI. Recomendações. Representação.

ACÓRDÃO APL – TC – 00084/13

Vistos, relatados e discutidos os autos da *INSPEÇÃO ESPECIAL* realizada no Município de Manaíra/PB, objetivando apurar a movimentação financeira nas contas do Poder Executivo durante o período de 01 de outubro a 29 de novembro de 2011, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, com as ausências justificadas dos Conselheiros Arnóbio Alves Viana, Fernando Rodrigues Catão e Arthur Paredes Cunha Lima, a declaração de impedimento do Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho e as convocações dos Conselheiros Substitutos Antônio Cláudio Silva Santos e Antônio Gomes Vieira Filho, em sessão plenária realizada nesta data, na conformidade da proposta de decisão do relator a seguir, em:

- 1) *IMPUTAR* ao Prefeito Municipal de Manaíra/PB, Sr. José Simão de Sousa, débito no montante de R\$ 93.505,33 (noventa e três mil, quinhentos e cinco reais, e trinta e três centavos), referente ao saldo financeiro não comprovado.
- 2) *IMPOR PENALIDADE* ao gestor, Sr. José Simão de Sousa, na quantia de R\$ 9.350,53 (nove mil, trezentos e cinquenta reais, e cinquenta e três centavos), equivalente a 10% da soma que lhe foi imputada, com arrimo no art. 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Lei Complementar Estadual n.º 18/93).
- 3) *FIXAR* o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento voluntário aos cofres públicos municipais do débito imputado e da coima acima imposta, sob pena de responsabilidade e intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40 do colendo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

4) *APLICAR MULTA* ao Chefe do Poder Executivo de Manaíra/PB, Sr. José Simão de Sousa, na importância de R\$ 7.882,17 (sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais, e dezessete centavos), desta feita com base no que dispõe o art. 56 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 18/93).

5) *ASSINAR* o lapso temporal de 30 (trinta) dias para pagamento voluntário da penalidade ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º, alínea "a", da Lei Estadual n.º 7.201, de 20 de dezembro de 2002, com a devida comprovação do seu efetivo cumprimento a esta Corte dentro do prazo estabelecido, cabendo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, no interstício máximo de 30 (trinta) dias após o término daquele período, velar pelo integral cumprimento da deliberação, sob pena de intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40 do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.

6) *ENCAMINHAR* cópia desta decisão à Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI, com o objetivo de subsidiar a análise das contas do Prefeito Municipal de Manaíra/PB, relativas ao exercício financeiro de 2011 (Processo TC n.º 03290/12).

7) *ENVIAR* recomendações no sentido de que o Alcaide, Sr. José Simão de Sousa, não repita as irregularidades apontadas no relatório da unidade técnica deste Tribunal e observe, sempre, os preceitos constitucionais, legais e regulamentares pertinentes.

8) Com base no art. 71, inciso XI, c/c o art. 75, *caput*, da Constituição Federal, *REMETER* cópia dos presentes autos à augusta Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba para as providências cabíveis.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Plenário Ministro João Agripino

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2013

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO

Auditor Renato Sérgio Santiago Melo

Relator

Presente:

Representante do Ministério Público Especial

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

RELATÓRIO

AUDITOR RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Tratam os presentes autos de inspeção especial realizada no Município de Manaíra/PB, objetivando apurar a movimentação financeira nas contas do Poder Executivo durante o lapso temporal de 01 de outubro e 29 de novembro de 2011.

Os peritos da Divisão de Auditoria da Gestão Municipal V – DIAGM V realizaram diligência *in loco* na referida Comuna no período de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2011 e emitiram o relatório inicial, fls. 08/11, destacando, sumariamente, que: a) no dia 29 de novembro de 2011, após a abertura do cofre e de gavetas, não foi encontrado nenhum numerário, mas, ao final dos trabalhos, foi apresentada a importância de R\$ 265,00 referente à arrecadação de receita própria da Urbe relativa ao período; b) todas as despesas apresentadas ainda não haviam sido empenhadas; c) após solicitação, o Secretário de Finanças do Município na época, Sr. Vanildo Bezerra da Silva, declarou que todos os gastos do período em análise foram apresentados à unidade técnica naquela oportunidade; d) foi considerado como saldo inicial de outubro de 2011 a quantia de R\$ 2.323.968,41; e) havia dispêndios não comprovados através de notas fiscais, recibos e outros documentos necessários no montante de R\$ 102.840,93, contudo, eles foram incluídos no levantamento financeiro como despesas pagas; f) as receitas do intervalo analisado atingiram a importância de R\$ 1.905.490,06; g) as despesas também do período ascenderam ao montante de R\$ 1.739.219,92; h) o saldo final disponível em 29 de novembro de 2011 deveria ser de R\$ 2.490.238,55; e i) o saldo efetivamente comprovado no final do intervalo alcançou o valor de R\$ 2.191.010,67, sendo R\$ 265,00 em CAIXA, conforme termo de conferência, e R\$ 2.190.745,67 em BANCOS, consoante conciliação bancária.

Ao final, os técnicos deste Sinédrio de Contas apontaram as seguintes irregularidades: a) realização de despesas em desacordo com o disposto na Lei Nacional n.º 4.320/64; b) divergência entre o valor do saldo inicial apurado e o inserido no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES; c) realização de dispêndios sem comprovação no montante de R\$ 102.840,93; e d) existência de saldo a descoberto no CAIXA/TESOURARIA na importância de R\$ 299.227,88.

Processada a citação da autoridade responsável, fls. 12/13, o Prefeito da Urbe, Sr. José Simão de Sousa, apresentou defesa, fls. 14/2.471, alegando, em síntese, que: a) de fato, foi detectada a falta de emissão de notas de empenho, mas as despesas já estavam classificadas no orçamento municipal, com dotações garantidas, revelando-se, portanto, como um erro formal; b) os créditos efetuados na CONTA N.º 17.379-7 MERENDA pelo governo federal só foram conhecidos em outubro, momento em que foram devidamente registrados; c) toda documentação relacionada aos dispêndios tidos como não comprovados foi juntada aos autos; e d) não existe saldo a descoberto, pois as despesas estão todas regulares, consoante documentos anexos, balancete sintético e extratos bancários.

Os autos retornaram aos analistas desta Corte, que, ao esquadriharem a referida peça processual de defesa, emitiram posicionamento, fls. 2.479/2.482, onde consideraram elidida



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

a eiva concernente à realização de despesas sem comprovação no total de R\$ 102.840,93 e reduziram o montante do saldo a descoberto no CAIXA/TESOURARIA de R\$ 299.227,88 para R\$ 93.505,33. Ao final, mantiveram *in totum* o seu posicionamento exordial relativamente às demais irregularidades.

Requerida a intervenção do Ministério Público de Contas, este emitiu parecer, fls. 2.484/2.487, onde opinou, resumidamente, pelo (a): a) irregularidade dos atos de administração financeira inspecionados; b) imputação de débito ao Sr. José Simão de Sousa, correspondente ao valor do saldo a descoberto; c) aplicação de multa por atos de gestão ilegais e danos ao erário, com base nos artigos 55 e 56 da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993; d) representação à Procuradoria Geral de Justiça, com vistas à adoção das providências a seu cargo; e) envio de recomendação ao Alcaide para que, na gestão financeira, adote sempre as medidas estabelecidas na Lei Nacional n.º 4.320/64 e na legislação pertinente; e f) encaminhamento de cópia da decisão para os autos da prestação de contas do Gestor Municipal, relativa ao exercício de 2011, Processo TC n.º 03290/12.

Solicitação de pauta inicialmente para a sessão do dia 20 de fevereiro de 2013, fl. 2.488, conforme atestam o extrato da intimação publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 08 de fevereiro de 2013 e a certidão de fl. 2.489, e adiamento para a presente assentada, consoante ata.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

AUDITOR RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Inicialmente, é importante realçar que a referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso IV, da Constituição do Estado da Paraíba, que atribuiu ao Sinédrio de Contas, dentre outras, a possibilidade de realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades municipais.

Da análise implementada pelos inspetores da unidade de instrução na movimentação financeira do Poder Executivo do Município de Manaíra/PB, restou evidenciada a presença de graves irregularidades. *Ab initio*, cabe destacar que a unidade técnica detectou a existência de saldo financeiro não comprovado no montante de R\$ 93.505,33, haja vista que os numerários em caixa no dia 29 de novembro de 2011 totalizavam R\$ 265,00, segundo TERMO DE CONFERÊNCIA DE DISPONIBILIDADE EM CAIXA/TESOURARIA (Documento TC n.º 22400/11), quando, na verdade, deveriam ser de R\$ 93.770,33, conforme fl. 2.481.

Cumpra esclarecer, por oportuno, que, na apuração do saldo financeiro em 30 de setembro de 2011, os especialistas deste Pretório de Contas verificaram que não havia sido registrado no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES o saldo da CONTA N.º 17.379-7 MERENDA na importância de R\$ 3.276,00, fl. 09, configurando uma outra irregularidade. Por essa razão, o saldo de CAIXA e BANCOS informado no sistema, R\$ 2.320.692,41, foi ajustado para R\$ 2.323.968,41.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

Outro item mencionado pelos peritos do Tribunal diz respeito à existência de despesas orçamentárias sem a emissão do prévio empenho, contrariando, por conseguinte, preceito de ordem financeira e contábil preconizado no art. 60 da lei que estatuiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei Nacional n.º 4.320, de 17 de março de 1964), *in verbis*:

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Neste diapasão, merecedores de citação são os ensinamentos dos festejados doutrinadores J. Teixeira Machado Júnior e Heraldo da Costa Reis, *in* Lei 4.320 Comentada, 28 ed, Rio de Janeiro: IBAM, 1997, p. 125, *verbatim*:

O empenho é o instrumento de que se serve a Administração a fim de controlar a execução do orçamento. É através dele que o Legislativo se certifica de que os créditos concedidos ao Executivo estão sendo obedecidos.

Assim, diante da conduta implementada pelo Chefe do Poder Executivo da Comuna de Manaíra/PB durante o exercício financeiro de 2011, Sr. José Simão de Sousa, resta configurada, além de outras deliberações, a necessidade imperiosa de imposição de multas. A primeira, no valor de R\$ 7.882,17, pela transgressão a disposições normativas do direito objetivo pátrio, prevista no art. 56 da Lei Orgânica do TCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), sendo o gestor enquadrado nos seguintes incisos do referido artigo, *verbo ad verbum*:

Art. 56. O Tribunal poderá também aplicar multa de até Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) aos responsáveis por:

I – (*omissis*)

II – infração grave a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário;

A segunda, na quantia de R\$ 9.350,53, correspondendo a 10% do montante que lhe foi imputado, R\$ 93.505,33, haja vista os danos causados ao erário municipal, estando a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

supracitada penalidade devidamente estabelecida no art. 55 da Lei Orgânica do TCE/PB – LOTCE/PB, *ad literam*:

Art. 55. Quando o responsável for julgado em débito, o Tribunal poderá condená-lo a repor ao Erário o valor atualizado do dano acrescido de multa de até 100% (cem por cento) do mesmo valor.

Ante o exposto, proponho que o *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*:

- 1) *IMPUTE* ao Prefeito Municipal de Manaíra/PB, Sr. José Simão de Sousa, débito no montante de R\$ 93.505,33 (noventa e três mil, quinhentos e cinco reais, e trinta e três centavos), referente ao saldo financeiro não comprovado.
- 2) *IMPONHA PENALIDADE* ao gestor, Sr. José Simão de Sousa, na quantia de R\$ 9.350,53 (nove mil, trezentos e cinquenta reais, e cinquenta e três centavos), equivalente a 10% da soma que lhe foi imputada, com arrimo no art. 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Lei Complementar Estadual n.º 18/93).
- 3) *FIXE* o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento voluntário aos cofres públicos municipais do débito imputado e da coima acima imposta, sob pena de responsabilidade e intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40 do colendo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.
- 4) *APLIQUE MULTA* ao Chefe do Poder Executivo de Manaíra/PB, Sr. José Simão de Sousa, na importância de R\$ 7.882,17 (sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais, e dezessete centavos), desta feita com base no que dispõe o art. 56 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 18/93).
- 5) *ASSINE* o lapso temporal de 30 (trinta) dias para pagamento voluntário da penalidade ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º, alínea "a", da Lei Estadual n.º 7.201, de 20 de dezembro de 2002, com a devida comprovação do seu efetivo cumprimento a esta Corte dentro do prazo estabelecido, cabendo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, no interstício máximo de 30 (trinta) dias após o término daquele período, velar pelo integral cumprimento da deliberação, sob pena de intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40 do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.
- 6) *ENCAMINHE* cópia desta decisão à Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI, com o objetivo de subsidiar a análise das contas do Prefeito Municipal de Manaíra/PB, relativas ao exercício financeiro de 2011 (Processo TC n.º 03290/12).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14298/11

7) *ENVIE* recomendações no sentido de que o Alcaide, Sr. José Simão de Sousa, não repita as irregularidades apontadas no relatório da unidade técnica deste Tribunal e observe, sempre, os preceitos constitucionais, legais e regulamentares pertinentes.

8) Com base no art. 71, inciso XI, c/c o art. 75, *caput*, da Constituição Federal, *REMETA* cópia dos presentes autos à augusta Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba para as providências cabíveis.

É a proposta.

Em 27 de Fevereiro de 2013



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

PRESIDENTE



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Auditor Renato Sérgio Santiago Melo

RELATOR



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Isabella Barbosa Marinho Falcão

PROCURADOR(A) GERAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Objeto: Auditoria Operacional - 2º MONITORAMENTO

Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

EMENTA: SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEIRHMACT. SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO. CAGEPA e Prefeituras. Auditoria Operacional. **Avaliação dos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA no Estado da Paraíba.** Verificação de cumprimento do Acórdão APL TC nº 0987/2012. 2º Monitoramento. Declaração de cumprimento parcial das determinações. Recomendações em implementação. Emissão de Alertas a municípios. Determinações à Auditoria. Formalização de autos apartados. Assinação de prazo para cumprimento de determinações. Renovação de recomendações. Determinações à SECPL. Arquivamento.

ACÓRDÃO APL TC 00757/2015

RELATÓRIO

I - INTRODUÇÃO

O presente processo trata de Auditoria Operacional, realizada no exercício de 2010, atendendo ao programa de trabalho estabelecido pelo PROMOEX, dentro do tema SANEAMENTO, tendo como objeto:

Avaliar os Sistemas de Abastecimento de Água – SAA, no Estado da Paraíba, com foco nas dificuldades da gestão do sistema.

Resumidamente, o que se pretendeu estudar foram os principais sistemas do Estado abrangendo a captação e adução de água bruta até as estações de tratamento, a reservação para distribuição de água tratada na rede de distribuição, conforme demonstra-se no esboço abaixo:



Fonte: www.crv.educacao.mg.gov.br (extraído do Relatório da Auditoria)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Seguindo a metodologia aplicada, universalmente, às auditorias operacionais coordenadas pelo Promoex, e assim, atendendo ao padrões internacionais aplicados a este tipo de procedimento, o Tribunal já deliberou acerca deste feito. Inicialmente, em 03/11/2011, através da Resolução RPL-TC-Nº 048/2011 (fls. 335/336 – 1º vol.) e, posteriormente, através do Acórdão APL TC nº 0987/2012 (fls. 449/450 – 1º vol.) em 19/12/12, após a realização do 1º Monitoramento.

Por ocasião da apreciação do 1º Monitoramento da Auditoria Operacional¹, à vista dos diversos achados da auditoria, tendo como referência os aspectos de:

- *Planejamento e implantação,*
- *Qualidade da água e*
- *Sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas,*

QUADRO I – DESTAQUES DOS ACHADOS DE AUDITORIA

ASPECTO	ACHADO
Planejamento e implantação	<p>Existência de sedes de municípios sem rede geral de distribuição de água (Alcantil, Assunção, Baraúna, Sta. Cecília, St. André e Tenório)</p> <p>Em grande parte dos municípios ocorre racionamento e/ou suspensão do abastecimento d'água.</p> <p>A maioria dos municípios paraibanos não possui Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB e não dispõe de legislação exigindo a aprovação e implantação de sistema de Abastecimento de água para loteamentos novos.</p> <p>Atraso do Estado da Paraíba em relação aos prazos previstos na Resolução ANA nº 714/2009, para estruturação do corpo técnico da AESA, instituição de cobrança pelo uso da água bruta e conclusão das obras complementares do PISF</p> <p>Precariedade da relação contratual entre a CAGEPA e os Municípios onde o serviço é por ela prestado.</p> <p>Grande parte da água fornecida aos consumidores não recebe tratamento nos municípios com sistema de abastecimento autônomo.</p>
Qualidade da água	<p>Planos de amostragem apresentados pelos responsáveis pelo controle da qualidade da água (operador do sistema), quando existentes, não estão aprovados pelas Secretarias Municipais de Saúde.</p> <p>Dados da qualidade da água gerados pelo responsável pela operação do sistema não são repassados às autoridades responsáveis pela vigilância da água.</p>

¹ Relatório às fls. 433/440 – 1º vol.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

	<p>As atribuições de vigilância da qualidade da água não são desenvolvidas na totalidade dos municípios paraibanos.</p> <p>Grande parte da água fornecida aos consumidores não recebe tratamento nos municípios com sistema de abastecimento autônomo.</p> <p>Parte dos municípios com sistema autônomo:</p> <p>i – Não realizam análise da qualidade da água fornecida e não observam a frequência e número de amostras coletadas (Portaria MS nº 518/04);</p> <p>ii. não disponibilizam informações sobre a qualidade da água distribuída;</p> <p>iii. não possuem mecanismos para recebimento de queixas referentes às características da água e para a adoção das providências pertinentes</p>
Sustentabilidade econômico-financeira	<p>Deficiência no sistema de apropriação de custos, por Município atendido pela CAGEPA, o qual, ainda assim, aponta prejuízo em 04 (quatro) das suas 06 (seis) regionais e em 02 (dois) dos 10 (dez) maiores Municípios em número de ligações.</p> <p>Manutenção dos elevados índices de inadimplência mensal, e elevação da dívida oriunda deste inadimplemento, a qual, considerados consumidores particulares e públicos equivale a mais de 06 meses do faturamento médio mensal da CAGEPA</p> <p>Alto índice de municípios que dispõem de sistema autônomo de abastecimento de água não cobram tarifas pelo fornecimento de água.</p> <p>Elevado índice de inadimplência no Município de Sousa</p>

Este Tribunal Pleno, em 19/12/2012, em decisão consubstanciada no Acórdão APL TC nº 0987/2012 (fls. 449/450 – 1º vol.), deliberou no sentido de:

Quanto ao Planejamento e Implantação:

1) Ao Exmo. Senhor Governador do Estado da Paraíba para que determinasse:

R.1 - ao órgão competente da estrutura governamental, o planejamento e/ou execução das obras de abastecimento necessárias à garantia do acesso perene à água e apresentação da relação e do cronograma físico-financeiro de todas as obras complementares do PISF, bem como primasse pela sua execução e nos prazos estabelecidos;

R.2 - providências com vistas à regularização do quadro de servidores da AESA;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

R.3 - providências com vistas à definição de mecanismos e valores de cobrança pela água bruta e emissão de documento de arrecadação.

2) Através da R4 determinar:

Aos Prefeitos dos Municípios de Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório para que prestassem informação quanto aos resultados/andamento das medidas adotadas necessárias à viabilização da implantação de rede geral de distribuição de água.

Quanto à qualidade das águas:

D.1 - Determinação ao titular da Secretaria de Estado da Saúde para que, no prazo de sessenta dias, aprimorasse sua atribuição de promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água, em articulação com o nível municipal e elaborasse levantamento das necessidades de capacitação sobre o conteúdo da Portaria MS Nº 518/04.

Quanto à sustentabilidade econômica-financeira:

D.2 - Determinação ao Prefeito do Município de Sousa para que, no prazo de sessenta dias, procedesse à implantação de plano de cobrança das dívidas, utilizando, caso necessário, medidas coercitivas como a interrupção do serviço, conforme assegurado na Lei nº 11.445/075, art. 40, inciso V;

D.3 - Determinação à Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba – CAGEPA, para que apresentasse sistema contábil que registre, individualmente e com precisão, os custos de cada um dos sistemas de abastecimento do Estado da Paraíba, em conformidade com determinação do art.18 da Lei Federal 11.445/2007 e do art. 21, §1º da Lei Estadual 9.260/2010.

Nesta assentada, estamos a verificar o 2º monitoramento da Auditoria Operacional, ocasião em que será avaliado o desempenho e/ou resultados da gestão, e ainda, o nível de cumprimento das determinações oriundas do 1º Monitoramento e, por fim, diagnosticar a situação presente, identificando os avanços e os motivos que impediram o alcance dos resultados desejados.

A metodologia de trabalho abrangeu:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- Coleta de dados secundários, por meio de pesquisa junto aos Sites oficiais da Agência Nacional de Águas - ANA e da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA, do Instituto Trata Brasil Saneamento, além do Sistema SAGRES, do TCE – PB;
- Entrevistas junto a gestores da Secretaria Estadual de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, Companhia de Água e Esgotos do Estado CAGEPA e Secretaria de Estado da Saúde SES;
- Solicitação de documentos e informações por meio de ofícios da DIAFI/TCE/PB aos órgãos citados e às Prefeituras Municipais de Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório; e
- Envio de questionário eletrônico aos 223 municípios do Estado, obtendo - se uma taxa de retorno de 43 %.

II. DIAGNÓSTICOS

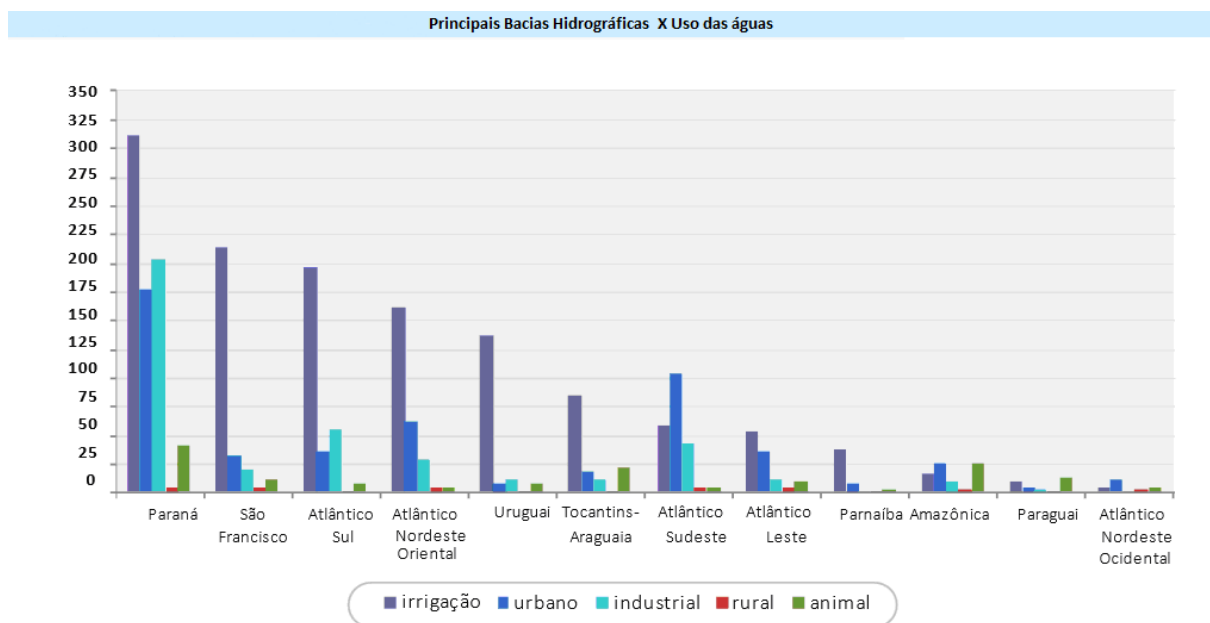
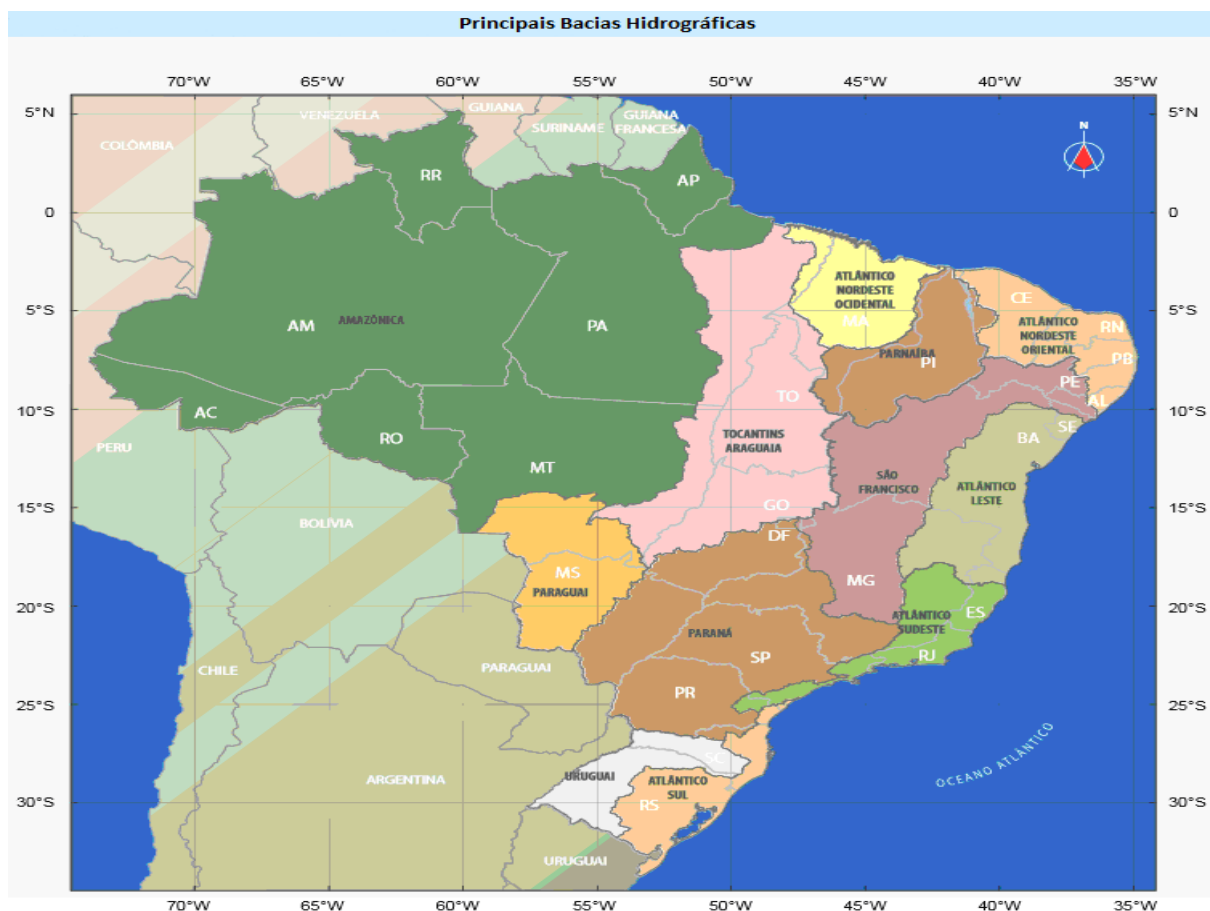
Consta do Relatório da Auditoria, às fls. 679/688, um capítulo intitulado visão geral, diagnosticando a real situação em que se encontra o Estado, quanto à possibilidade de abastecimento de água, objeto de estudo do presente processo.

Nesse diagnóstico é informado que o Estado da Paraíba pertence à Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental. As localizações hidrográficas das bacias estaduais estão demonstradas por figuras, a saber:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10



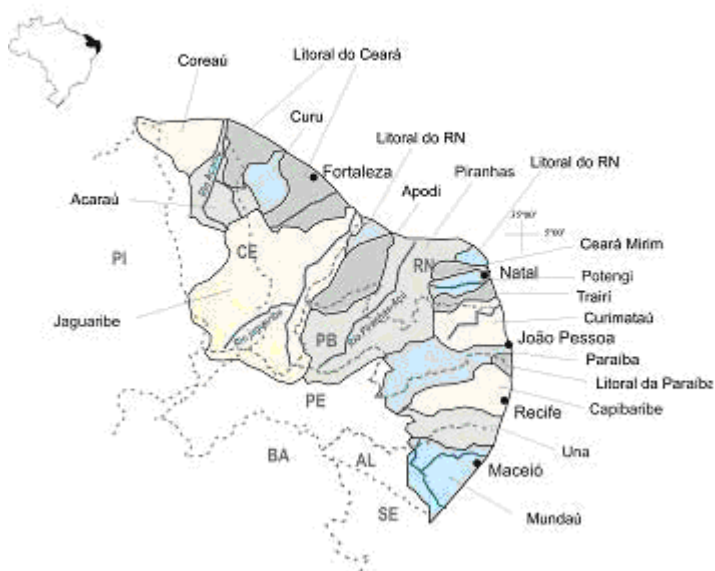
Fonte: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil- Informe 2014/ANA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Microbacias do Nordeste Setentrional



No território estadual estão inseridas 4 bacias hidrográficas, a saber:

- a) Rio Paraíba (Alto, Médio e Baixo Curso e Sub-bacia do rio Taperoá, concentrando 85 municípios e o Reservatório Epitácio Pessoa, que abastece Campina Grande);





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

b) Litoral Norte (Rios Camaratuba, Mamanguape e Miriri, abrangendo 51 municípios);



b) Litoral Sul (Rios Gramame e Abiaí, onde estão inseridos nove municípios e se encontra o Reservatório Gramame/Mamuaba, que abastece João Pessoa).

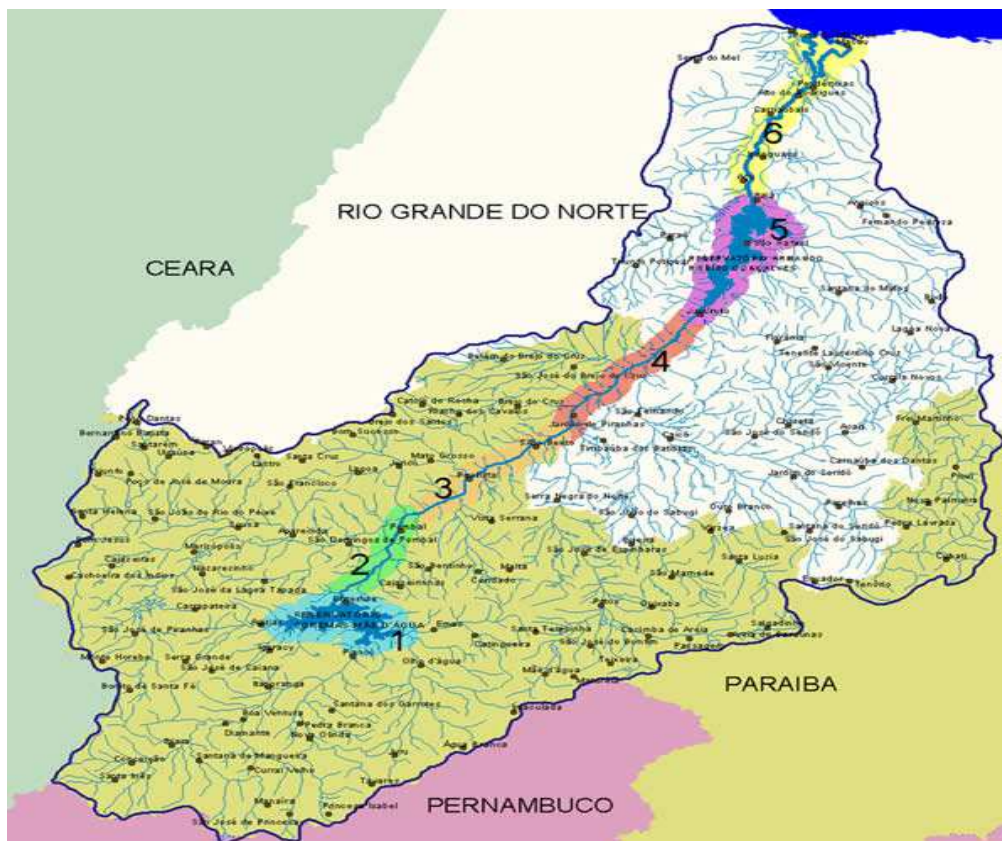




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- c) Piranhas-Açu, onde se inserem 102 municípios paraibanos e se encontra o Reservatório Coremas/Mãe D'Água (domínio federal - abrange os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte).

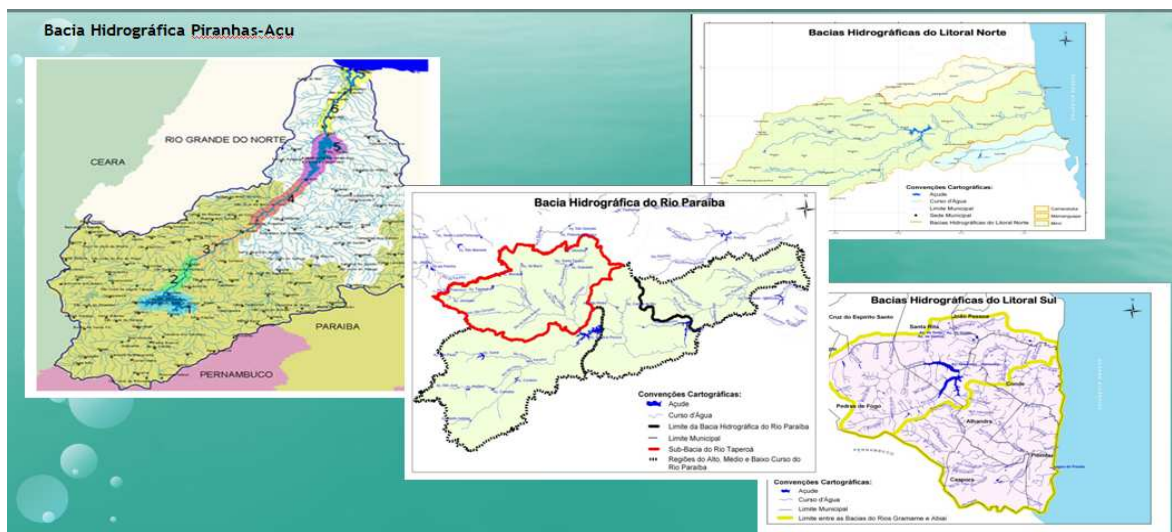


A figura a seguir apresenta o recorte geográfico, demonstrando as bacias hidrográficas supracitadas.



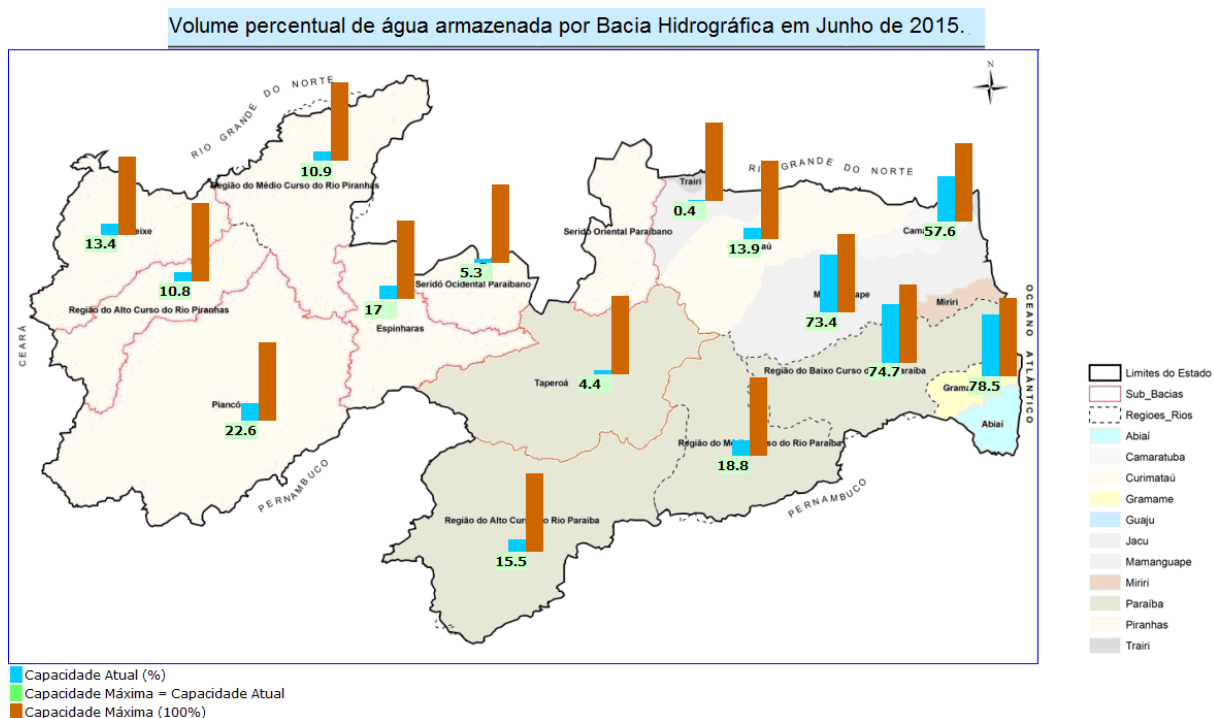
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10



Fonte: Adaptado do site www.aesa.pb.gov.br/

O acompanhamento da situação dos reservatórios no Estado é realizado pela ANA, em articulação com a AESA, sendo monitorados 124 açudes públicos, 42 dos quais de domínio da União, cujas informações são disponibilizadas no site do órgão estadual. A situação em 11/06/2015, dos volumes dos açudes, por bacia hidrográfica, está demonstrada no gráfico a seguir.

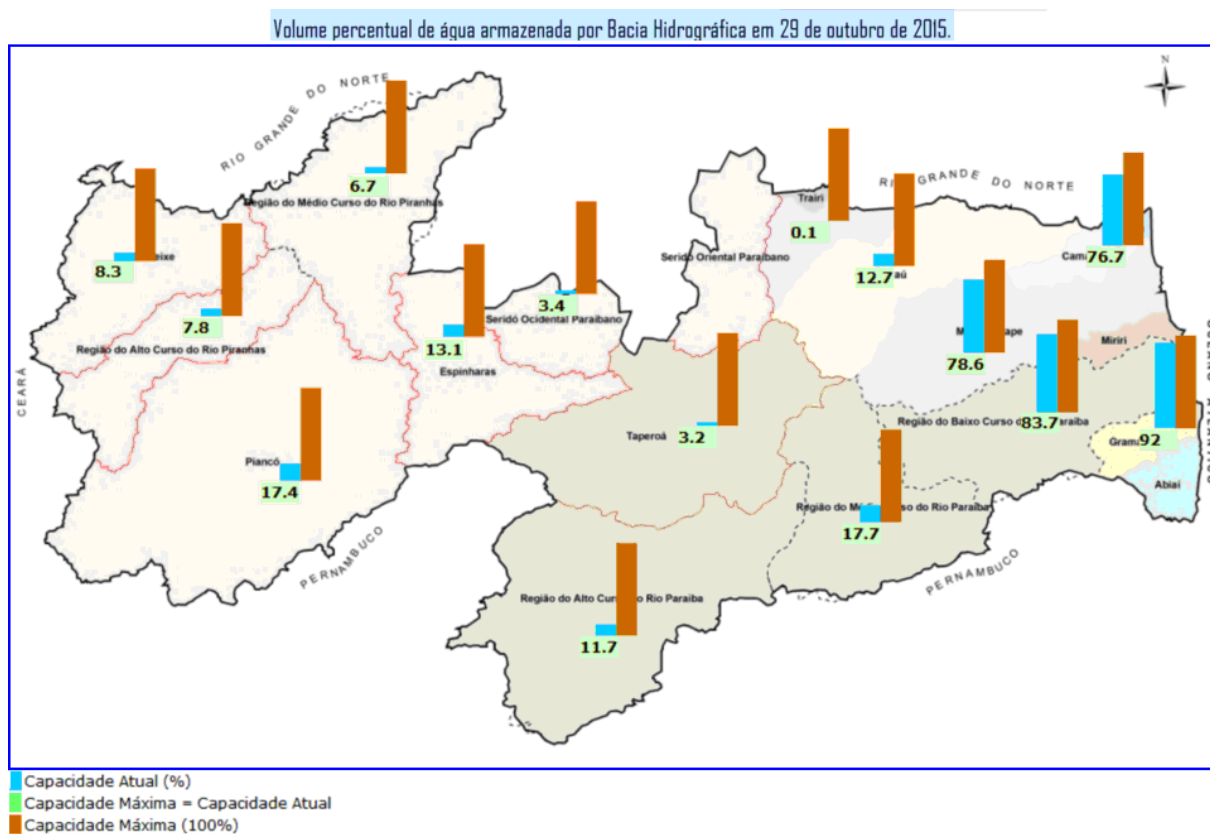




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Tendo em vista a necessidade de se fazer o comparativo, mesmo não constando do relatório inicial da Auditoria, a seguir demonstra-se o mesmo gráfico anterior, só que desta feita, com base nos dados coletados no final do mês de outubro passado. A simples observação gráfica das figuras já aponta o nível de gravidade a que está submetido o Estado quanto às questões de seu abastecimento de água.



É destacado pela Auditoria, ao longo do seu relatório, os problemas de ordem quali e quantitativa das águas que servem para o abastecimento da população do nosso Estado. Tocante aos aspectos da quantidade é demonstrado através de figura acima que, no balanço atualizado das bacias hidrográficas, excetuando-se àquelas encravadas na região do litoral, apresenta situação de regularidade, e as demais apresentam situações críticas ou até mesmo em situação de colapso total, a exemplo das sub-bacias do Trairi com 0,1% (colapso total) e Taperoá com 3,2%, volumes estes que comprometem sobremaneira a qualidade da água e requer das autoridades responsáveis pelo gerenciamento hídrico do nosso Estado um planejamento mais consentâneo com a realidade hídrica a que estamos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

submetidos, sem que isso seja novidade alguma, porquanto, é situação rotineira com frequência de repetição, já conhecida e devidamente estudada.

Para fins de comparação, apresenta-se a seguir tabelas comparativas entre as situações observadas após o monitoramento, em datas mais próximas deste relato:

JULHO/2015

SITUAÇÃO DOS RESERVATORIOS								
Capacidade				Estoque			PERDA	
Sangrando	4	121.564.357	3,,25%	4	126.501.157	17,02%	4.936.800	4,06%
> 40%	21	95.432.434	2,55%	21	62.481.696	8,41%	-32.950.738	-34,53%
20 a 40%	23	1.124.807.708	30,04%	23	256.341.829	34,49%	-868.465.879	-77,21%
< 20%	37	2.041.927.518	54,53%	37	290.749.470	39,11%	-1.751.178.048	-85,76%
< 5%	39	360.812.798	9,64%	39	7.262.557	0,98%	-353.550.241	-97,99%
TOTAL S	124	3.744.544.815	1	124	743.336.709	1	-3.001.208.106	-80,15%

Fonte: www.aesa.pb.gov.br/

OUTUBRO/2015

SITUAÇÃO DOS RESERVATORIOS								
Capacidade	Capacidade			Estoque			PERDA	
Sangrando	0		0,00%	0		0,00%		0,00%
> 40%	22	214.166.869	5,70%	22	171.346.603	27,10%	-42.820.266	-20,00%
20 a 40%	19	406.227.098	10,80%	19	99.382.071	15,70%	-306.845.027	-75,50%
< 20%	35	2.657.321.508	71,00%	35	353.288.021	55,90%	-2.304.033.487	-86,70%
< 5%	48	466.832.340	12,50%	48	7.893.083	1,25%	-458.939.257	-98,30%
TOTAL S	124	3.744.547.815	1	124	631.909.778	1	-3.112.638.037	-83,10%

Fonte: www.aesa.pb.gov.br/

Vale observar que a capacidade total de reservação dos 124 açudes atinge o montante de 3,74 bilhões de m³ e que destes só estão disponíveis pouco mais 631 milhões de m³, ou seja, 16,9% da capacidade total deste conjunto de açudes. Se descontarmos os volumes mortos, se pode aquilatar o nível de fragilidade a que se chegou em nosso Estado, no tocante aos estoques de água que lhe venha suprir as necessidade de desendentação da população.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Fazendo alguns comparativos a mais, constatamos que os dois principais reservatórios do Estado - Coremas e Boqueirão - estão com suas capacidades muito aquém do desejável, ou seja, o primeiro com 12% e o segundo com 14%, e que juntos representam 137 milhões de m³, o que representa, aproximadamente, 22% de toda água disponível nos reservatórios.

Vale destacar, por oportuno, que a barragem de Acauã conta com pouco mais de 38,4 milhões de m³ e que jamais poderia ter tido a conotação de ser o suporte de água para o compartimento da Borborema porquanto se não houver sangria em boqueirão este açude tem pouquíssimas possibilidades de chegar a sangramento, o que se ocorre em invernos muito especiais onde o nível pluviométrico se situa acima da média.

Os dados ainda indicam que o volume disponível representava 20.37% da capacidade de reservação, e que agora, ao final de outubro, já atingia o patamar do 16,9%, aproximadamente 632 milhões de m³.

No que se refere às sub-bacias as de Gramame, Região do Baixo Curso do Rio Paraíba, Mamanguape e Camaratuba se apresentavam, no geral, em situação mais cômoda, enquanto que às de Jacu (Açude Boqueirão do Cais, em Cuité), Taperoá (com sete dos doze açudes em situação crítica) e Seridó (com cinco dos sete açudes em situação crítica). Ou seja, aquelas bacias próximas à zona da mata, e, por conseguinte, ao litoral, apresentavam-se em situação de regularidade, mesmo levando-se em conta os baixos índices de pluviometria observados nos últimos meses, enquanto que a situação nas demais é de preocupação moderada até mesmo a situação de absoluta escassez de água em níveis nunca antes vistos na região.

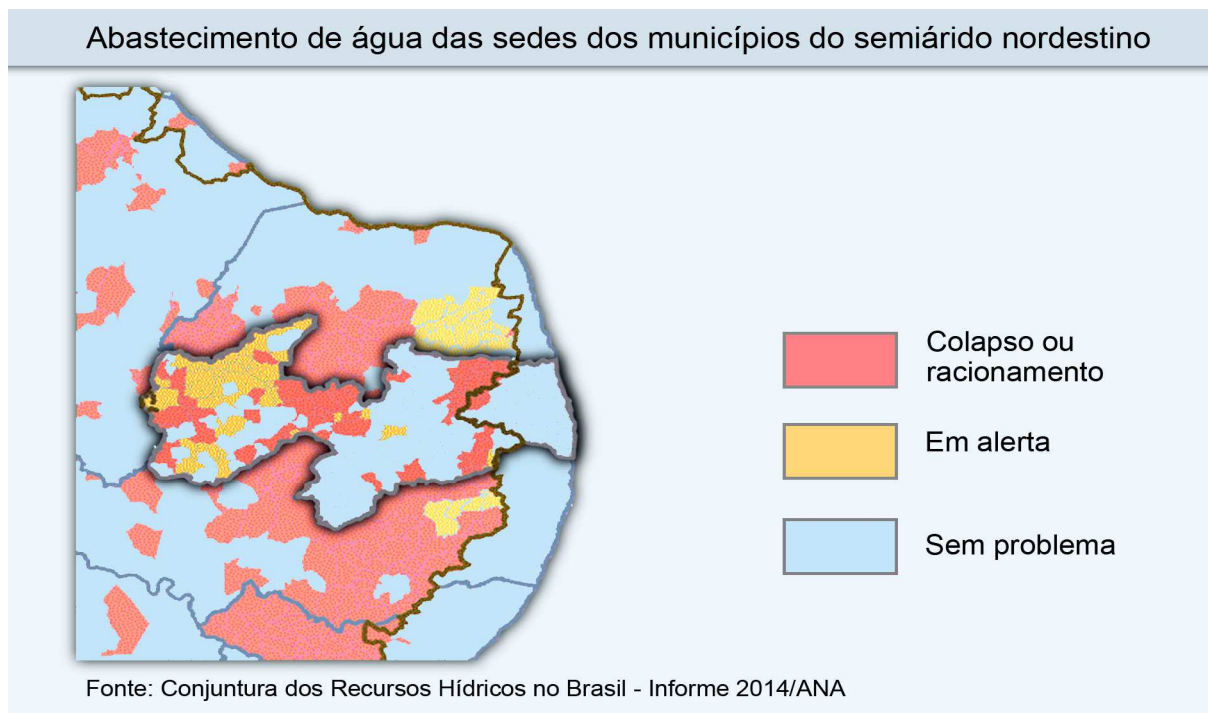
Informa a Auditoria que, segundo a Conjuntura dos Recursos Hídricos/ANA, foram realizadas batimetrias no açude de Boqueirão e no sistema Coremas/Mãe d'Água, a fim de verificar o nível de sedimentação da suas bacias e assim se ter uma melhor avaliação da sua real capacidade de reservação. Em Boqueirão, o resultado é que a perda da capacidade de armazenamento se situou em 23%, ou seja, repetiu-se o valor da última batimetria realizada em 2004. Já para os sistemas de Coremas, a batimetria apontou um volume 27%, inferior ao verificado em dezembro de 2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Quanto à situação do abastecimento de água das sedes dos municípios localizados no semiárido nordestino, onde estão inseridos 76% dos municípios paraibanos, a Conjuntura dos Recursos Hídricos/ANA oferece o seguinte mapeamento:

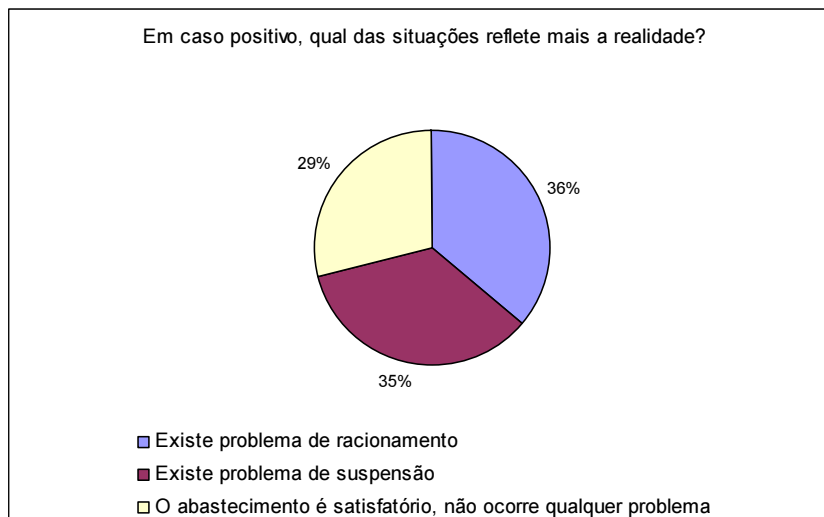


Os dados apresentados corroboram com a avaliação procedia pela equipe deste Tribunal que realizou o monitoramento, uma vez que o resultado da pesquisa enviada aos municípios paraibanos evidenciou que apenas 29% dos municípios que possuem rede de distribuição de água na sede, afirmaram ser o abastecimento satisfatório, como demonstra o gráfico a seguir, construído com dados à época do monitoramento, colhidos através de questionários.

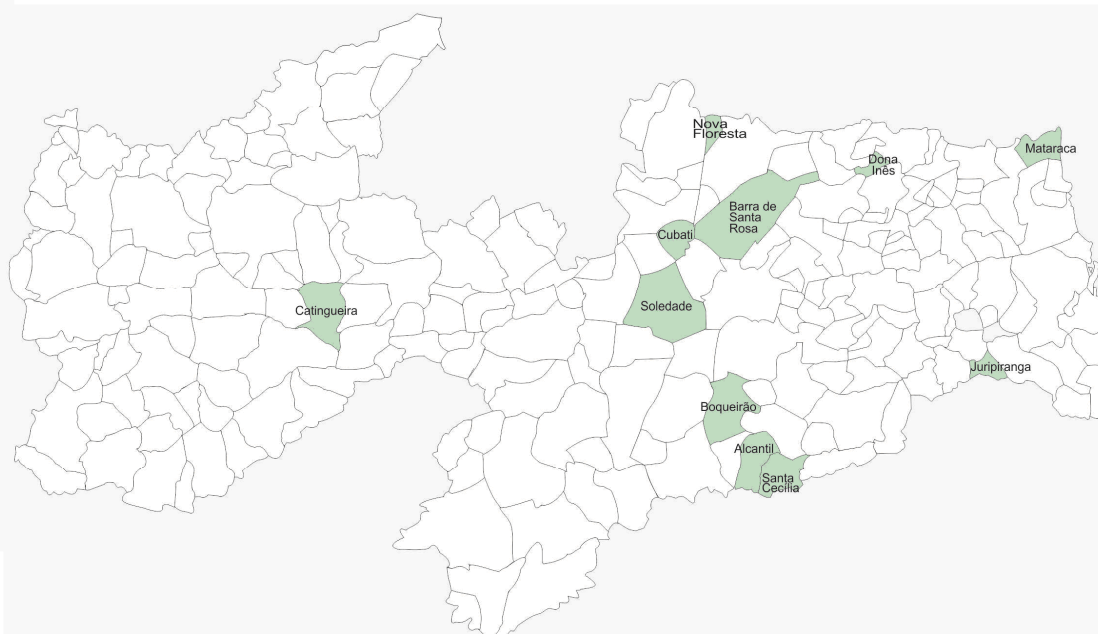


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10



Municípios paraibanos que possuem Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB (Lei nº 11.445/07)



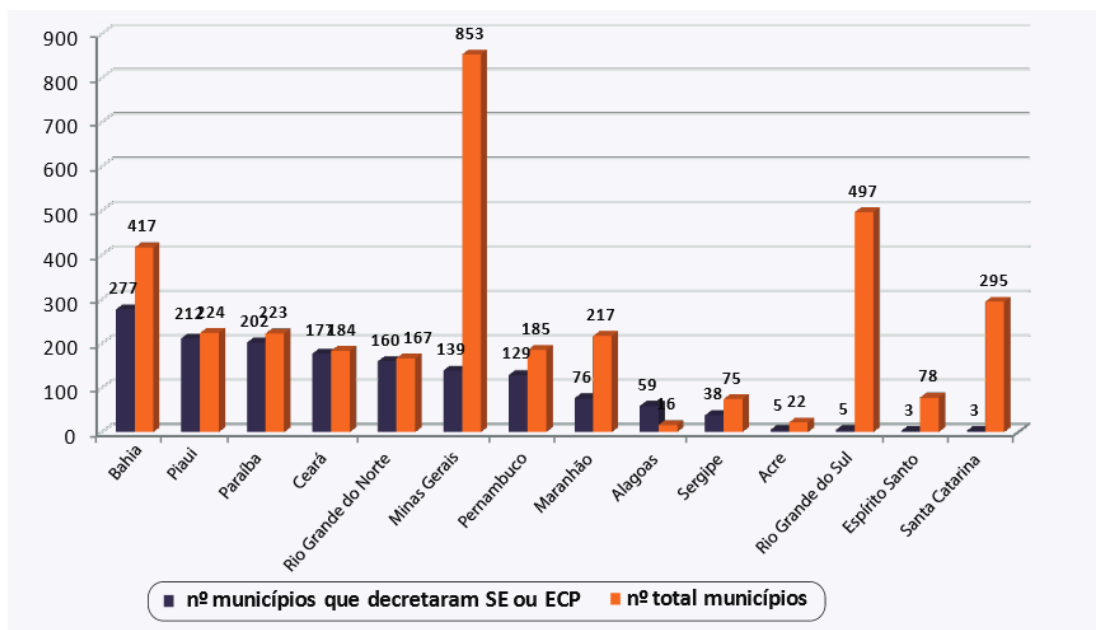
Ainda para ressaltar a gravidade da questão, é apresentado o gráfico a seguir, também extraído da Conjuntura - Informe 2014, onde se tem que, dos 223 municípios



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

paraibanos, 202 decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública em 2013, devido a eventos críticos de seca ou estiagem.



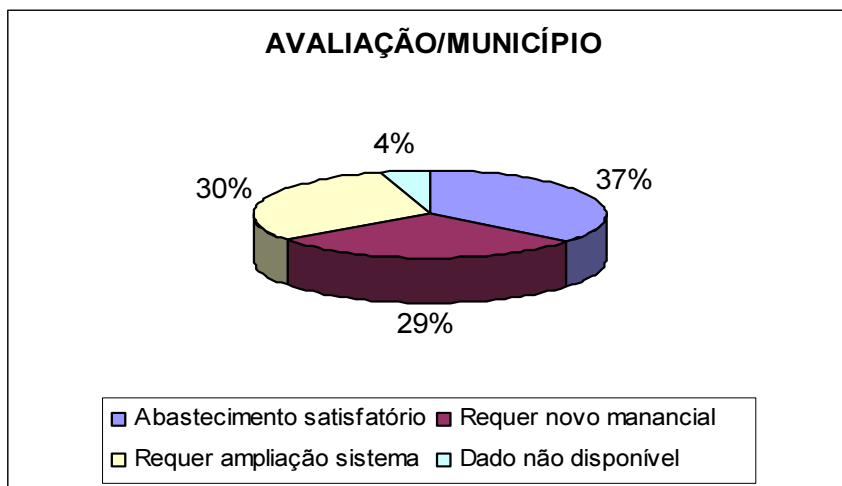
Fonte: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil- Informe 2014/ANA

Considerando, ainda, avaliações da Agência Nacional das Águas - ANA, traçando um horizonte de investimentos para o ano de 2015, constatamos que na Paraíba, apenas 81 municípios apresentam um nível satisfatório de abastecimento de água e ainda que 143 municípios paraibanos requerem algum tipo de investimento. Os recursos necessários para atender esta demanda chegam ao montante de 605 milhões de reais, aproximadamente 3% do montante de 22,2 bilhões estimados para todo o país.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10



Fonte: Elaborado a partir das informações do Atlas Brasil.

Em relação ao *Ranking do Saneamento 2015* do Instituto Trata Brasil², por sua vez, apresenta indicadores referentes a abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos dos 100 maiores municípios brasileiros, destacam-se os indicadores dos dois municípios paraibanos inseridos nesse ranking, concernentes a abastecimento de água (Campina Grande e a capital, João Pessoa, ocupando, respectivamente, as posições 35 e 64 no ranking geral³).

Neste informe também há de se destacar que o índice de perdas para as duas cidades é de 42,50% e 42,98%, que, comparado aos padrões de normalidade, de 15%, se mostram extremamente excessivos e estão a reclamar uma ação mais efetiva na melhoria da gestão de água, inconcebível que em pleno semiárido, como é o caso de Campina Grande, a cada 100 litros de água produzidos, se tenha uma perda de, aproximadamente, 43 litros. Aliás, esta tem sido uma constante recomendação deste Tribunal à CAGEPA.

² OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formada por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país.

³ A posição 01 indica o melhor desempenho e a 100 o pior, dentre os 100 maiores municípios brasileiros. O ranking geral abrange aspectos não somente referentes a abastecimento de água, mas também a coleta e tratamento de esgoto e investimentos. Os indicadores foram construídos a partir de dados retirados da versão mais recente do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, ou seja, do SNIS 2013;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

RANKING DO SANEAMENTO

Posição Geral / Ranking 2013	Município	Indicador de atendimento total de água (%)*	Novas ligações de água, no último ano	Ligações faltantes para a universalização	Indicador Perdas totais (%)**	Indicador Evolução nas perdas
35	Campina Grande	100	7.628	7.628	42,50	0,03
64	João Pessoa	95,29	10.578	21.724	42,98	-0,02

* A média de atendimento dos 100 maiores municípios é de 91,42%, superior à média brasileira total de 82,5% (SNIS 2013).

** O patamar ideal de perdas de um município é 15% ou menos (Parâmetro Qualidade).

Fonte: Adaptado a partir das informações do Ranking do Saneamento 2015.

Consta do relatório da avaliação uma síntese acerca do empreendimento do Governo Federal - **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)** - cujo investimento esperado atinge R\$ 8,2 bilhões, sob a responsabilidade do Ministério da Integração (MI)⁴, que apresentamos esquematicamente a seguir.



⁴ De acordo com informações do site www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto, o objetivo é assegurar a oferta de água para 12 milhões de habitantes, em 390 municípios do Agreste e Sertão dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Dos 223 municípios de nosso Estado, 127 serão beneficiados com o PISF. O cronograma do empreendimento foi reiteradamente prorrogado, estando o prazo atual estabelecido para o primeiro semestre de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Relativamente ao projeto PISF, ficou evidenciado no relatório de auditoria alguns aspectos que julgo relevantes tendo em vista os profundos impactos que causara na nossa política e gerenciamento dos recursos hídricos.

De acordo com informações do sítio www.integracao.gov.br/pt/web/guset/o-que-e-o-projeto, o objetivo é assegurar a oferta de água para 12 milhões de habitantes, em 390 municípios do Agreste e Sertão dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Dos 223 municípios de nosso Estado, 127 serão beneficiados com o PISF. O cronograma do empreendimento foi reiteradamente prorrogado, estando o prazo atual estabelecido para o primeiro semestre de 2016, o que evidentemente não acontecerá.

Os municípios localizados na denominada Área de Influência Direta (AID), ou seja, aqueles ribeirinhos aos rios que servirão de canais de transporte de água serão beneficiados por obras destinadas ao tratamento de esgoto sanitário tendo em vista a necessidade de se evitar a contaminação das águas, para tanto, havendo uma articulação entre os órgãos federais, estaduais e as próprias prefeituras.

Dos 30 (trinta) municípios da Paraíba, localizados na Área de Influência Direta, 28 possuem percentual de coleta e tratamento de esgoto inferior a 50%, de acordo com o Sistema Nacional de Saneamento (Snis-2012).

O Tribunal de Contas da União, através de uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), de natureza operacional levadas a efeito para monitorar o desenvolvimento da implantação das obras de esgotamento sanitário nestes municípios, respeitante à Paraíba, verificou-se a execução de convênios em 36 municípios, com valor total de R\$ 231.647.700,37, dos quais já liberados pela União R\$ 96.288.616,28 (o equivalente a 41%), tendo sido realizadas inspeções nos municípios de Cajazeiras, Pombal, Mogeiro, Bonito de Santa Fé, Monteiro e Vista Serrana.

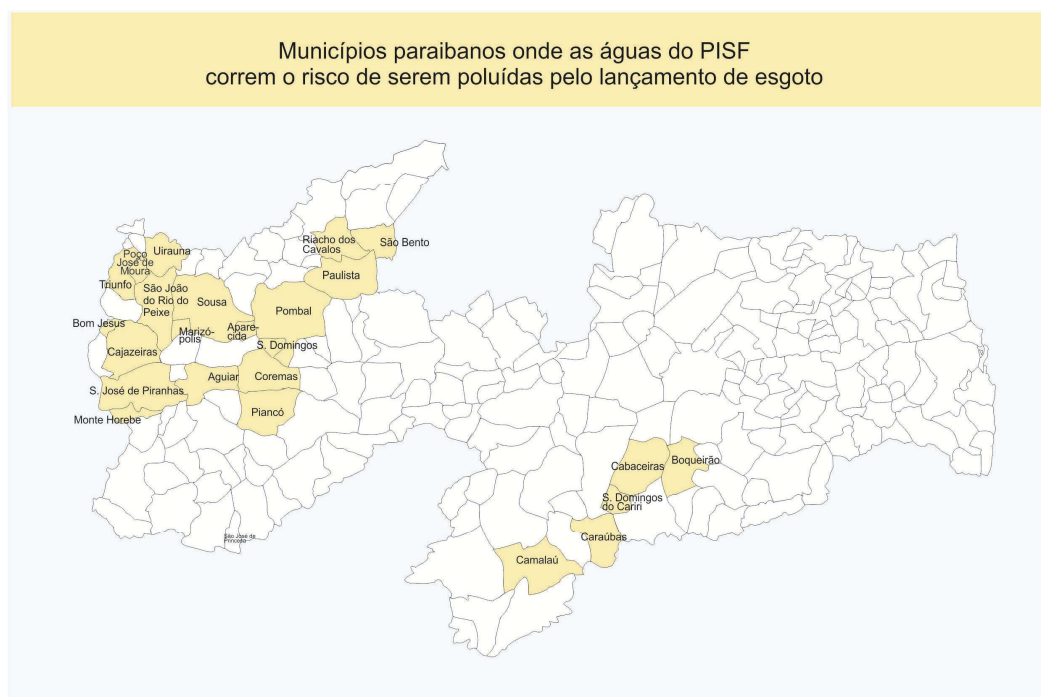
Em conclusão, constatou-se o risco das águas do PISF serem poluídas pelo lançamento de esgoto em 24 municípios da Paraíba: Aguiar, Aparecida, Bom Jesus, Boqueirão, Cabaceiras, Cajazeiras, Camalaú, Caraúbas, Coremas, Marizópolis, Monte Horebe, Paulista, Piancó, Poço de José de Moura, Pombal, Riacho dos Cavalos, São Bento,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

São Domingos, São Domingos do Cariri, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Sousa, Triunfo e Uiraúna, o que indica por si só a necessidade premente de que os órgãos estaduais responsáveis pela gestão de recursos hídricos atuem de forma ordenada, conjuntamente com as prefeituras, no sentido de evitar os impactos negativos já anunciados.



Ainda segundo as informações da SECEX-PB (TCU), a maioria das obras destes Convênios (56%) estão paralisadas, em ritmo lento de execução ou não iniciadas com atraso superior a 2 anos (Vide QUADRO V, fls. 688).

III - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS DETERMINAÇÕES (Acórdão APL-TC- 0987/2012).

Do resultado da **comparação entre as recomendações e as determinações** deste Tribunal com a situação encontrada por ocasião do **2º Monitoramento**, a Auditoria informou que:

3.1 - PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



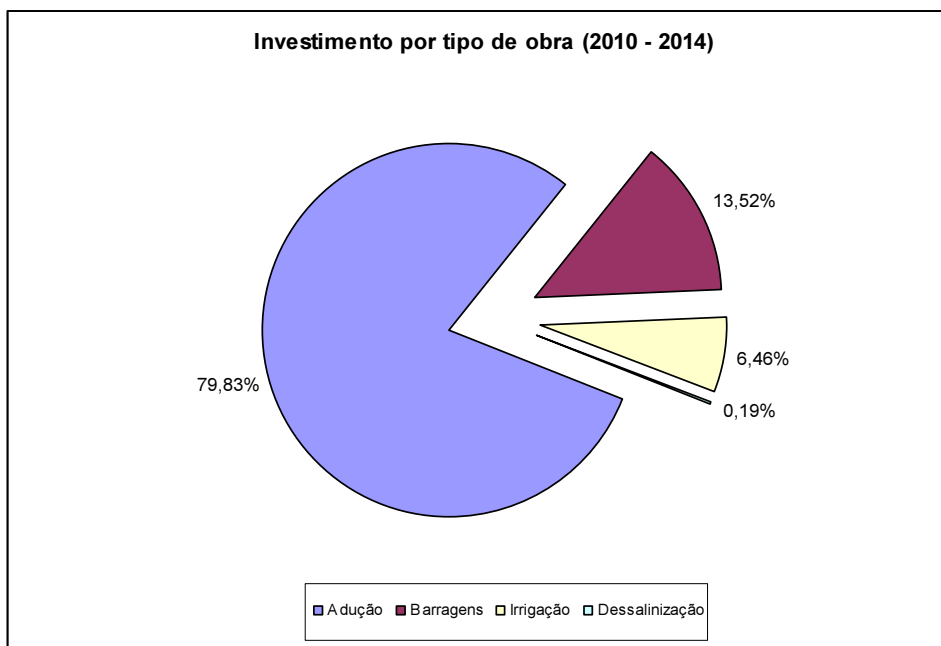
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

R.1 - Recomendação ao Governador do Estado para determinar ao órgão competente o planejamento e/ou execução das obras de abastecimento de água necessárias, inclusive as obras complementares do PISF.

RESUMO DA AVALIAÇÃO:

As obras concernentes a Recursos Hídricos foram assim distribuídas no período:



Fonte: Relatório da Auditoria, Elaborado a partir de informações da SEIRHMACT.

Dos dados apresentado pelo Governo do Estado, se extrai que 79,83% dos recursos aplicados em 2014, que atingiram aproximadamente o valor de 250 milhões de reais, referem-se a obras de adução⁵. Em que pese os investimentos feitos e a sua necessidade, quanto às obras executadas na região litorânea do Estado, é de bom alvitre alertar que pouco influirão na situação aflitiva que se encontram as demais regiões do Estado, devido à sua situação geográfica e, além do mais, só poderá entrar em pleno funcionamento com a transposições das águas do São Francisco para o açude de Boqueirão e deste para a barragem de Acuã.

⁵ Vide Doc. TC 3358/15



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

No meu sentir, corrobora a assertiva de que não há uma solução única para os crônicos problemas de abastecimento de água. São soluções compartilhadas aliadas a um melhor gerenciamento e gestão de recursos que nos levará a uma situação de segurança hídrica para nossa população. Motivo pelo qual fica mantida a recomendação.



Fonte: Relatório da Auditoria - Elaborado a partir de informações da SEIRHMACT

Foi destacada notícia de ter sido firmado, no âmbito do Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, “um termo de compromisso para obras emergenciais na Paraíba e um protocolo de intenções para o sistema de abastecimento em comunidades rurais”, em que estaria garantida a liberação de R\$ 53,7 milhões para ações de abastecimento de água. Mesmo sendo recursos federais transferidos ao Estado à fundo perdido, seria de bom alvitre que o plano de ação de aplicação destes recursos fossem informado ao Tribunal para acompanhamento e aferição de resultados.

Quanto às ações da CAGEPA, em relação às obras de abastecimento, informou-se que a atuação é coordenada com a SEIRHMACT, ressaltando a execução de obras em 08 Adutoras e sub-adutoras distribuídas em todo o Estado, além da implantação de Estações de Tratamento compactas beneficiando diversos municípios, conforme se especifica a seguir:

- Sistema Adutor Translitorânea de João Pessoa,
- Adutora de Santa Cruz,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- Execução das sub-adutoras de João Pessoa (que reforçarão o abastecimento de 21 bairros),
- 4ª Adutora de água tratada de Campina Grande,
- Adutora de Patos/Sabugi,
- 4ª Adutora de Cajazeiras,
- Adutora de engate rápido de Lagoa do Arroz (Cajazeiras) e do Pintado (Sousa) e a Adutora de Araçagi.

Estações de Tratamento compactas beneficiando os municípios de:

- Aguiar,
- Cachoeira dos Índios,
- Riacho dos Cavalos,
- Nazarezinho,
- Santana de Mangueira,
- São José da Lagoa Tapada,
- Piancó,
- Nova Palmeira,
- Coxixola,
- Água Branca,
- Desterro,
- Emas,
- Igaracy,
- Triunfo.

Especificamente, no que se refere aos municípios onde se apontou a ausência de rede de distribuição em 2010, a CAGEPA informou que:

- a adutora e rede de distribuição de Alcantil está em processo de licitação;
- já está funcionando a adutora de Assunção e está sendo concluída a planilha de preços da rede de distribuição e novo reservatório, a fim de solicitar dotação orçamentária para licitar;
- já foi executada a adutora de Baraúna, faltando licitar a ETA⁶ e dotação da rede de distribuição e reservatório;

⁶ Estação de Tratamento de Água.

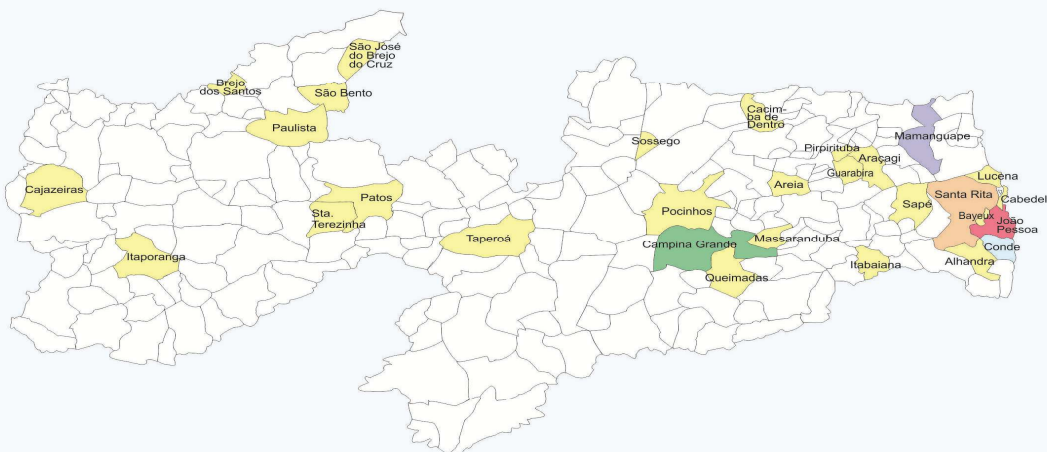
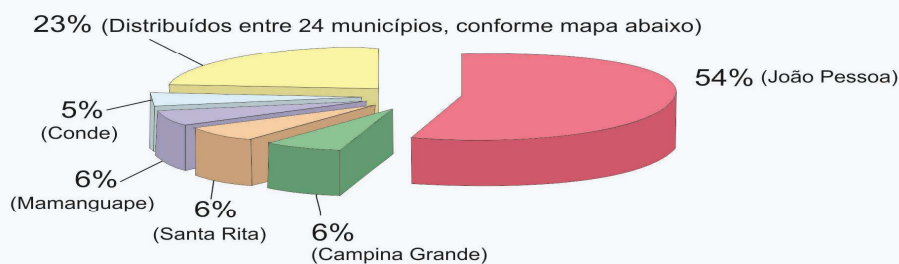


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- está avançada a negociação da concessão do abastecimento de Santo André, sendo prevista a implantação dos sistemas com recursos do OGU/FUNASA, com projeto já concluído;
- não haver qualquer planejamento ou ação quanto aos municípios de Santa Cecília e Tenório pois não são abastecidos por sistemas operados pela CAGEPA.

De acordo com o Relatório de Atividades da CAGEPA, houve desembolso com obras destinadas a 29 municípios do Estado, sendo que mais da metade dos gastos foram realizados em João Pessoa, respondendo, em seguida, Campina Grande, Mamanguape e Santa Rita, cada um por 6% das despesas, e o município do Conde por 5%.



Fonte: Relatório de Atividades da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA14

Em que pese o planejamento da SEIRHMACT, atualmente, as principais ações complementares ao PISF se concentram no Canal Acauã-Araçagi, o qual prevê a aplicação de recursos da ordem de R\$ 1.091.087.256,09 (um bilhão, noventa e um milhões, oitenta e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e nove centavos) na construção de 112,43Km (cento e doze quilômetros e quarenta e três metros) de canal, beneficiando os seguintes municípios: Itatuba, Mogeiro, Itabaina, São José dos Ramos, Sobrado, Riachão do Poço, Sapé, Mari, Cuité de Mamanguape, Araçagi, Curral de Cima e Itapororoca.

Além disso, o Governo do Estado tem trabalhado na obtenção de recursos para concretização do Projeto do Sistema Adutor da Borborema, o qual envolve a distribuição das águas do PISF a partir do açude de Poções, de onde seguem para o açude de Sumé, estendendo-se por municípios do Agreste, Cariri e Brejo paraibano. O projeto é dividido em quatro eixos:

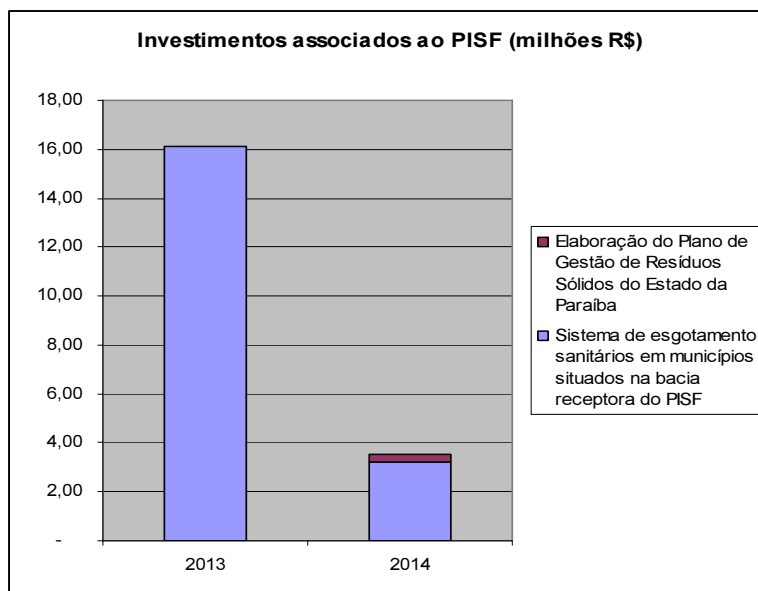
- Eixo Central – iniciar-se-á no açude Poções, em Monteiro, até o município de Remígio;
- Eixo Serra de Teixeira – parte de Taperoá, seguindo até o município de Imaculada;
- Eixo Seridó – a partir de Remígio, segue até o município de Frei Martinho;
- Eixo Brejo – inicia em Remígio, estendendo-se até Pirpirituba.

Além das obras de adução associadas ao projeto de transposição, verificam-se investimentos, por parte da SEIRHMACT, nas áreas de meio ambiente, relacionados principalmente à gestão de resíduos sólidos e obras de esgotamento sanitário, conforme gráfico, constante às fls. 693.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10



Fonte: Relatório da Auditoria

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL: Recomendação em implementação (A segurança hídrica no Estado ainda é um grande desafio).

R.2 - Recomendação ao Governador do Estado com vistas a adotar providências para regularização do quadro de servidores da AESA.

RESUMO DA AVALIAÇÃO:

Quadro funcional ainda não regularizado por meio de concurso necessário para os cargos técnicos (sequer foi aprovado o Projeto de Lei que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, já elaborado e encaminhado para análise da Secretaria da Administração do Estado, bem como para a SEIRHMACT e Casa Civil do Governador).

É ressaltado que, na prestação de contas da AESA (2013)⁷, está sendo analisada esta pendência relativa ao quadro de pessoal, cujos cargos de provimento efetivo continuam sendo ocupados por servidores em comissão ou por prestadores de serviço (o quantitativo atual é de 61 servidores).

⁷ Processo TC 04214/14;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL: Recomendação não implementada (Persiste a inobservância legal e a situação compromete o desempenho do órgão).

R.3 - Recomendação ao Governador do Estado com relação à definição de mecanismos e valores de cobrança pela água bruta e emissão de documento de arrecadação.

RESUMO DA AVALIAÇÃO:

Através do Decreto nº 33.613/2012, publicado no DOE de 16/12/2012, foi regulamentada a cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da Paraíba.

A AESA esclareceu que a outorga das águas de domínio do Estado encontra-se legalizada⁸, com mecanismos aprovados e implementados.

Consta a informação de que existe no órgão uma equipe técnica específica para a atividade de outorga. Tanto as demandas quanto as disponibilidades estão quantificadas e o Sistema de Informação estadual (SEIRH) está integrado com o sistema nacional (SINGRH).

Quanto à cobrança pelo uso da água bruta, prevista no art. 19 da Lei Estadual nº 6.308/96⁹, em que pese ter sido regulamentada através do Decreto Estadual nº 33.613/2012, com os mecanismos de cobrança aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o processo de implementação não está concluído, tendo em vista que os sistemas (compreendendo registros, programas e procedimentos) que serão utilizados para efetuar essa cobrança estão na fase final de desenvolvimento.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL: Recomendação em implementação (devido ao fato de processo de cobrança não está totalmente implementado, não se gerando ainda arrecadação pelo uso da água bruta, ou seja, a sustentabilidade financeira da infraestrutura hídrica do Estado).

⁸ Decretos nºs 19.260/97 e 26.224/05.

⁹ Que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

R.4 - Recomendações aos Prefeitos dos Municípios de Alcântil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório, para que prestassem informação quanto aos resultados/andamento das medidas adotadas necessárias à viabilização da implantação de rede geral de distribuição de água.

RESUMO DA AVALIAÇÃO:

Mesmo oficiados¹⁰, apenas três dos seis municípios aos quais foram dirigidas as recomendações, atenderam à solicitação, quais sejam:

- O Município de Assunção informou que, apesar da chegada da adutora Patos/Assunção, não foi iniciada qualquer obra de distribuição, uma vez que o município não dispõe de recursos para tal; no monitoramento anterior, foram anexadas cópias de documentos comprovando gestões feitas junto à AESA, FUNASA e CAGEPA;
- O Município de Baraúna alegou ser a implantação da rede de responsabilidade do Estado, informando ainda que a obra encontra-se parada, anexando cópia de Contrato firmado, em 03/11/2014, pela CAGEPA com a empresa A&E Equipamentos e Serviços Ltda., para aquisição de uma Estação de Tratamento de Água; no monitoramento anterior, havia informado que o projeto apresentado pelo município não foi aceito pela FUNASA e que a CAGEPA teria adquirido terreno onde se localizariam caixas de armazenamento e distribuição;
- O Município de Santa Cecília confirmou que o abastecimento de água continua sendo feito através de carro-pipa, comunicando, porém, encontrar-se em obra a Adutora Natuba-Umbuzeiro-Santa Cecília, que irá trazer água para o município. Acrescentou que a empresa responsável concluiu a construção da caixa d'água para reservação da água da adutora, em terreno doado pela Prefeitura, e que o Município já entrou em contato com a CAGEPA para elaboração do projeto da rede, ficando a cargo da Prefeitura o levantamento topográfico; no monitoramento anterior, informou

¹⁰ Ofícios TCE-DIAFI N°s 0214, 0233, 0234, 0235, 0236 e 0237/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

o envio de ofícios ao Governador, SERHMACT e CAGEPA e que o projeto de abastecimento de água da sede do município havia sido incluído no Programa Pró-Investe do Governo Federal.

É ressaltado que:

- em consulta ao SAGRES/TCE-PB, exercícios de 2012, 2013 e 2014 e 2015 (até agosto), verificou-se não ter sido registrada qualquer despesa pelos citados municípios com relação à rede de distribuição de água nas sedes¹¹;
- os seis municípios, aos quais as recomendações foram dirigidas, participaram da pesquisa realizada por meio eletrônico. Apenas Tenório afirmou dispor de rede de distribuição de água na sede, sendo o serviço operado pelo próprio município, havendo, porém, problema de racionamento, devido à incapacidade dos mananciais¹² e deficiência na rede de distribuição. O município de Assunção informou estar a CAGEPA elaborando projeto, após a inauguração da adutora de Patos, que só foi concluída em 2014. Santa Cecília confirmou estar o município incluso no Projeto da Adutora Natuba/Umbuzeiro/Santa Cecília e a conclusão do reservatório, estando as obras de canalização em andamento. Santo André, por sua vez, alegou estar aguardando a conclusão da adutora do Congo, cujos serviços iniciaram-se em 2013, mas se encontram paralisados;
- as informações prestadas pelos representantes destes municípios são condizentes com aquelas colhidas junto à SEIRHMACT e à CAGEPA, através de entrevistas com os gestores destes órgãos, bem como em análise aos seus Relatórios de Atividades;
- conforme planejamentos apresentados, conclui-se que ações resolutivas estão sendo adotadas em ritmo muito lento e não pelas Prefeituras Municipais, as quais alegam insuficiência de recursos para execução das obras, mas pela CAGEPA, que vem desenvolvendo projetos para redes de distribuição e reservatórios.

¹¹ Alcantil – constam apenas despesas com Constr. Cisternas semi-enterradas / zona rural; Assunção – Constr. cisternas em residências e Constr. Rede Esgotos - R. Marcondes B. da Nóbrega; Baraúna - Constr. Rede Esgotos – diversas ruas da cidade; Santa Cecília - Constr. Poços tubulares / zona rural; Santo André - Constr. Abast. D'água / Localidade Malhada Vermelha / zona rural; e Tenório - Constr. Poços artesianos e Constr. e recup. do Açude Posses.

¹² Açude Posse e poços artesianos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

Conclusivamente, em relação a essa recomendação, constatou-se que a situação registrada nos municípios de Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório pouco se modificou desde 2010, quando da realização da Auditoria Operacional. Alguns deles foram beneficiados com rede adutora, contudo, somente o município de Tenório alega possuir rede de distribuição, operada pela própria Prefeitura. As demais cidades ainda não contam com a referida rede.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL: Recomendação em implementação.

3.2 - QUALIDADE DA ÁGUA

D.1 Determinação ao titular da Secretaria de Estado da Saúde para que, no prazo de sessenta dias, aprimorasse sua atribuição de promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água, em articulação com o nível municipal e elaborasse levantamento das necessidades de capacitação sobre o conteúdo da Portaria MS Nº 518/04.

RESUMO DA AVALIAÇÃO:

O então Secretário de Estado da Saúde- SES, Sr. Waldson Dias de Souza, encaminhou, em 19/02/2013, informações e documentos acerca do acompanhamento da qualidade da água nos municípios paraibanos, fornecidas pela Gerência Operativa de Vigilância em Saúde Ambiental – GOVA, da referida Secretaria¹³. Segundo a gerência mencionada, as ações de vigilância da qualidade da água eram prioritárias na Programação Anual das Ações em Saúde/2013, citando encaminhamentos e procedimentos normalmente adotados:

- aquisição de substrato cromogênico¹⁴ em quantidade necessária para realizar análise biológica da água nos 223 municípios;
- definição de agenda para qualificação dos municípios nas ações de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano;

¹³ Doc. TC Nº 03552/13, fls. 457/507, vol. 01.

¹⁴ Substância utilizada para detecção de coliformes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- antecipação, em decorrência da decisão do TCE-PB, de qualificação de técnicos dos seis municípios onde inexistia rede de distribuição de água nas sedes, bem como oferta de maior apoio a esses municípios;
- apresentação do Relatório da Auditoria aos municípios, reiterando a necessidade de se organizarem para desenvolverem em seus territórios as ações de vigilância da água;
- adequação do fluxo de envio de amostras para análises em virtude de serviço de reforma do Laboratório situado em Campina Grande.

Segundo relato da SES, o controle e a vigilância quanto a qualidade da água é objeto do Programa Vigiaqua¹⁵, devendo abranger todo o sistema de produção de água potável, desde a captação até o ponto de consumo. Deve a vigilância atuar, portanto, preventiva e rotineiramente¹⁶, assim como em caráter investigativo, em situações de emergência e surtos relacionados a doenças de transmissão hídrica¹⁷.

Contudo, a SES alegou que, devido à crise hídrica, em junho deste ano, 187 municípios estavam sendo abastecidos através de carros pipas, sem que, muitas vezes, se tenha conhecimento da origem da água. Registram-se, no Sistema SISAGUA-PB, os seguintes problemas do Programa Vigiaqua, quanto ao fornecimento de informações por parte dos municípios:

- alguns não fornecem qualquer informação, os denominados “silenciosos”; em 2015, onze encontram-se nesta condição¹⁸;
- descontinuidade na alimentação de dados;

¹⁵ Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, estruturado a partir dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

¹⁶ Avaliação sistemática e permanente de riscos à saúde humana de cada sistema ou solução alternativa de abastecimento, mediante informações sobre ocupação da bacia contribuinte características da água bruta, estrutura física dos sistemas, práticas operacionais e de controle da qualidade da água e histórico da qualidade da água ofertada à população, com vistas a possibilitar a identificação de possíveis anomalias ou fragilidades e a execução de medidas de controle ou ações corretivas que se fizerem necessárias, bem como a associação entre agravos à saúde e situações de vulnerabilidade do sistema.

¹⁷ Em conjunto com as vigilâncias epidemiológica e sanitária, visando à identificação do agente patogênico ou substância química determinante e respectiva fonte de exposição.

¹⁸ Alcantil, Assunção, Curral de Cima, Curral Velho, Itapororoca, Junco do Seridó, Santo André, São Domingos, São José de Princesa, São José do Brejo do Cruz e São Miguel de Taipú (Anexo-1 do Relatório detalhado de implementação do Vigiaqua, consulta em 13/05/2015).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- incoerência dos dados com a realidade;
- escolha dos locais de coleta de água para análise de vigilância, muitas vezes, repetida ou concentração de amostras coletadas em uma única forma de abastecimento (descaracterizando a vigilância).

De acordo com a SES, esses problemas podem ser atribuídos a várias razões como: falta de concurso público para contratação de servidores nos municípios, troca frequente do profissional que executa esta atividade, ausência de corpo técnico capacitado para executar as ações de vigilância da qualidade da água, excesso de atividades atribuídas ao mesmo servidor e descompromisso dos gestores municipais com a qualidade da água destinada ao abastecimento de sua população.

Quanto à determinação de capacitação no que tange ao conteúdo da legislação pertinente, a SES afirmou que promoveu eventos com suas Gerências Regionais de Saúde, com o propósito de repassar informações aos municípios, contemplando suas especificidades locais e explicitando determinados aspectos relacionados à normatização de potabilidade de água.

Também foram destacadas algumas ações realizadas pela CAGEPA. Quanto ao monitoramento de vigilância, declarou-se que são realizadas análises físico-químicas e bacteriológicas nos laboratórios da Companhia e as análises mais complexas (cianobactérias e agrotóxicos) são terceirizadas. Os resultados são encaminhados mensalmente ao MS/SES/Programa Siságua, por meio do Sistema de Informações de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano/DATASUS, e divulgados no *site* da CAGEPA e nas contas d'água¹⁹.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL: Determinação parcialmente cumprida.

3.3 - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

¹⁹ Ver Documentos 05/07, integrantes do Doc. TC Nº 34362/15.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

D.2 Determinação ao Prefeito do Município de Sousa para que, no prazo de sessenta dias, procedesse à implantação de plano de cobrança das dívidas, utilizando, caso necessário, medidas coercitivas como a interrupção do serviço, conforme assegurado na Lei nº 11.445/07²⁰, art. 40, inciso V.

RESUMO DA AVALIAÇÃO:

Até o presente momento merecem registro as seguintes providências:

- foram negativados no SPC os cadastros de apenas 82 consumidores;
- foram ajuizadas cerca de 130 ações de cobrança;
- o Departamento de Águas de Sousa - DAESA - submeteu à Câmara Municipal um programa de refinanciamento das dívidas aprovado pela referida Lei Municipal Nº 1492, de 9 de abril de 2014;
- principais **obstáculos** para solução do problema de inadimplência/argumentação de consumidores:
 - proibição legal de corte do fornecimento de água;
 - deficiência (variações de vazão), por parte da CAGEPA, no fornecimento de água bruta;
 - racionamento imposto pela ANA;
 - sucateamento e má gestão histórica do órgão;
 - conhecimento público de que o próprio DAESA é inadimplente perante a CAGEPA;
- Para solucionar o problema, foram executadas as **ações no sentido de melhorar o controle e a gestão da empresa**;
- Foi assinado Termo de Ajuste de Conduta – TAC junto ao Ministério Público Estadual – MPPB, assim, o DAESA conseguiu o direito de registrar os volumes captados no açude que abastece a cidade, permitindo o monitoramento constante das vazões enviadas pela CAGEPA, na Estação de Tratamento de Água - ETA, sendo detectado desgaste das válvulas de bombeamento, que foram substituídas pela CAGEPA em novembro de 2014. De acordo com o DAESA, o município de Sousa ainda não recebe o quantitativo a que teria direito do manancial (80% da

²⁰ A Lei nº 11.445/07 estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

capacidade total), tendo sido impetrada uma ação junto ao Judiciário contra a CAGEPA;

- Quanto à dívida do DAESA com a CAGEPA, afirma o gestor do órgão municipal que negociará com a Companhia Estadual o pagamento, havendo possibilidade de manter regularidade na medida em que a própria arrecadação também se regularizar.

De acordo com informações do SAGRES/TCE-PB, a receita arrecadada pelo Município de Sousa, em 2013, com referência a Serviços de fornecimento de Água (Código 16002600), totalizou R\$ 2.585.404,33 e, no exercício de 2014, o montante foi de R\$ 2.461.406,50. As arrecadações dos dois exercícios não chegam, portanto, a representar 25% do débito total levantado pelo DAESA. Por oportuno, informo que o valor dos débitos, até fevereiro/2015, chegou a R\$ 22.303.616,23²¹.

Ressalta-se que 14% dos consumidores pagam suas contas (vide tabela abaixo), o não pagamento pelo serviço e o desperdício de água tornou-se cultura na cidade. Nesse sentido, informou-se que está sendo planejado um conjunto de ações objetivando a mudança de cultura, bem como a gestão do DAESA apresentou 04 (quatro) projetos de lei, datados de 14/04/2015, informando o encaminhamento dos mesmos à Câmara Municipal de Sousa (fls. 548/553).



RELATÓRIO DE ADIMPLÊNCIA Fevereiro de 2015		
SITUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
TOTAL DE CLIENTES	19.847	100%
TOTAL DE CLIENTES ADIMPLENTES	2.695	14%
TOTAL DE CLIENTES INADIMPLENTES	17.152	86%

Fonte: Relatório da Auditoria (fls. 700)

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL: Determinação parcialmente cumprida.

²¹ De acordo com levantamentos do DAESA, 43% do valor total devido pelos consumidores (R\$ 9.579.725,42), referem-se a dívidas de apenas 2% do total dos clientes (267 clientes).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

D.3 Determinação à Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba – CAGEPA, para que apresentasse sistema contábil que registre, individualmente e com precisão, os custos de cada um dos sistemas de abastecimento do Estado da Paraíba, em conformidade com determinação do art.18 da Lei Federal 11.445/2007 e do art. 21, §1º da Lei Estadual 9.260/2010.

RESUMO DA AVALIAÇÃO:

- A Diretoria da CAGEPA²² declarou não ter ainda procedido a todos os ajustes necessários para a separação de custos por sistemas, argumentando que as obras hídricas executadas recentemente (construção de barragens e adutoras e integração dos sistemas existentes e/ou a construir) têm demandado o reordenamento das unidades de produção e distribuição de água, alterando não somente a complexa composição dos custos de produção como também exigindo a ampliação do próprio arranjo da forma de apropriação de custos, que deverá ser flexível e permitir ajustes automáticos, considerando o percentual de entrada de cada manancial, tempo de permanência no fornecimento, dentre outras variáveis;
- A CAGEPA tem buscado atualizar seus sistemas, a exemplo do Sistema Comercial GESAN, bem como seu parque de macro e micro medidores, possibilitando a obtenção de dados confiáveis quanto à produção, custos operacionais e receitas faturadas, objetivando alcançar o custo e a receita operacional de cada sistema. A Companhia informou ainda já dispor separadamente de custos de energia por sistema de atuação, produtos químicos e outros por unidade de tratamento e receitas por município.

Ante a situação encontrada, e tendo em vista que ainda não é possível um conhecimento individualizado da real situação econômica dos sistemas de abastecimento existentes, a equipe da AOP concluiu que o equilíbrio econômico financeiro do sistema estadual como um todo se apresenta comprometido.

Objetivando complementar a análise da Auditoria, este Relator solicitou à CAGEPA dados atualizados acerca dos índices de perdas dos sistemas operados pela CAGEPA,

²² Diretor Presidente e Diretores Administrativo e Financeiro, Comercial, de Expansão e de Operação e Manutenção - Doc. TC Nº 34363/15.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

tendo sido informado que estas atingem o índice de 38,75%, incluindo-se as perdas físicas de faturamento de operações nos sistemas (fls. 713/714). Em relação às perdas financeiras, foram apresentados os dados a seguir:

Posição de Contas em atraso em Agosto/2015		
Tipo	Valores vencidos até 03/09/2015	Mais de 180 dias
Residencial	R\$ 137.417.098,37	R\$ 84.681.790,13
Comercial	R\$ 47.296.215,78	R\$ 38.089.633,02
Industrial	R\$ 4.068.950,31	R\$ 2.692.497,56
Público	R\$ 147.431.880,29	R\$ 122.820.498,48
Total	R\$ 336.214.144,75	R\$ 248.284.419,19

Fonte: Dados da CAGEPA (fls. 713/714)

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL: Determinação parcialmente cumprida.

VI - DEMAIS CONSTATAÇÕES E CONCLUSÃO

Além das deliberações contidas no Acórdão APLT-TC-0987/2012 (referente ao 1º Monitoramento), outros achados da auditoria inicial foram avaliados, quais sejam:

- inexistência de Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB na grande maioria dos municípios paraibanos;
- precariedade da relação contratual entre a CAGEPA e os Municípios onde o serviço é por ela prestado; e
- ausência de cobrança de tarifa pelo fornecimento de água por parte da grande maioria dos municípios que dispõem de sistema autônomo de abastecimento.

Resumidamente, a equipe da AOP chegou às seguintes conclusões:

Em relação ao Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB: Avaliou-se que, passados cinco anos, a situação não evoluiu, como atesta o questionário aplicado aos 223 municípios. Dos respondentes, apenas 11% possuem PMSB, como determinado pela Lei nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

11.445/2007²³, cujo prazo final para elaboração foi prorrogado pelo Decreto nº 8.211/2014 para o dia 31 de dezembro de 2015. Ressaltando que o não cumprimento desse novo prazo, por parte dos municípios, acarretará o bloqueio de repasses federais para a realização de projetos na área de saneamento.

Quanto à regularização dos contratos de concessão dos municípios para a CAGEPA: Constatou-se que, atualmente, a Companhia, segundo sua diretoria, presta serviço de abastecimento de água em 194 municípios, ou seja, em 87% do total. No entanto, só existe contrato de concessão atualizado em treze municípios. Em outros 45, o contrato está desatualizado e em 136 simplesmente não existe qualquer instrumento de concessão. Foram citadas ações, de iniciativa da CAGEPA, para colaborar, tecnicamente, com os municípios nessa exigência, dentre elas a elaboração de diagnósticos e o fornecimento de modelo/minuta para elaboração das leis municipais exigidas.

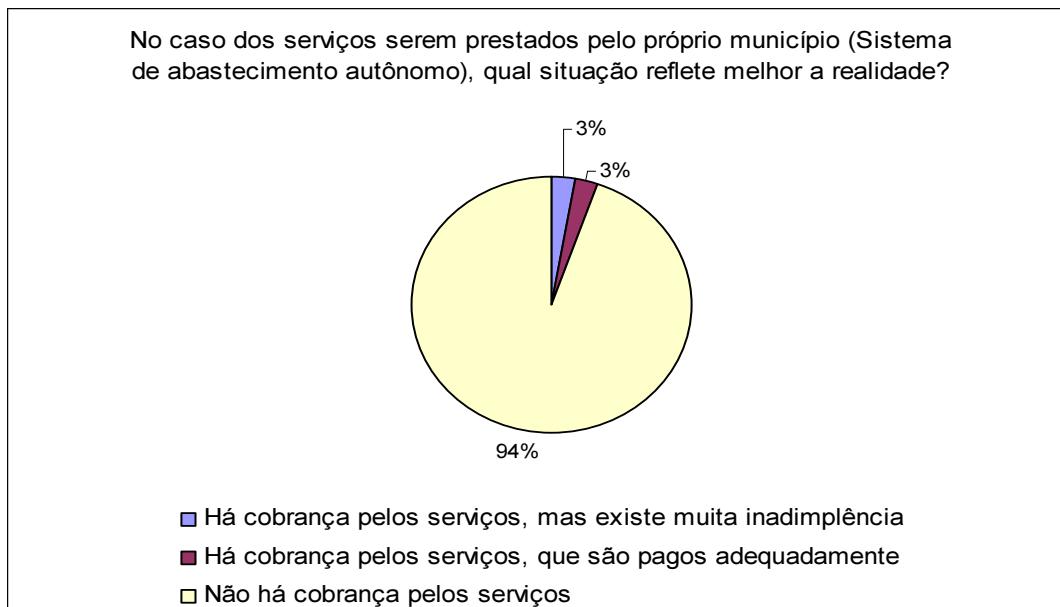
No que se refere à cobrança pelo fornecimento de água por parte dos municípios que dispõem de sistema autônomo: a falta de cobrança, detectada em 2010, ainda persiste, como demonstrou a pesquisa eletrônica junto aos municípios. Dos municípios que prestam este serviço de forma autônoma, nada menos que 94% responderam não haver cobrança. Nos casos de ocorrer cobrança pelo fornecimento de água, 67% dos Sistemas fazem a cobrança proporcionalmente ao volume consumido e 33% através de uma taxa única. Ainda assim, dos 6% que afirmaram ser o serviço remunerado, metade afirmou existir muita inadimplência, como mostra o gráfico a seguir:

²³ Alcantil, Boqueirão, Catingueira, Cubati, Dona Inês, Juripiranga, Mataraca, Nova Floresta, Santa Cecília e Soledade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10



Fonte: Relatório da Auditoria (fls. 705)

Ante as constatações, a equipe de Auditoria sugeriu as seguintes propostas de encaminhamento:

- a) sejam declaradas como **parcialmente cumpridas as determinações** emanadas deste Tribunal, por meio do **Acórdão APL-TC-0987/2012**, de acordo com a Tabela II do item 5.2;
- b) sejam declaradas **em implementação**, as recomendações "R.1, R.3 e R.4 e **não implementada** a recomendação R.2, todas emanadas deste Tribunal, por meio do **Acórdão APL-TC-0987/2012**, de acordo com a Tabela III do item 5.2 do Relatório;
- c) seja determinada a anexação de cópia deste Relatório, do relatório e voto do Relator, bem como da decisão, todos referentes ao 2º Monitoramento, aos autos das Prestações de Contas Anuais mais recentes em tramitação neste Tribunal, de responsabilidade do(s):
 - Governador do Estado;
 - Secretário de Estado da Saúde (SES);
 - Secretário de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT);
 - Diretor Presidente da AESA;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- Diretor Presidente da CAGEPA;
 - Prefeitos Municipais de: Sousa, Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório;
- d) seja emitido Alerta aos 223 municípios paraibanos, com relação a:
- observância do prazo final de 31/12/2015, estipulado no Decreto nº 8.211/2014, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;
 - observância do disposto na Lei Estadual nº 9.620/2010, quanto à concessão do serviço de abastecimento de água, por parte dos municípios;
 - vigilância da qualidade da água fornecida pelo operador do sistema (autônomo ou concessão) e alimentação correta das informações no Sistema SISAGUA-PB, como disposto na Portaria MS nº 2.914/2011;
 - no caso de prestarem o serviço de fornecimento de água, por meio de sistema autônomo, que: (i) efetuem a cobrança de forma a garantir a sustentabilidade econômico-financeira e hídrica do sistema; (ii) ofereçam tratamento e controlem a qualidade da água para consumo humano, como disposto na Portaria MS nº 2.914/2011;
- e) seja remetida cópia deste Relatório de 2º Monitoramento, do relatório e voto do Relator e da decisão que vier a ser prolatada:
- ao Exmo. Sr. Governador do Estado;
 - ao Presidente da Assembléia Legislativa;
 - ao Secretário de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT);
 - ao Secretário de Estado da Saúde (SES);
 - ao Secretário de Estado do Planejamento e Gestão (SEPLAG);
 - ao Secretário Chefe da Controladoria Geral do Estado (CGE);
 - aos Diretores Presidente da AESA e da CAGEPA;
 - aos Prefeitos Municipais de Sousa, Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR

Como bem salientou a Auditoria, um Sistema de Abastecimento de Água envolve componentes ou etapas que vão desde a captação de água de um manancial (reservatório artificial/açude, rio, lago, etc), seguida pela adução e tratamento, até a reservação (normalmente caixas d'água elevadas) para distribuição por meio de rede.

Depreende-se do relato que as ações recomendadas e determinadas por este Tribunal ainda estão em fase de implantação, necessitando de maior empenho dos gestores dos órgãos envolvidos em ultimar medidas com o fito de cumprir as deliberações desta Corte de Contas.

Isto posto, acolho todas as propostas de encaminhamento ofertadas pela equipe da AOP, e voto pelo (a):

1. DECLARAÇÃO de que estão parcialmente cumpridas as determinações constantes no Acórdão APL TC 0987/2012;
2. DECLARAÇÃO de que estão em implementação as recomendações R.1, R.3 e R.4 da supracitada decisão, de acordo com a Tabela III do item 5.2 do Relatório;
3. DECLARAÇÃO de que não está implementada a recomendação R.2, da supracitada decisão, de acordo com a Tabela III do item 5.2 do Relatório;
4. EMISSÃO DE ALERTAS:
 - 4.1 aos 223 municípios paraibanos, com relação à: a) premente necessidade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico para atendimento dos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 8.211/2014; b) regularização da concessão do serviço de abastecimento de água;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- 4.2 aos municípios que possuem serviço autônomo para que: a) implante o sistema de tratamento da água fornecida; b) implante a cobrança pelo serviço prestado;
5. DETERMINAÇÃO à DIAFI, que, quando da análise das contas dos Municípios do exercício 2015, caso permaneça inalterada a legislação em vigor, seja reportado, município a município, a situação de implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como se demonstre as medidas adotadas para a regularização da concessão dos serviços de abastecimento de água do município e àqueles que detêm sistemas autônomos, sejam comprovadas as determinações quanto à implantação do tratamento e a cobrança pelo serviço prestado;
6. DETERMINAÇÃO à DIAFI, que, quando da análise das contas do exercício de 2015 dos municípios de Alcântil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório, seja reportada a situação de abastecimento de água na sede do município;
7. DETERMINAÇÃO de que, quando do cumprimento da decisão plenária quanto à realização de auditoria no Departamento de Águas de Sousa - DAESA, sejam transplantadas as informações colhidas nesta Auditoria Operacional para subsidiar àquela análise (Processo TC nº 15131/15);
8. DETERMINAÇÃO à DIAFI, que faça o acompanhamento das obras abaixo relacionadas, em processos já em instrução ou a serem formalizados, conforme for o caso:
- Sistema Adutor Translitorânea de João Pessoa;
 - Adutora de Santa Cruz;
 - Execução das sub-adutoras de João Pessoa (que reforçarão o abastecimento de 21 bairros);
 - 4ª Adutora de água tratada de Campina Grande;
 - Adutora de Patos/Sabugí;
 - 4ª Adutora de Cajazeiras;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- Adutora de engate rápido de Lagoa do Arroz (Cajazeiras) e do Pintado (Sousa) e a Adutora de Araçagi;

- Estações de Tratamento compactas, beneficiando os municípios de:

- Aguiar;
- Cachoeira dos Índios;
- Riacho dos Cavalos;
- Nazarezinho;
- Santana de Mangueira;
- São José da Lagoa Tapada;
- Piancó;
- Nova Palmeira;
- Coxixola;
- Água Branca;
- Desterro;
- Emas;
- Igaracy;
- Triunfo;

9. FORMALIZAÇÃO de processos apartados, um para cada gestão, de modo que se verifique o cumprimento das determinações emanadas desta Auditoria Operacional, assinando-lhes prazo, na seguinte forma:

- À Titular da Secretaria de Estado da Saúde, Sra. Roberta Batista Abath, para que comprove, no prazo de 180 dias, em articulação com os municípios, as providências adotadas para a implementação, de forma efetiva, eficiente e eficaz, dos mecanismos de controle da qualidade da água fornecida à população;
- Ao Presidente da CAGEPA, Sr. Marcus Vinícius Fernandes Neves, para que, no prazo de 180 dias, conclua os trabalhos e estudos iniciados e não concluídos e, ainda, que registre, individualmente e com precisão, os custos de cada um dos sistemas de abastecimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

de água do Estado da Paraíba, em conformidade com determinação do art.18 da Lei Federal nº 11.445/2007 e do art. 21, §1º da Lei Estadual nº 9.260/2010;

- c. Ao Prefeito do Município de Sousa, Sr. André Avelino de Paiva Gadelha Neto, para que, no prazo de 180 dias, proceda a implantação de plano de cobrança do fornecimento e das dívidas, conforme assegurado na Lei nº 11.445/07, art. 40, inciso V e a legislação local, já aprovada pela Câmara de Vereadores do Município, procedimentos estes que serão verificados e comprovados nos autos do Processo TC nº 15131/15;

10. RENOVAÇÃO das recomendações ao Sr. Governador do Estado, para:

- a. Determinar aos órgãos competentes o planejamento e a execução das obras de abastecimento de água necessárias, inclusive, com especial atenção às obras complementares do PISF e aquelas necessárias às áreas mais carentes de sistemas de abastecimentos de água;
- b. Adotar, no prazo máximo de um ano, providências para a regularização do quadro de servidores da AESA;
- c. Concluir, de uma vez por todas, a implementação dos mecanismos de cobrança pelo fornecimento de água bruta;

11. TRASLADO dessa decisão, bem como de cópia do Relatório do 2º Monitoramento da equipe técnica e do relatório e voto do Relator, aos processos de **Prestação de Contas Anuais** de 2015, de responsabilidade do Governador do Estado, do Secretário de Estado da Saúde (SES), do Secretário de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), Diretores Presidentes da AESA e CAGEPA e Prefeitos Municipais dos seguintes municípios: Sousa, Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório;

43



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

no âmbito dos quais deverão ser examinadas as questões levantadas na presente Auditoria Operacional e posterior arquivamento do presente processo;

12. REMESSA de cópia da decisão às autoridades, sugeridas pela Auditoria, bem como ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, aos Presidentes da Associação dos Tribunais de Contas – ATRICON e do Instituto Rui Barbosa – IRB, e aos gestores dos Comitês das três bacias hidrográficas estaduais²⁴ (Rio Paraíba, Litoral Norte e Litoral Sul).

É o voto.

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

O *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, usando da competência que lhe é conferida pela RESOLUÇÃO NORMATIVA RN TC 02/2012 e da Lei Complementar n.º 18/93, na sessão plenária realizada nesta data, à unanimidade, acolhendo o voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, ACORDAM:

1. DECLARAR que estão parcialmente cumpridas as determinações constantes no Acórdão APL TC 0987/2012;
2. DECLARAR que estão em implementação as recomendações R.1, R.3 e R.4, da supracitada decisão, de acordo com a Tabela III do item 5.2 do Relatório da Auditoria;
3. DECLARAR que não está implementada a recomendação R.2, da supracitada decisão, de acordo com a Tabela III do item 5.2 do Relatório da Auditoria;
4. EMITIR ALERTAS:

²⁴ Consta no relatório da Auditoria a informação da AESA de que os Comitês das bacias hidrográficas estaduais foram instituídos pelos Decretos nº 27.560, nº 27.561, nº 27.562;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

4.3 aos 223 municípios paraibanos, com relação à: a) premente necessidade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico para atendimento dos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 8.211/2014; b) regularização da concessão do serviço de abastecimento de água;

4.4 aos municípios que possuem serviço autônomo para que: a) implante o sistema de tratamento da água fornecida; b) implante a cobrança pelo serviço prestado;

5. DETERMINAR à DIAFI que, quando da análise das contas dos Municípios do exercício 2015, caso permaneça inalterada a legislação em vigor, seja reportado, município a município, a situação de implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como se demonstre as medidas adotadas para a regularização da concessão dos serviços de abastecimento de água do município e àqueles que detêm sistemas autônomos, sejam comprovadas as determinações quanto à implantação do tratamento e a cobrança pelo serviço prestado;
6. DETERMINAR à DIAFI que, quando da análise das contas do exercício de 2015 dos municípios de Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório, seja reportada a situação de abastecimento de água na sede do município;
7. DETERMINAR à SECPL que, quando do cumprimento da decisão plenária quanto à realização de auditoria no Departamento de Águas de Sousa - DAESA, sejam transplantadas as informações colhidas nesta Auditoria Operacional para subsidiar àquela análise (Processo TC nº 15131/15);
8. DETERMINAR à DIAFI que faça o acompanhamento das obras abaixo relacionadas, em processos já em instrução ou a serem formalizados, conforme for o caso:
 - Sistema Adutor Translitorânea de João Pessoa;
 - Adutora de Santa Cruz;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- Execução das sub-adutoras de João Pessoa (que reforçarão o abastecimento de 21 bairros);
 - 4ª Adutora de água tratada de Campina Grande;
 - Adutora de Patos/Sabugi;
 - 4ª Adutora de Cajazeiras;
 - Adutora de engate rápido de Lagoa do Arroz (Cajazeiras) e do Pintado (Sousa) e a Adutora de Araçagi;
- Estações de Tratamento compactas, beneficiando os municípios de:
- Aguiar;
 - Cachoeira dos Índios;
 - Riacho dos Cavalos;
 - Nazarezinho;
 - Santana de Mangueira;
 - São José da Lagoa Tapada;
 - Piancó;
 - Nova Palmeira;
 - Coxixola;
 - Água Branca;
 - Desterro;
 - Emas;
 - Igaracy;
 - Triunfo;
9. DETERMINAR a formalização de processos apartados, um para cada gestão, de modo que se verifique o cumprimento das determinações emanadas desta Auditoria Operacional, assinando-lhes prazo, na seguinte forma:
- a. À Titular da Secretaria de Estado da Saúde, Sra. Roberta Batista Abath, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, comprove, em articulação com os municípios, as providências adotadas para a implementação, de forma efetiva, eficiente e eficaz, dos mecanismos de controle da qualidade da água fornecida à população;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

- b. Ao Presidente da CAGEPA, Sr. Marcus Vinícius Fernandes Neves, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conclua os trabalhos e estudos iniciados e não concluídos e, ainda, que registre, individualmente e com precisão, os custos de cada um dos sistemas de abastecimento de água do Estado da Paraíba, em conformidade com determinação do art.18 da Lei Federal nº 11.445/2007 e do art. 21, §1º da Lei Estadual nº 9.260/2010;
- c. Ao Prefeito do Município de Sousa, Sr. André Avelino de Paiva Gadelha Neto, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, proceda a implantação de plano de cobrança do fornecimento e das dívidas, conforme assegurado na Lei nº 11.445/07, art. 40, inciso V e a legislação local já aprovada pela Câmara de Vereadores do Município, procedimentos estes que serão verificados e comprovados nos autos do Processo TC nº 15131/15;

10. RENOVAR as recomendações ao Sr. Governador do Estado, para:

- a. Determinar aos órgãos competentes o planejamento e a execução das obras de abastecimento de água necessárias, inclusive, com especial atenção às obras complementares do PISF e aquelas necessárias às áreas mais carentes de sistemas de abastecimentos de água;
- b. Adotar, no prazo máximo de um ano, providências para a regularização do quadro de servidores da AESA;
- c. Concluir, de uma vez por todas, a implementação dos mecanismos de cobrança pelo fornecimento de água bruta;

11. DETERMINAR à SECPL o TRASLADO dessa decisão, bem como de cópia do Relatório do 2º Monitoramento da equipe técnica e do relatório e voto do Relator, aos processos de **Prestação de Contas Anuais** de 2015, de responsabilidade do Governador do Estado, do Secretário de Estado da Saúde (SES), do Secretário de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), Diretores Presidentes da AESA e CAGEPA e Prefeitos Municipais dos

47



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 08315/10

seguintes municípios: Sousa, Alcantil, Assunção, Baraúna, Santa Cecília, Santo André e Tenório; no âmbito dos quais deverão ser examinadas as questões levantadas na presente Auditoria Operacional e posterior **arquivamento** do presente processo;

12. DETERMINAR à SECPL a REMESSA de cópia da decisão às autoridades, também sugeridas pela Auditoria, bem como ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Assembleia Legislativa, aos Presidentes da Associação dos Tribunais de Contas – ATRICON e do Instituto Rui Barbosa – IRB, e aos gestores dos Comitês das três bacias hidrográficas estaduais (Rio Paraíba, Litoral Norte e Litoral Sul).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Plenário Ministro João Agripino.
João Pessoa, em 17 de dezembro de 2015.

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima
Presidente

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Relator

Sheyla Barreto Braga de Queiroz
Procuradora Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC 06251/15

Origem: Prefeitura Municipal de Manaíra

Natureza: Inspeção Especial de Transparência da Gestão

Responsável: JOSE WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA – Prefeito

Relator: Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

INSPEÇÃO ESPECIAL DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO. Avaliação das práticas de transparência da gestão e da Lei de Acesso à Informação. Primeira avaliação que determinou a correção de itens que não estavam atendendo à lei. Citação. Melhora da situação em relação à avaliação anterior (Nov/2014). Evolução significativa do panorama global no instante da análise de defesa apresentada. Dispensa da multa. Determinação para restabelecimento integral da legalidade, em especial da disponibilização da informação em tempo real, sob pena de multa após nova avaliação. Anexação de cópia da decisão ao Processo de Prestação de Contas Anual da Prefeitura de Manaíra, exercício 2015. Arquivamento dos presentes autos.

ACÓRDÃO AC1-TC 03361/16

RELATÓRIO

A matéria tratada nos presentes autos versa sobre a análise do cumprimento da Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) no âmbito da Prefeitura Municipal de Manaíra, sob responsabilidade do Prefeito JOSE WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA.

À luz do relatório inicial, em sua fl. 7, quando da avaliação realizada em abril de 2015, a Prefeitura não estava cumprindo itens da legislação. A autoridade responsável foi citada para o restabelecimento da legalidade ou apresentação de justificativas. O interessado, por meio de representante, tombou aos autos explicações acerca do não alcance de todas as exigências da legislação de regência. Ao analisar os argumentos ministrados, a Auditoria, apesar de reconhecer alguns avanços, manteve inalterado o quadro avaliativo esculpido em abril de 2015. Para fins de verificação da evolução da Prefeitura de Manaíra no que tange à transparência, cotejou-se o relatório formalizado em novembro de 2014 (Processo TC nº 11.405/14) com aquele produzido em abril de 2015. Vejamos o resumo dos quadros integrados aos relatórios:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	Abril/2015	Novembro/2014
		“SIM”, “NÃO” OU “PARCIAL”	“SIM”, “NÃO” OU “PARCIAL”
O Município regulamentou a Lei de Acesso à Informação?	Art. 42, Lei 12.527/11.	NÃO	NÃO
Houve a implementação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)?	Inciso I, art. 9º, Lei 12.527/11.	NÃO	NÃO
Há alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?	§2º, art. 10, Lei 12.527/11.	SIM	NÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC 06251/15

O ente possui site e/ou Portal da Transparência em funcionamento?	Inciso II, art. 48, LC 101/00; §2º, art. 8º, Lei 12.527/11.	SIM	SIM
RECEITA: Previsão?	Alínea 'a', inciso II, art. 7º, Decreto 7.185/10.	NÃO	SIM
RECEITA: Arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	Alínea 'c', inciso II, art. 7º, Decreto 7.185/10; inciso II, art.48-A, LC 101/00.	SIM	SIM
DESPESA: O valor do empenho?	Alínea 'a', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	SIM	SIM
DESPESA: O pagamento?	Alínea 'a', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	SIM	SIM
DESPESA: A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto?	Alínea 'c', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	SIM	SIM
DESPESA: A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento?	Alínea 'd', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	SIM	SIM
DESPESA: Na informação da despesa existe a indicação do processo licitatório?	Alínea 'e', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	SIM	SIM
DESPESA: O bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso?	Alínea 'f', inciso I, art. 7º, Decreto 7.185/10.	SIM	SIM
DESPESA: O conteúdo disponibilizado atende ao requisito "tempo real"?	Inciso II, art. 48, LC 101/00.	PARCIAL	NÃO
Municípios acima de 10 mil habitantes			
No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?	Inciso I, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	PARCIAL	NÃO
Disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	Inciso I, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	SIM	NÃO
Existe informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados?	Inciso IV, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	NÃO	NÃO
Apresenta respostas a perguntas mais frequentes da sociedade?	Inciso VI, §1º, art. 8º, Lei 12.527/11.	NÃO	NÃO
O site tem ferramenta de pesquisa?	Inciso II, § 3º, Art. 8º, Lei 12.527/11.	SIM	NÃO
O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações?	Inciso II, § 3º, Art. 8º, Lei 12.527/11.	NÃO	NÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC 06251/15

O site possui um fale conosco que permite ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio?	Inciso III, § 3º, Art. 8º, Lei 12.527/11.	SIM	SIM
--	---	-----	-----

Por determinação do Relator, em 04/07/2016, os autos eletrônicos seguiram ao MPjTC para emissão de parecer. A representante do Parquet, Procuradora-Geral, Sheyla Barreto Braga de Queiroz, por intermédio do Parecer nº 01191/16, pugnou pela:

....cominação de multa pessoal, c/c baixa de resolução assinando prazo para que o atual Prefeito de Manaíra adote as medidas necessárias para solucionar as irregularidades e não conformidades referentes à ausência de transparência na gestão, nos termos do relatório emitido pela Auditoria, sob pena de valoração negativa de suas contas sob aspecto da transparência e da facilitação do acesso à informação, com fulcro no inciso IV do artigo 56 da LOTCE/PB. Baixe-se-lhe também recomendação expressa para não incorrer em falhas idênticas no futuro.

O processo foi agendado para a presente sessão, com a intimação da autoridade responsável.

VOTO DO RELATOR

É imperioso frisar a necessidade de todo e qualquer gestor público prestar contas de seus atos, submetendo-se ao controle exercido pelo Tribunal de Contas. Tal obrigação decorre do fato de alguém se investir na administração de bens de terceiros. No caso do poder público, todo o seu patrimônio, em qualquer de suas transmutações (dinheiros, bens, valores, etc.), pertence à sociedade, que almeja testemunhar sempre uma conduta escoreita de seus competentes gestores.

Por sua vez, o controle deve agir com estreita obediência aos ditames legais que regem a sua atuação, os quais se acham definidos na Constituição Federal, na legislação complementar e ordinária e em normas regimentais, de âmbitos federal, estadual ou municipal. O princípio constitucional da legalidade impõe ao controle e aos seus jurisdicionados que se sujeitem às normas jurídicas. Nesse diapasão, o augusto Supremo Tribunal Federal, em decisão digna de nota, assim já se manifestou:

“Todos os atos estatais que repugnem à constituição expõem-se à censura jurídica - dos Tribunais especialmente - porque são írritos, nulos, desvestidos de qualquer validade. A constituição não pode submeter-se à vontade dos poderes constituídos e nem ao império dos fatos e das circunstâncias. A supremacia de que ela se reveste - enquanto for respeitada - constituirá a garantia mais efetiva de que os direitos e liberdades não serão jamais ofendidos”. (RT 700:221, 1994. ADI 293-7/600, Rel. Min. Celso Mello).

No ponto, o relatório inicial da Auditoria identificou ilegalidades nas práticas da Prefeitura no cumprimento da Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC 06251/15

12.527/2011). Citada, a autoridade responsável promoveu as ações necessárias ao quase completo cumprimento da legislação. Sobre os pontos analisados, assinalam os relatórios da Auditoria:

A transparência da gestão pública é um dos pilares da Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal (LC 101/2000). A sua prática constitui obrigação endereçada a qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores do erário ou pelos quais o ente estatal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária, nos moldes da Constituição Federal de 1988, art. 71, parágrafo único. Para a concretude de tais preceitos, foi editada a LC 131/2009, que alterou a LC 101/2000, passando a ser, desde maio de 2013, obrigatória a divulgação, em páginas eletrônicas oficiais, de informações nela discriminadas:

Art. 48. ...

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 sublinhou o direito universal à informação custodiada pelos entes públicos, ao estabelecer em seu art. 5º, inciso XXXIII, que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Modernamente, a norma a que se refere esse dispositivo constitucional é a Lei Nacional 12.527/11, em cujos dispositivos pode ser identificado, resumidamente, o procedimento a ser adotado:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC 06251/15

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 2º. Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

Estando a lei em plena vigência, deve a Pública Administração disponibilizar sítios oficiais na internet que possibilitem a qualquer cidadão encaminhar pedidos de acesso à informação.

A atuação do TCE/PB apenas reforça o cumprimento da lei a que todo e qualquer cidadão está obrigado, muito mais em se tratando de gestores do erário, uma vez ser a atenção aos preceitos constitucionais e legais requisito de atuação regular dos agentes públicos.

Não observada a lei, presente está a hipótese de aplicação de multa pelo TCE/PB, nos moldes prescritos em sua Lei Orgânica (Lei Complementar Estadual 18/93):

Art. 56. O Tribunal poderá também aplicar multa de até ... aos responsáveis por: (A Portaria n.º 061, datada de 26 de fevereiro de 2014 e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de 27 de fevereiro de 2014, atualizou o valor da multa para R\$9.336,06).

II - infração grave a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

No relatório inicial (abril 2015), dos vinte itens previstos na legislação de transparência e de acesso à informação selecionados para verificação, cinco não foram cumpridos e dois parcialmente cumprido. Conforme o quadro disponibilizado no quadro nuper, de novembro de 2014 a abril de 2015 houve perceptível esforço da Administração de Manaíra em buscar, com sucesso, a adequação à norma. A adoção de medidas positivas para a regularização me sensibilizaram, e, por isso, deixo de impingir a multa legal ao gestor, sem prejuízo, contudo, da determinação no sentido de concluir a integral harmonia à legislação de regência da matéria, sob pena de multa nas próximas avaliações. Ademais, cabe a 1ª Câmara promover a anexação de cópia da presente decisão ao processo de Prestação de Contas Anual - PCA da Prefeitura Municipal de Manaíra, exercício 2015.

É como voto.

DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC N° 06251/15**, referentes à Inspeção Especial de Transparência da Gestão para análise do cumprimento da Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) no âmbito da Prefeitura Municipal de Manaíra, sob responsabilidade do Prefeito JOSE WELLINGTON ALMEIDA DE SOUSA, **ACORDAM** os membros da 1ª



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC 06251/15

CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (1ª CAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em: **A) DETERMINAR** o restabelecimento da legalidade até a próxima avaliação, notadamente no que tange à disponibilização da informação em tempo real, sob pena de multa e outras cominações; **B) DETERMINAR** à 1ª Câmara promova a anexação de cópia da presente decisão ao processo de Prestação de Contas Anual - PCA da Prefeitura Municipal de Manaíra, exercício 2015 (Processo TC nº 03945/16); **C) ARQUIVAR** os presentes autos.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara.

João Pessoa, 20 de outubro de 2016.

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Presidente e Relator

Fui Presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE/PB

Assinado 24 de Outubro de 2016 às 15:51



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 28 de Outubro de 2016 às 15:34



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 03945/16

Objeto: Prestação de Contas Anual

Órgão/Entidade: Prefeitura de Manaíra - PB

Exercício: 2015

Responsáveis:

Sr. José Simão de Sousa (31/05/2015 a 31/12/2015)

Sr. José Wellington Almeida de Sousa (01/01/2015 a 29/05/2015)

Relator: Conselheiro Arnóbio Alves Viana

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL– ADMINISTRAÇÃO DIRETA– PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA – PB - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2015 - PREFEITO – ORDENADOR DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIAÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº. 18/93 – REGULARIDADE, COM RESSALVAS, das contas de gestão de responsabilidade dos ex-gestores do Município de Manaíra, os Srs. José Simão de Sousa e José Wellington Almeida de Sousa. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO PARCIAL aos preceitos da LRF. APLICAÇÃO DE MULTA e RECOMENDAÇÕES.

ACÓRDÃO APL – TC 00940/18

Vistos, relatados e discutidos os autos da prestação de contas de gestão dos ordenadores de despesas do município de Manaíra – PB, sob a responsabilidade do Sr. José Simão de Sousa (31/05/2015 a 31/12/2015) e Sr. José Wellington Almeida de Sousa (01/01/2015 a 29/05/2015), os Conselheiros integrantes do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão plenária realizada nesta data, por unanimidade, com a declaração de impedimento do Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho, na conformidade do voto do relator, **ACORDAM**, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 18/93, pelo (a):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 03945/16

- a) REGULARIDADE, COM RESSALVAS, das contas de gestão de responsabilidade dos ex-gestores do Município de Manaíra, os Srs. José Simão de Souza e José Wellington Almeida de Sousa, relativas ao exercício de 2015;
- b) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO PARCIAL aos preceitos da LRF;
- c) APLICAÇÃO DE MULTA PESSOAL ao Sr. José Simão de Souza, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondente a 40,82 UFR-PB, com base no artigo 56, inciso II, da LOTCE/PB, assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento voluntário, ao erário estadual, em favor do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de cobrança executiva, desde logo recomendada e
- d) RECOMENDAÇÕES à Prefeitura Municipal de Manaíra, no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, evitando reincidências das falhas constatadas no exercício em análise.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
 Publique-se, registre-se e intime-se.
 TCE – Plenário Ministro João Agripino

João Pessoa, 24 de outubro de 2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 03945/16

RELATÓRIO

A matéria tratada nos presentes autos versa sobre a Prestação de Contas Anual, sob a responsabilidade do Sr. José Simão de Sousa (31/05/2015 a 31/12/2015) e Sr. José Wellington Almeida de Sousa (01/01/2015 a 29/05/2015), referente ao exercício financeiro de 2015, do Município de Manaíra – PB.

A Auditoria, após regular instrução, emitiu relatório (fls. 314/404), concluindo, sumariamente, quanto aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais examinados e à Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a Lei nº. 0404/2014, de 10/11/2014, publicada em 18/12/2014, referente ao orçamento anual para o exercício em análise, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 22.866.808,00, bem como autorizou a abertura de créditos adicionais suplementares, no valor de R\$ 11.433.404,00, equivalentes a 50,00% da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- a receita orçamentária realizada pelo Ente Municipal totalizou (R\$ 16.888.499,70) e a despesa orçamentária executada somou (R\$ 17.794.038,95);
- o Balanço Orçamentário Consolidado apresenta déficit equivalente a 5,36% (R\$ 905.539,25) da receita orçamentária arrecadada;
- o Balanço Patrimonial Consolidado apresenta superávit financeiro (ativo financeiro - passivo financeiro), no valor de R\$ 477.050,02;
- os gastos com obras e serviços de engenharia, no exercício, contabilizados no elemento "51", totalizaram R\$ 1.735.171,52, correspondendo a 9,75% da Despesa Orçamentária Total e o seu acompanhamento, para fins de avaliação, observará os critérios estabelecidos na RN-TC-06/2003;
- as aplicações de recursos do FUNDEB, na remuneração dos profissionais do magistério, foram da ordem de 71,91% da cota-parte do exercício mais os rendimentos de aplicação, atendendo ao mínimo de 60% estabelecido no § 5º do art. 60 do ADCT;
- as aplicações de recursos na MDE, efetivamente empenhadas pelo município, foram da ordem de 28,11% da receita de impostos, inclusive os transferidos, não atendendo ao limite mínimo de 25% estabelecido no art. 212 da CF;
- o montante efetivamente aplicado em ações e serviços públicos de saúde correspondeu a 17,33% da receita de impostos, inclusive transferências,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 03945/16

atendendo ao mínimo exigido de 15% estabelecido no inciso II do art. 77 do ADCT;

- o repasse realizado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo correspondeu a 5,69 % da receita tributária mais as transferências do exercício anterior, estando de acordo com o limite estabelecido no art. 29-A, § 2º, inciso I da Constituição Federal e
- em relação ao que dispõe o art. 29-A, § 2º, inciso III da Constituição Federal, foi verificado que o repasse realizado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo correspondeu a 100% do valor fixado na Lei Orçamentária para o exercício em análise, estando de acordo com o limite constitucional mínimo estabelecido.

A Auditoria, após análise da defesa emitiu relatório (fls. 449/457) apontando as seguintes irregularidades:

- registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis, arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964, ou Lei nº 6.404/1976, no valor total de R\$ 74.764,00 e
- não comprovação da adoção das providências constantes do Acórdão APLT TC- 00757/2015 (item 3.1.5 do presente relatório e 13.5 do relatório inicial).

Chamado a se pronunciar, o Ministério Público Especial opinou pelo (a):

1. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL ÀS CONTAS DE GOVERNO e REGULARIDADE, COM RESSALVAS, das contas de gestão de responsabilidade dos ex-gestores do Município de Manaíra, os Srs. José Simão de Souza e José Wellington Almeida de Sousa, relativas ao exercício de 2015;
2. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO PARCIAL aos preceitos da LRF;
3. APLICAÇÃO DE MULTA PESSOAL ao Sr. José Simão de Souza, com fulcro no artigo 56, inciso II, da LOTCE/PB;
4. APLICAÇÃO DE MULTA PESSOAL ao Sr. José Simão de Souza, com supedâneo no artigo 56, inciso IV, da LOTCE/PB, pelo descumprimento do acórdão analisado no presente parecer e
5. RECOMENDAÇÕES à Prefeitura Municipal de Manaíra, no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 03945/16

decisões, evitando reincidências das falhas constatadas no exercício em análise.

Com as notificações de praxe. É o relatório.

É o relatório.

VOTO RELATOR

Segundo a Auditoria o Município contabilizou indevidamente diversas despesas no elemento de despesa 36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis.

O Gestor alega que essas despesas foram realizadas para atender demandas pontuais (eventuais) da administração, na grande maioria com recursos de programas federais e todos os profissionais são autônomos cujas despesas estão acompanhadas de notas fiscais de serviços prestados.

O Órgão de Instrução não acatou os argumentos da defesa por entender que as despesas realizadas não são pontuais, uma vez que ocorreram por todo o exercício de 2015 e são pagas por fontes diversificadas, inclusive FPM, caracterizando contratação por excepcional interesse público e, portanto, tais despesas deveriam ser contabilizadas no Elemento 04 – contratação por tempo determinado.

No entanto, ao analisar a questão, observa-se que assiste razão ao Gestor, tendo em vista que as atividades relacionadas aos cursos ministrados, tais como: curso de violão; curso de confecção de almofadas; curso de vagonite (tipo de bordado), curso de bordado e crochê, curso de corte, costura e pintura, dentre outros, são de natureza eventual, pois, não há dúvidas que essas atividades são ocasionais ou transitórias, e não se integram na finalidade da administração pública.

Esses cursos são exercidos esporadicamente, dependendo demanda, ou seja, da procura de pessoas interessadas em realizá-los, fazendo com que o trabalhador eventual exerça sua atividade apenas quando, e, se houver demanda.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 03945/16

Essas atividades, apesar de serem desempenhas por tempo determinado e, com certa habitualidade (costumeiro, frequente), conforme registrou a Auditoria, não se confundem com o trabalho por tempo determinado que, apesar de exercido temporariamente, possui natureza contínua (sem interrupção), exigindo do trabalhador uma regularidade maior do que a simples habitualidade.

Dessa forma, considerando não existir nos autos, elementos suficientes para confirmar a falha apontada, entendo que a mesma merece ser afastada.

No que tange à não comprovação da adoção das providências constantes do Acórdão APL TC- 00757/2015, que versa sobre o processo de Auditoria Operacional, a Auditoria requisitou algumas informações ao Gestor que optou por permanecer inerte, razão pela qual acompanho o Ministério Público de Contas quanto à aplicação da penalidade pecuniária prevista no art. 56, inciso IV da Lei Complementar nº 18/93.

Sendo assim, pelos fatos e fundamentos expostos, acompanho o parecer ministerial e voto no sentido de que este Tribunal emita e encaminhe ao julgamento da CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MANAÍRA - PB, PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas de governo sob a responsabilidade dos ex-gestores do Município, os Srs. José Simão de Souza e José Wellington Almeida de Sousa, relativas ao exercício de 2015 e, por meio de Acórdãos de sua exclusiva competência, pelo (a):

- e) REGULARIDADE, COM RESSALVAS, das contas de gestão de responsabilidade dos ex-gestores do Município de Manaíra, os Srs. José Simão de Souza e José Wellington Almeida de Sousa, relativas ao exercício de 2015;
- f) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO PARCIAL aos preceitos da LRF;
- g) APLICAÇÃO DE MULTA PESSOAL ao Sr. José Simão de Souza, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondente a 40,82 UFR-PB, com base no artigo 56, inciso II, da LOTCE/PB, assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento voluntário, ao erário estadual, em favor do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de cobrança executiva, desde logo recomendada e

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO****PROCESSO TC Nº 03945/16**

- h) RECOMENDAÇÕES à Prefeitura Municipal de Manaíra, no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, evitando reincidências das falhas constatadas no exercício em análise.

É o voto.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Relator

Assinado 17 de Janeiro de 2019 às 11:06



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 16 de Janeiro de 2019 às 15:21



Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 17 de Janeiro de 2019 às 10:13



Manoel Antonio dos Santos Neto
PROCURADOR(A) GERAL EM EXERCÍCIO



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

Processo: 03945/16

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira

Exercício: 2015

CERTIDÃO CERTIDÃO TÉCNICA

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que na data de 26/02/2019 os seguintes prazos processuais foram alterados, devido a modificação no expediente do Tribunal em virtude do(a) Alteração do expediente para o dia 27/02/2019: 8h às 14h - Portaria TC Nº 63/2019 ocorrido em 27/02/2019:

Prazo para Recurso - Jose Wellington Almeida de Sousa

Antes da alteração - Reconsideração: 27/02/2019

Após alteração - Reconsideração: 28/02/2019

Prazo para Recurso - José Lacerda Brasileiro

Antes da alteração - Reconsideração: 27/02/2019

Após alteração - Reconsideração: 28/02/2019

Prazo para Recurso - José Simão de Sousa

Antes da alteração - Reconsideração: 27/02/2019

Após alteração - Reconsideração: 28/02/2019

João Pessoa, 26 de Fevereiro de 2019



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB